

**UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**BRASIL PARALELO: UM ESTUDO SOBRE A RECONSTRUÇÃO DA  
MEMÓRIA SOCIAL**

**VICTOR AGUIAR DE ALMEIDA**

**VILA VELHA**  
**FEVEREIRO / 2022**

**UNIVERSIDADE VILA VELHA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**BRASIL PARALELO: UM ESTUDO SOBRE A RECONSTRUÇÃO DA  
MEMÓRIA SOCIAL**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política.

**VICTOR AGUIAR DE ALMEIDA**

**VILA VELHA  
FEVEREIRO / 2022**

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

A447b Almeida, Victor Aguiar de  
Brasil paralelo : um estudo sobre a reconstrução da memória social / Victor Aguiar de Almeida. – 2022.  
126 f. : il.

Orientador: Vitor Amorim de Angelo.  
Dissertação (mestrado em Sociologia Política) -  
Universidade Vila Velha, 2022.  
Inclui bibliografias.

1. Sociologia Política. 2. Memória - Reconstruir. I. Angelo, Vitor Amorim de. II. Universidade Vila Velha. III. Título.

CDD 306.2

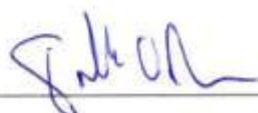
**VICTOR AGUIAR DE ALMEIDA**

**BRASIL PARALELO: UM ESTUDO SOBRE A RECONSTRUÇÃO DA  
MEMÓRIA SOCIAL**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha - ES, como pré-requisito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política para obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política.

Aprovada em 24 de fevereiro de 2022.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa - Universidade Vila Velha - UVV



Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes - Universidade Federal do Espírito Santo –  
UFES



Prof. Dr. Vitor Amorim de Angelo - Universidade Vila Velha - UVV

Orientador

Ao meu pai Robson de Almeida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos os familiares, amigos, colegas e professores que contribuíram de alguma forma para tornar mais leve este percurso. Sem o suporte de vocês não seria possível a conclusão dessa jornada.

“Quem controla o passado, controla o futuro. Quem controla o presente, controla o passado.” (1984 – George Orwell)

# SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	IX
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2. BRASIL PARALELO</b> .....	16
2.1 HISTÓRIA DA EMPRESA E CONTEXTO SOCIAL EM QUE SURTIU.....	16
2.2 OBJETIVOS, IDEAIS E COMO SE IDENTIFICAM NO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL .....	17
2.3 SERVIÇOS OFERECIDOS.....	18
2.4 PRODUÇÕES, ALCANCE MIDIÁTICO, APOIADORES E RECEITA.....	20
2.5 DETALHES SOBRE AS PRODUÇÕES ESCOLHIDAS PARA ANÁLISE DA PESQUISA .....	21
2.6 POLÍTICOS ENVOLVIDOS COM AS PRODUÇÕES DA EMPRESA.....	23
2.7 CIBERPOLÍTICA, REVISIONISMO E NEGACIONISMO.....	25
<b>3. MEMÓRIA SOCIAL E DISPUTA DE NARRATIVAS</b> .....	31
3.1 MEMÓRIA COMO OBJETO DE ESTUDO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS.....	31
3.2 MEMÓRIA E NARRATIVAS HISTÓRICAS .....	41
3.3 MEMÓRIA NA ERA DIGITAL .....	52
<b>4. HISTÓRIA DO BRASIL: PONTOS EM DEBATE</b> .....	55
4.1 NAVEGAÇÕES PORTUGUESAS .....	55
4.2 BRASIL COLÔNIA.....	58
4.3 BRASIL IMPÉRIO.....	78
4.4 BRASIL REPÚBLICA.....	85
4.5 PERÍODO DEMOCRÁTICO PÓS VARGAS .....	91
4.6 DITADURA MILITAR.....	101
4.7 NARRATIVAS QUE FOGEM AO TEMA HISTÓRICO PROPOSTO NAS PRODUÇÕES	
109	
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	115
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	119



## RESUMO

ALMEIDA, Victor Aguiar, M.Sc, Universidade Vila Velha – ES, fevereiro de 2022.  
**Brasil Paralelo: Um Estudo Sobre A Reconstrução da Memória Social.**  
Orientador: Vitor Amorim de Angelo.

O presente trabalho teve como objetivo analisar a empresa Brasil Paralelo dentro do contexto político recente do país. O foco da pesquisa foi identificar a forma que essa empresa busca realizar a reconstrução da memória social nacional dentro de um próprio viés histórico. Para a construção da análise, foram coletados dados sobre a empresa e, realizou-se a visualização de suas produções. Posteriormente foi desenvolvido um estudo sobre memória e disputa de narrativas políticas, e, feito uma análise sobre a história política brasileira. Por meio da metodologia da análise de discurso, tornou-se possível a compreensão e interpretação das produções audiovisuais publicadas pela Brasil Paralelo em seu canal do youtube e site da internet. Ao final, foram identificados discursos negacionistas pouco respaldados historicamente, porém dentro de uma estratégia narrativa bem construída, a qual percebeu-se reforçar a ideia de padrões de discurso, quais sejam, a exaltação do período monárquico, críticas negativas à República, política anti-esquerda e antipetista.

**Palavras chaves:** Brasil Paralelo. Memória. História. Negacionismo.

## ABSTRACT

ALMEIDA, Victor Aguiar, M.Sc, University of Vila Velha – ES, february de 2022.  
**Parallel Brazil: A Study on the Reconstruction of Social Memory.** Advisor: Vitor Amorim de Angelo.

The present work aimed to analyze the company Brasil Paralelo within the recent political context of the country. The focus of the research was to identify the way that this company seeks to carry out the reconstruction of national social memory within its own historical bias. For the construction of the analysis, data about the company were collected and its productions were visualized. Subsequently, a study on memory and dispute of political narratives was developed, and an analysis was made of Brazilian political history. Through the methodology of discourse analysis, it became possible to understand and interpret the audiovisual productions published by Brasil Paralelo on its youtube channel and website. In the end, negationist discourses with little historical support were identified, but within a well-constructed narrative strategy, which was perceived to reinforce the idea of discourse patterns, namely, the exaltation of the monarchic period, negative criticism of the Republic, against the government policy left and against political party PT.

**Keywords:** Parallel Brazil; Memory; History; Negacionism;



## 1. INTRODUÇÃO

A história sempre estará envolta de tantos fatos que, para uma pessoa memorizar todos esses acontecimentos detalhadamente, seria impossível. Portanto, a memória do que será lembrado e do que será esquecido sempre estará permeada por disputas políticas sobre qual narrativa será hegemônica e transmitida para a posteridade (LE GOFF, 2010).

Nesse caso, no que tange à memória nacional, não é diferente – por exemplo, nas datas nacionais. As datas oficiais são envoltas de lutas políticas e, sempre que se tenta estruturar uma memória nacional através das datas selecionadas oficialmente para as comemorações nacionais, parte-se de um ponto de vista político de quais acontecimentos serão rememorados pela sociedade daquela nação (POLLAK, 1992).

Outro exemplo que merece destaque sobre as disputas envolvendo a memória é a possibilidade da criação das tradições. Ou seja, determinadas ações que foram passadas com uma sensação de que ocorreram desde sempre – mas que, na verdade, foram recentemente criadas com finalidades e interesses políticos. Hobsbawm (1997) mostra o surgimento e a construção das tradições sob o contexto dos Estados. Sua tese gira em torno de relatar que, rotineiramente, elites nacionais inventam as tradições para justificar atos, criar sentimento de nacionalismo, passar a ideia de que algo “sempre foi de uma forma”, desenvolvendo assim um sentimento de pertencimento nos habitantes de um Estado Nacional.

Nessa linha de entendimento, Castro (2002) exemplifica que, no passado brasileiro, já houve decisões orquestradas pelo Estado para que se fossem criadas tradições e uma nova visão acerca de heróis do exército brasileiro. Pode ser entendido que é possível a mudança no sentimento e na memória do coletivo acerca de um mesmo passado, partindo de uma ideia parecida com a de Hobsbawm (1997). Entende-se, por exemplo, que o motivo de a formatura do exército seguir as solenidades e ritos é também uma forma de passar um sentimento de tradição bastante antiga – porém, ao longo da obra, é revelado que, na verdade, é um rito recente. Vários símbolos foram inventados ao longo do tempo. Nesse caso, o movimento de batalha pela história não é algo novo no Brasil.

Todavia, torna-se importante questionar as motivações para que a verdade sobre o passado seja disputada. Le Goff (2010) explica que os grupos dominantes no poder sempre desejam tornar-se senhores da memória e do esquecimento para

dominarem as sociedades históricas. Que os esquecimentos em massa e os silêncios da história são o que revela a manipulação da memória coletiva.

Um exemplo de que tal fenômeno é mais comum do que parece é o que ocorreu nos Estados Unidos da América em 20 de outubro de 1994. Foi lançado o *National History Standards (NHS)*, que se tratava de uma reforma curricular no ensino de história nos Estados Unidos, elaborada por diversas instituições, tendo à frente como líderes alguns professores da Universidade da Califórnia. Segundo a autora do *NHS*, o passado americano fora sequestrado por professores antipatrióticos que tentavam “manchar” a bela história de homens veneráveis do passado – como, por exemplo, Thomas Jefferson e George Washington. Segundo a autora, essas interpretações do passado poderiam produzir um sentimento de rejeição, antipatriotismo, falta de identidade nacional, e tudo isso era muito arriscado para ser permitido (ÁVILA, 2015).

Assim sendo, para quem se opunha aos *standards*, os argumentos historiográficos valiam pouco em detrimento ao que eles ameaçariam desestabilizar. O passado deveria ser mantido em ordem, estável e seguro; o presente deveria manter essa estabilidade mesmo que incumbisse em um apagamento da história nesse processo (ÁVILA, 2015). Nesse ponto, percebe-se que o recente termo “pós-verdade”, que será melhor explicado posteriormente, já pode ser encontrado em movimentos políticos mais antigos – contudo, é mais facilmente encontrado na política atual. Destarte, os mesmos argumentos políticos contra o “multiculturalismo”, defesa dos “pilares da humanidade”, defesa do “ocidente”, luta contra o “vitimismo”, luta contra a “esquerda”, todas essas pautas são antigas, mas vêm se repetindo em diferentes países e épocas.

Conseqüentemente, de acordo com o descrito por Ávila (2015) sobre esse movimento político americano (NHS), é possível perceber similaridades no Brasil. Os mesmos argumentos utilizados pelo movimento norte-americano, são utilizados aqui atualmente pela empresa de mídia audiovisual que será objeto de estudo nesta pesquisa, a Brasil Paralelo – cujo objetivo evidenciado em seu canal no YouTube é: “por meio de nossas produções trabalhamos para fortalecer em nossa cultura os valores e tradições que, notoriamente, ao longo da história conduziram a humanidade à paz e prosperidade.” (PARALELO, 2016).

Dessa forma, o Brasil e sua formação histórica já foram reivindicados por vários grupos. Temos a narrativa da perspectiva do colonizador – mas, nos últimos tempos, existem lutas políticas para contar o ponto de vista do colonizado e do escravizado.

Desde o processo de redemocratização, existem perspectivas partidárias que reivindicam a narrativa tanto histórica como proposições para o futuro. Com isto, a partir dos escândalos noticiados nos governos petistas, desde 2013, com as “jornadas de junho”, vêm emergindo grupos e figuras políticas visando tanto narrativas passadas quanto perspectivas futuras. Uma das marcas das eleições de 2014 e 2018 foi a grande participação de grupos virtuais no ativismo político. Esse ativismo virtual vem crescendo a cada ano e, no lado dito conservador, uma das empresas que se destacaram foi o Brasil Paralelo. Diante disso, qual o papel do grupo Brasil Paralelo na produção de narrativas acerca da história política do Brasil no contexto atual?

Essa empresa de mídia audiovisual alega em seu *site* não ser partidária e nem propagar discursos ideológicos (BRASIL PARALELO, s/d). Atualmente, no início de 2022, possui 2 milhões e 430 mil inscritos no YouTube e centenas de milhares de membros assinantes que contribuem financeiramente para a criação de novos vídeos. A empresa também possui um site e aplicativo de *streaming* com diversos cursos e documentários disponíveis aos membros assinantes e alega ser um grupo de ideal cultural e educacional (BRASIL PARALELO, s/d).

Isso posto, em qual contexto histórico e social a empresa surge no cenário nacional? Segundo membros fundadores, ela surge em meio à polarização entre a “direita” e “esquerda”. Com isso, eles perceberam que existia uma carência de conteúdo informativo político e histórico sobre esses assuntos e supriram essa necessidade produzindo conteúdos que buscam apenas a verdade sobre os fatos, isentos de apoio a algum político ou partido (BRASIL PARALELO, s/d).

Nesse sentido, fazendo a visualização dos vídeos, há de se notar a participação de políticos que se classificam como conservadores e que concederam entrevistas à empresa. Como exemplo, Jair Bolsonaro, atual presidente da República, participou no vídeo *Capítulo 2: Terra de Santa Cruz | Congresso Brasil Paralelo* (BRASIL PARALELO, 2016). Luiz Philippe de Orleans e Bragança, atualmente deputado federal, descendente da família imperial brasileira, também faz participações em diversos documentários da empresa. Ana Caroline Campagnolo, atualmente deputada estadual, considera-se conservadora e também atua nos vídeos da empresa, dentre outros. As participações desses políticos assumidamente conservadores trouxeram a reflexão sobre a empresa realmente ser apartidária e isenta de ideologias como alega ser.

Ademais, esses documentários têm tido um expressivo alcance nacional. Mais especificamente, o documentário *Brasil – A Última Cruzada* (BRASIL PARALELO, 2017) que será analisado na pesquisa, vem sendo induzido pela empresa a ser reproduzido nas salas de aula por professores de história (BRASIL PARALELO, 2019), além de ser transmitido na TV Escola (2019). Ademais, em diversas universidades aconteceram embates para que o filme da empresa *1964 – O Brasil entre armas e livros* fosse transmitido nas salas de aula (BRASIL PARALELO, 2019).

Nesse ponto, o objetivo desta pesquisa é analisar a iniciativa da empresa Brasil Paralelo de estabelecer uma memória nacional contra-hegemônica por meio da construção de uma narrativa alternativa às representações atualmente aceitas sobre períodos e acontecimentos marcantes da história do Brasil relativos aos períodos desde a era das “grandes navegações”, “Brasil Colônia”, “Brasil República”, “Era Vargas” e “Ditadura Militar”. Ou seja, serão buscadas as estratégias e quais os possíveis interesses dessa iniciativa de recontar a história do Brasil sob sua própria narrativa. Também será observado se o que a empresa Brasil Paralelo pratica se enquadra em revisionismo ou em negacionismo histórico.

Considerando o campo apresentado, a metodologia principal a ser empregada na pesquisa é a de *análise de discurso* proposta por Orlandi (1999). Como referencial teórico será utilizado todo o debate acerca de memória e narrativas políticas. Nesse caso, sabendo que o objeto principal de análise deste trabalho são vídeos, a metodologia em questão se mostra a mais adequada para analisá-los. A proposta de Orlandi (1999, p. 59) consiste na

construção de um dispositivo da interpretação. Esse dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar, com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras.

No caso desta pesquisa, os “não ditos” entendem-se como “silêncios”, ou seja, passagens importantes da história nacional que foram omitidas propositalmente pela Brasil Paralelo, a fim de construir uma narrativa própria sobre a história. Pois “De todo modo, sabe-se por aí que, ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam” (ORLANDI, 1999, p. 82). Dessa maneira, pretende-se identificar como essa estratégia de “silêncios” sobre diferentes fatos históricos evidencia os discursos subliminares que a empresa constrói e repassa aos visualizadores de seus vídeos, ou seja, tudo o que é falado, somado ao que é omitido, construindo um

entendimento específico que possui o objetivo de fazer uma releitura sobre a história brasileira.

Para realizar a análise, foram visualizados os vídeos produzidos pelo grupo em seu canal do *YouTube*, quais sejam: a série Brasil a Última Cruzada, Capítulo 1 – A Cruz e a Espada; Capítulo 2 – Vila Rica; Capítulo 3 – A Guilhotina da Igualdade; Capítulo 4 – Independência ou Morte; Capítulo 5 – O Último Reinado; Capítulo 6 – Era Vargas: O Crepúsculo de um Ídolo; A Série Congresso Brasil Paralelo, Capítulo 2: Terra de Santa Cruz; e o filme 1964 – O Brasil entre armas e livros.

Em seguida, foram lidos livros da literatura histórica nacional, artigos científicos e notícias que possuíssem em seu conteúdo arquivos históricos sobre a ditadura militar – como, por exemplo, páginas de processos e imagens, para serem posteriormente comparados aos pontos de crítica do Brasil Paralelo em perspectiva a esses períodos históricos.

Portanto, no primeiro capítulo, será feita uma análise geral do que é a empresa Brasil Paralelo, seu contexto histórico-social de surgimento, alcance nacional, objetivos, ideais e uma reflexão acerca da ciberpolítica<sup>1</sup> que ocorre nas mídias sociais virtuais, sobre revisionismo histórico e negacionismo.

Posteriormente, após ser compreendido o contexto da empresa no cenário nacional e os conceitos acima descritos, será iniciada a discussão sobre a memória e a história como um campo de disputa política. Com o arcabouço teórico estabelecido, será possível interpretar as informações inseridas no terceiro capítulo e aplicar a metodologia de pesquisa escolhida.

Por fim, no terceiro capítulo, será realizada a análise dos vídeos relativos à história nacional brasileira e serão confrontados ponto a ponto, em tópicos, as informações trazidas nos vídeos com os dados coletados nos estudos sobre a história nacional. O capítulo será dividido em duas partes. Na primeira, serão identificadas as estratégias utilizadas pela empresa para a construção de uma nova narrativa histórica. Na segunda parte, serão ressaltadas narrativas que visam identificar a quais interesses essa empresa visa alcançar produzindo e divulgando seus vídeos.

---

<sup>1</sup> “[...] por *ciberpolítica* entende-se o novo paradigma que refunda o político ao abrigo das novas tecnologias, com particular incidência no advento da internet e dos seus efeitos. Ao abrigo desta definição, depreende-se facilmente que a comunicação se torna uma noção chave (MARTINS, 2020).”



## 2. BRASIL PARALELO

### 2.1 HISTÓRIA DA EMPRESA E CONTEXTO SOCIAL EM QUE SURTIU

A empresa Brasil Paralelo foi fundada em 2016, em Porto Alegre, por Lucas Ferrugem, Henrique Viana e Filipe Valerim – independente disso, seus fundadores já se conheciam e projetavam a empresa muito antes. Segundo eles, foi em 2013 que decidiram se unir para iniciarem as primeiras palestras e disseminarem seus conteúdos. “A gente encontrou o Lucas em 2013 [...] a gente sempre quis fazer alguma coisa juntos, em 2013 estava explodindo lembra? As manifestações de rua?” (BRASIL, 2021)

As manifestações a que os integrantes se referem são conhecidas como as “Jornadas de Junho”, protestos que perduraram mais de um mês. Inicialmente, foram organizadas pelo “Movimento Passe Livre” e a pauta era o novo aumento de 20 centavos das passagens de ônibus em São Paulo. Entretanto, rapidamente tornou-se um protesto em escala nacional e espalhou-se por centenas de cidades devido a outras insatisfações sociais, como a Copa do Mundo, que aconteceria em 2014, a precariedade na saúde e na educação, a corrupção na política, dentre outras. (GONDIM, 2016).

Sendo assim, os fundadores deixam claro que seu objetivo sempre foi o de constituir uma empresa e se inserirem no mercado, além de nunca terem seguido o caminho de tornarem-se uma ONG ou de aceitarem verbas públicas. Assim, o que os motivou finalmente a fundar a empresa foi o contexto nacional de intensa polarização entre a esquerda e a direita política, além da necessidade de um veículo midiático que pudesse levar informação para essa grande quantidade de pessoas que desejavam compreender a política atual.

Quanto ao ano de 2014, aconteciam manifestações *pró-impeachment* da então presidente Dilma Rousseff por todo território nacional. Já nos anos de 2015 e 2016, houve grande aumento de grupos e organizações de direita no Brasil, principalmente nos ambientes virtuais, em que propagavam suas ideias políticas e reivindicações (SALDANÃ, 2016). Movimentos como o “MBL”, o “Vem pra rua” e o “Revoltados Online” surgiam com ideais liberais e/ou conservadores, mas principalmente com pautas que uniam os grupos a um inimigo em comum, o PT. O crescimento do sentimento antipetista era o que unia os conservadores e liberais em reivindicações *pró-impeachment* e eram muito bem articulados e organizados em suas mídias sociais

– nas quais organizavam manifestações, pautas, enquetes e divulgavam seus vídeos de repúdio ao Partido dos Trabalhadores. (PENTEADO, LERNER, 2018).

Portanto, a Brasil Paralelo surge em 2016, no ano do julgamento do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, com o propósito de ser uma forma de educar a população nesse cenário político nacional, de sentimento antipetista, insatisfações sociais e confusão acerca de conceitos políticos que até então eram menos discutidos em profundidade, mas que ao mesmo tempo careciam de narrativas no ponto de vista da direita política.

Quando chegou 2014 e 2015, que a coisa aí de fato se configurou mesmo com a polarização direita e esquerda, porque em 2013 não era configurado assim. Aí então começou um pouco da direita perceber ‘poxa queremos entender isso e tem conteúdos que nos servem e que não são os que estão no *mainstream*’ (BRASIL PARALELO, 2021).

## 2.2 OBJETIVOS, IDEAIS E COMO SE IDENTIFICAM NO CENÁRIO POLÍTICO NACIONAL

No site oficial, é possível encontrar que a empresa se define como privada e de educação, com o objetivo de realizar produções de mídia audiovisual sobre assuntos principalmente educacionais e reflexivos sobre diversas ciências. Além disso, disponibilizam conteúdos exclusivos em sua plataforma digital para os membros assinantes que contribuem financeiramente para a empresa.

Somos uma empresa privada de entretenimento e educação. Produzimos séries, documentários, filmes, programas e cursos, que tratam de política, história, filosofia, economia, educação, arte e atualidades [...] Nossa missão é resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros. Acreditamos que o entretenimento é uma das principais ferramentas para esse resgate. Nossa orientação é sempre a busca pela verdade histórica, ancorada na realidade dos fatos, e somos contrários a qualquer tipo de ideologização na produção de conteúdo (BRASIL PARALELO, 2021).

Ao responder sobre o porquê do nome “Brasil Paralelo”, eles informam que o nome foi escolhido por conta de a empresa ter seu modo de agir totalmente independente, sem estar vinculada a nenhum partido político ou figura política.

O nome é uma referência ao nosso modo de agir, totalmente independente. Não somos ligados a nenhum movimento, partido, ou figura política. Há no Brasil uma cultura patrimonialista que vincula toda evolução social e cultural a uma ação do Estado ou de um movimento político. Nós, por outro lado, acreditamos que a iniciativa privada é a mais eficiente força motriz para produção da cultura no país. São as pessoas que devem voluntariamente

escolher o que querem consumir – e, por consequência, destinar os seus recursos – e não algum burocrata (BRASIL PARALELO, 2021).

No mesmo sentido, ao serem entrevistados e questionados se possuem alguma vinculação com o governo do atual presidente da república, Jair Bolsonaro, respondem categoricamente que não possuem vinculação.

Vocês se consideram uma produtora alinhada aos interesses do governo ou não? Não. E o que vocês respondem às críticas das pessoas que dizem que vocês têm esse viés governista nos documentários, enfim, nos episódios que vocês lançam? Estão equivocados (MORNING SHOW, 2020).

Ao serem questionados se possuem alguma ideologia, a resposta foi negativa:

Não tem ideologia né, quero dizer, ideologia é quando você fecha um conjunto de ideias e você passa a defender aquele conjunto de ideias pro mundo e tal, pra sua vida. E a gente até por essa missão, por essa vocação de divulgar ideias, a gente colocou como o nosso principal valor a verdade. O que significa isso? Que a gente persegue a verdade (MORNING SHOW, 2020).

Ainda sobre o tema ideologia, no site, é reforçada a ideia de que a busca pela verdade é superior a qualquer ideologia que o grupo possa ter.

Quando um tema importante é ensinado de forma ideológica, num primeiro momento obtêm-se resultados alinhados à ideologia. Porém, num momento seguinte, as pessoas começam a se questionar sobre as informações que recebem e sobre quem entrega o conteúdo. Quando isso acontece, surge uma demanda pela verdade. A realidade objetiva é sempre mais completa e com mais nuances do que a narrativa ideológica, que não passa de um recorte que tem uma intenção. Nesse caso específico, o agravante notado está em usar o tema como uma espécie de mito fundador de grupos políticos revolucionários do país. Nós somos contra a ideologização na produção de conteúdo. Quando você acredita que a verdade existe e se propõe a investigá-la, qualquer ideologia, por mais bonita e atraente que seja, em algum momento acaba se desmontando, provando-se limitada (BRASIL PARALELO, 2021).

### 2.3 SERVIÇOS OFERECIDOS

Atualmente, a empresa disponibiliza seus serviços em duas plataformas virtuais. Uma dessas é o YouTube, em que estão disponibilizadas as suas produções audiovisuais de forma gratuita. Também em seu site, [brasilparalelo.com.br](http://brasilparalelo.com.br), estão disponibilizados alguns serviços gratuitos, como alguns vídeos, *e-books* e seus

serviços de forma paga, quais sejam: o de *streaming*<sup>2</sup> BP Select, o seu plano patriota e o núcleo BP (BRASIL PARALELO, 2021).

O plano “Patriota”, é o primeiro a ser ofertado pela empresa, veio com o objetivo de ser “O plano para quem quer apoiar o trabalho da Brasil Paralelo.” (BRASIL PARALELO, 2021). Ele torna possível que qualquer pessoa possa contribuir para o financiamento das produções por ser o plano mais barato, custando apenas R\$ 10,00 por mês, e é disponibilizado todas as produções originais da Brasil Paralelo e as entrevistas que já foram gravadas.

Quanto ao serviço de *streaming*, esse é o mais recente que a empresa inaugura e se chama “BP Select”. “O plano para quem quer assistir filmes de qualidade com toda família.” (BRASIL PARALELO, 2021). É possível encontrar um catálogo de filmes selecionados, análises exclusivas dos filmes e programação infantil, além de todas produções originais da empresa e entrevistas.

Todos os filmes da plataforma são selecionados a partir de uma análise especializada da curadoria da empresa. O objetivo é evitar frustrações dos assinantes ao selecionarem algum conteúdo para consumir (BRASIL PARALELO, 2021).

O terceiro plano é o “Núcleo BP”, que, segundo eles, é “A maior iniciativa de formação intelectual online do país.” (BRASIL PARALELO, 2021). Nesse plano, o assinante terá direito a cursos exclusivos de formação intelectual acompanhados de material complementar, além de possuir acesso a todas as produções originais da empresa e entrevistas.

O último plano oferecido é o de acesso total e que contempla os assinantes com todos os benefícios dos planos anteriores mencionados. “[...] conteúdos exclusivos de altíssima qualidade, como um catálogo de filmes, programação infantil, e cursos sobre história, economia, filosofia, ciência política, arte e educação.” (BRASIL PARALELO, 2021).

No que tange aos materiais de leitura, são disponibilizados no site livros virtuais gratuitos que discutem variados temas.

Acesse os e-books produzidos pela Brasil Paralelo. Cada um apresenta um tema diferente para iniciar ou se aprofundar em estudos relacionados aos cursos do Núcleo de Formação ou às nossas produções originais. É um

---

<sup>2</sup> “O streaming é a tecnologia de transmissão de dados pela internet, principalmente áudio e vídeo, sem a necessidade de baixar o conteúdo.” <https://tecnoBlog.net/responde/o-que-e-streaming/>

material muito rico, do tipo que não se encontra facilmente. São todos gratuitos! (BRASIL PARALELO, 2021).

## 2.4 PRODUÇÕES, ALCANCE MIDIÁTICO, APOIADORES E RECEITA

Ao todo, o grupo já possui cerca de 17 produções de mídia audiovisual originais divididas entre séries e filmes – mas, se forem levados em conta os episódios das séries, esse número ultrapassa a marca de 50 produções e, segundo dados fornecidos pela empresa, já superaram a marca de 20 milhões de visualizações. Ademais, também possuem em seu site 8 materiais de leitura gratuitos originais (BRASIL PARALELO, 2021).

Em uma entrevista recente, os sócios fundadores já confirmaram ter alcançado a marca de 320 mil assinaturas. “O que é a Brasil Paralelo hoje? É uma empresa de mídia, com mais de 320 mil assinaturas ativas [...] (BRASIL PARALELO, 2021).” E só no serviço de streaming possuem mais de 50 mil assinantes. “Com menos de três meses após o lançamento, a *BP Select* atingiu a marca de 50 mil assinantes e já é um dos produtos de maior sucesso da empresa, representando cerca de 14% das assinaturas.” (BRASIL PARALELO, 2021).

Em consequência dessa enorme adesão nacional às produções, serviços e produtos ofertados pela empresa, no ano de 2021, a Brasil Paralelo obteve um faturamento de 60 milhões de reais. Segundo eles, praticamente todo o valor é reinvestido para novos projetos e produções.

Com R\$60 milhões obtidos exclusivamente a partir da venda de assinaturas, a Brasil Paralelo faz questão de afirmar que nunca recebeu, e jamais receberá, nenhum valor de dinheiro público. Mesmo que produza documentários e outros conteúdos audiovisuais, a empresa se recusa a utilizar qualquer tipo de incentivo governamental previsto para essa atividade, seja direta ou indiretamente (BRASIL PARALELO, 2021).

Como pôde ser observado, todos os produtos e serviços da empresa estão compilados em sua plataforma da internet, entretanto, sua presença em outras redes sociais também é expressiva. Em seu canal do *YouTube*, é possível constatar que a empresa possui 2 milhões e 430 mil inscritos e 841 vídeos postados, que variam em produções originais, *lives*, entrevistas e trechos de cursos.

Já no Instagram, possuem 1 milhão e 100 mil seguidores (PARALELO, 2022). No Twitter, possuem 324 mil seguidores, (PARALELO, 2022) e, no Facebook, 604 mil seguidores (PARALELO, 2022).

Ademais, outra questão que realça o alcance e impacto da empresa é o fato de ter celebrado um contrato de 3 anos com a TV Escola para transmissão da série “Brasil – A Última Cruzada” – ou seja, em uma emissora de televisão que tem vínculo governamental com o Ministério da Educação (ALFANO, 2019). Não obstante, no minuto inicial da produção “1964 – O Brasil entre armas e livros”, destacam-se diversos depoimentos de alunos que foram voluntários para transmitir este filme em suas universidades e foram impedidos pelos diretores ou reitores (BRASIL PARALELO, 2019). Mas, além das universidades, há também a intenção da empresa em ter seu conteúdo reproduzido nas salas de aula das escolas do ensino básico.

Você está sendo convidado para tornar possível o projeto. A Última Cruzada: O Filme. A missão é compilar os 5 últimos capítulos da série em um filme com duração de 2 horas, elevando exponencialmente a qualidade de produção. Adaptando o roteiro de forma que qualquer pessoa independente do nível de ensino, consiga finalmente se conectar com suas origens. Queremos que a dona Maria, senhora de 57 anos, aposentada, e o Jonas, estudante de 14 anos de uma escola pública do Rio de Janeiro, possam sentir a mesma emoção ao saber quem foram José Bonifácio, Leopoldina, Dom Pedro e demais personalidades que tanto fizeram por nossa nação [...] Que, de uma vez por todas, aquelas imagens distorcidas criadas pelo cinema brasileiro caiam por terra. (BRASIL PARALELO, 2019).

Sendo assim, tais demonstrações de alcance midiático e iniciativas para disseminar seu conteúdo em todos os meios educacionais possíveis refletem como a empresa possui ambição de crescimento e potencial de influência no cenário nacional. A seguir, será explicado acerca das produções escolhidas e o método de escolha.

## 2.5 DETALHES SOBRE AS PRODUÇÕES ESCOLHIDAS PARA ANÁLISE DA PESQUISA

Como dito anteriormente, em sua plataforma pública do *YouTube*, a empresa possui 841 vídeos disponíveis, sobre temáticas variadas. Portanto, tornou-se necessário escolher um tema e analisar vídeos específicos mais relevantes para a pesquisa. A história nacional foi o tema escolhido para ser estudado e as 8 produções audiovisuais que tratam sobre a formação histórica brasileira, inclusive essas que tiveram a iniciativa do grupo de serem propagadas nas salas de aula, foram selecionadas para serem analisadas. Essa opção se deu justamente por terem relação com a questão central da presente pesquisa: entender o papel do grupo Brasil Paralelo na produção de narrativas acerca da história política do Brasil no contexto atual.

A primeira produção escolhida foi a “Capítulo 2: Terra de Santa Cruz”, por pertencer à série “Congresso Brasil Paralelo”, na qual a empresa aborda diferentes temas – mas, neste capítulo, especificamente, tentam tratar de forma bastante resumida de temas polêmicos da história do Brasil de forma geral, ou seja, do Brasil Colônia até a Ditadura Militar. Foi uma das primeiras produções de mídia audiovisual da empresa e postada no canal do Youtube em 2016. Possui a duração de 32 minutos e, atualmente, consta com mais de 542 mil visualizações (BRASIL PARALELO, 2016).

A segunda produção analisada foi a série “Brasil – A Última Cruzada”, e possui 6 capítulos. O primeiro é “Capítulo 1 - A Cruz e a Espada”, em que é narrado desde o início da civilização humana até a constituição de Portugal, os conflitos entre islâmicos e cristãos, as cruzadas, até o início das grandes navegações e o descobrimento do Brasil. O episódio possui 51 minutos e consta com 3 milhões e 671 mil visualizações (BRASIL PARALELO, 2017a).

O segundo episódio da série é “Capítulo 2 – A Vila Rica”, que retrata o período colonial do Brasil e temas sensíveis da época, como a relação com os povos nativos do Brasil, a escravidão negra, a relação com os jesuítas, a relação da coroa com os colonos, o período de invasão holandesa, e encerra-se um pouco após o período de administração de Marquês de Pombal. O episódio tem a duração de 1 hora e 07 minutos e consta com 1 milhão e 752 mil visualizações (BRASIL PARALELO, 2017b).

O terceiro episódio, “Capítulo 3 – A Guilhotina da Igualdade”, retrata a Revolução Francesa, os conflitos políticos com a França, a vinda de toda a corte portuguesa para o Brasil, as ações da família real dentro da colônia brasileira, o casamento de Dom Pedro I até a saída de Dom João VI do Brasil, rumo a Portugal. O episódio tem a duração de 57 minutos e consta com 1 milhão e 352 mil visualizações (BRASIL PARALELO, 2017c).

O quarto episódio, “Capítulo 4 – Independência ou morte”, retrata o processo de independência do Brasil e a vida íntima de personagens importantes desse período, como Dom Pedro I, Maria Leopoldina e José Bonifácio. Narra até o momento em que Dom Pedro I se retira do Brasil após grandes protestos dos brasileiros, deixando seu filho, Dom Pedro II, como herdeiro do trono e lutando na guerra civil portuguesa contra seu irmão Dom Miguel pela posse de sua filha Maria II ao trono de Portugal. O episódio tem a duração de 1 hora e 14 minutos e consta com 2 milhões e 565 mil visualizações (BRASIL PARALELO, 2017d).

O quinto episódio, “Capítulo 5 – O Último Reinado”, retrata a criação de Dom Pedro II por José Bonifácio, o período regencial, como funcionava o Poder Moderador, alguns nomes intelectuais da cultura Brasileira, como Carlos Gomes, Machado de Assis, Joaquim Nabuco, a vida íntima de Dom Pedro II, os conflitos com a igreja católica, a guerra do Paraguai, o movimento abolicionista até a Proclamação da República. O episódio tem a duração de 1 hora e 09 minutos e consta com 1 milhão e 581 mil visualizações (BRASIL PARALELO, 2018a).

O sexto e último episódio da série, “Capítulo 6 – Era Vargas”, retrata desde a Proclamação da República, passando pela “Primeira República” até o governo de Getúlio Vargas. Possui a duração de 1 hora e 25 minutos e conta com 2 milhões e 193 mil visualizações (BRASIL PARALELO, 2018b).

Quanto ao período da Ditadura Militar, foi elaborado um único filme para o período histórico, “1964 – O Brasil entre armas e livros”, em que é retratado desde o período democrático após o governo de Getúlio Vergas, a criação de Brasília, o mundo pós Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria, as ameaças comunistas no Brasil, a deposição do presidente João Goulart e a Ditadura Militar. Possui a duração de 2 horas e 07 minutos, é a maior produção analisada. Até o momento, alcança a marca de 9 milhões e 515 mil visualizações, sendo o maior alcance dentre todas as produções já feitas pela empresa (BRASIL PARALELO, 2019).

Diante disso, é de suma importância observar que o YouTube é a maior plataforma de vídeos do mundo e o Brasil se encaixa na colocação de 2º país com mais horas assistidas dentro dessa mídia social (TERRA, 2021). Levando esse fato em consideração, com o intuito de mensurar o impacto das produções de história da empresa dentro dessa plataforma de mídia social, buscou-se a expressão “história do Brasil” no buscador do site, utilizando o filtro para que aparecessem os vídeos de maiores visualizações primeiro. Os resultados da busca<sup>3</sup> mostraram a série “Brasil - a Última Cruzada” em 6º na ordem de vídeos mais visualizados. Posteriormente, ao pesquisar<sup>4</sup> a expressão “Ditadura Militar”, os resultados mostram o filme “1964 – O Brasil entre armas e livros” em 2º na ordem dos vídeos mais visualizados.

## 2.6 POLÍTICOS ENVOLVIDOS COM AS PRODUÇÕES DA EMPRESA

---

<sup>3</sup> [https://www.youtube.com/results?search\\_query=hist%C3%B3ria+do+brasil&sp=CAM%253Dr](https://www.youtube.com/results?search_query=hist%C3%B3ria+do+brasil&sp=CAM%253Dr)

<sup>4</sup> [https://www.youtube.com/results?search\\_query=Ditadura+militar&sp=CAM%253D](https://www.youtube.com/results?search_query=Ditadura+militar&sp=CAM%253D)



No episódio “Terra de Santa Cruz”, da série “Congresso Brasil Paralelo”, a empresa entrevista o atual presidente da República, Jair Bolsonaro (na época, deputado federal), político dito conservador. Na entrevista, ele se refere ao período de 1964 a 1985 como Regime Militar, e não Ditadura Militar, defendendo que não foi um golpe, mas sim uma vontade do povo naquele momento em que o país vivia. (BRASIL PARALELO, 2016).

Também na série “Congresso Brasil Paralelo”, no episódio “Dividindo pessoas e centralizando o Poder”, participam o deputado federal Eduardo Bolsonaro, político conservador, e a atual deputada federal Joice Hasselmann, também política conservadora, na época jornalista (BRASIL PARALELO, 2016).

Outro político que tem grandes participações nas produções da empresa é o deputado federal e descendente da família imperial brasileira, Luiz Philippe de Orléans e Bragança, político conservador.

Na época de sua primeira participação, era empresário. Participou da série “Congresso Brasil Paralelo” (BRASIL PARALELO, 2016), da série “Brasil – A Última Cruzada” (BRASIL PARALELO, 2017), da série “Pátria Educadora” (BRASIL PARALELO, 2020) e também participa de forma rotineira em encontros especiais ou entrevistas que a empresa realiza.

Outra política que se encontra ativa nas produções da empresa é a atual deputada estadual de Santa Catarina Ana Caroline Campagnolo, política conservadora que possui participação na série “As Grandes Minorias” (BRASIL PARALELO, 2020) e em demais produções da empresa, como encontros especiais e entrevistas.

Outro convidado que participou da produção “Pátria Educadora” (BRASIL PARALELO, 2020) e que exerceu um cargo político importante no governo de Jair Bolsonaro foi o ex-Ministro da Educação Abraham Weintraub, também declarado um político conservador.

Importante salientar que as produções da empresa são utilizadas atualmente como referencial histórico para o argumento de diversos políticos conservadores<sup>5</sup>. Como exemplo, Eduardo Bolsonaro fez a seguinte postagem em seu *Twitter*:

---

<sup>5</sup> Todos os políticos mencionados são autodeclarados conservadores, como se pode comprovar por suas por meio de suas respectivas afirmações:

Jair Bolsonaro: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/11/4889096-bolsonaro-esquerda-sofreu-derrota-historica-e-onda-conservadora-chegou-para-ficar.html>

Joice Hasselman: <https://www.facebook.com/watch/?v=258248105101026>

Eduardo Bolsonaro: <https://www.sbtnews.com.br/noticia/politica/156206-eduardo-bolsonaro-funda-instituto-para-fazer-guerra-cultural-contra-esquerda>

Tenho estudado para a sabatina e isso inclui estudar a história nacional. Assim, tenho revisto episódios do @brasilparalelo sobre a história do Brasil, como o episódio que trata da nossa independência passando por Leopoldina, Bonifácio e Princesa Isabel: (BOLSONARO, 2019).

O político também divulgou em seu *Twitter* o filme “1964 – Brasil entre armas e livros” que foi produzido pela empresa, usando os seguintes dizeres “1964, O FILME! Uma produção Brasil Paralelo @brasilparalelo que estreia nos cinemas dia 31 de MARÇO falando verdades nunca antes contadas – muito menos pelo seu professor de história!” (BOLSONARO, 2019).

Sendo assim, um fato importante que merece ser ressaltado é que, apesar de a empresa alegar não possuir uma ideologia, foi observado que todos os políticos convidados até o momento para participação em suas produções se declaram conservadores, como já referenciado acima. Ou seja, não houve sequer a participação de um político declaradamente de esquerda ou centro.

## 2.7 CIBERPOLÍTICA, REVISIONISMO E NEGACIONISMO

Alcançada até aqui a compreensão geral sobre a empresa, resta compreendê-la no cenário atual da ciberpolítica.

A maior parcela da população foi alvo passivo de informações até o fim do século XX. Essas informações eram entregues pelas grandes mídias de jornal, televisão e rádio, além de que, com a eclosão da internet e suas plataformas digitais, como o Telegram, Whatsapp, Twitter, Instagram, Facebook e Youtube, as pessoas deixaram de ser meras receptoras passivas de informação e passaram a difundir e produzir conteúdo de variados tipos, inclusive políticos (ROSA *et al.*, 2021).

Não obstante, se essa divulgação e produção de informação, por um lado, é considerada benéfica pela sua liberdade, desburocratização e rapidez, por outro lado, ela se torna uma via perigosa, visto que não possui nenhum verificador mínimo de veracidade dos fatos que ali são expostos, vejamos.

---

Luiz Philippe de Orléans e Bragança: <https://www.lpbraganca.com.br/historia/>

Ana Caroline Campagnolo: <https://anacampagnolo.com.br/>

Abraham Weintraub: <https://pleno.news/brasil/politica-nacional/weintraub-nunca-terei-vergonha-de-dizer-que-sou-conservador.html>

Assim, se por um lado essas novas modalidades infocomunicacionais que emergem no século XXI poderiam ser supostamente benéficas para as sociedades humanas, uma vez que possibilitariam uma maior qualidade, velocidade e liberdade na produção e difusão de conteúdos de forma mais democrática, além de horizontalizar o fluxo de circulação de notícias, inclusive promovendo outras formas de existência que passaram a ocorrer virtualmente; por outro, elas podem gerar uma enorme confusão na difusão de suas informações, já que se torna bastante difícil conferir sua veracidade, tendo em vista a insuficiência de filtros que garantam certa qualidade em sua circulação. A dificuldade em tratar da veracidade destas informações e fatos decorrentes da ausência ou escassez de filtros acerca destes dados, chamados hodiernamente de *fact-checking*, passou não apenas a comprometer a qualidade do que é produzido e/ou difundido, como também permitiu o nascimento da chamada pós-verdade (ROSA *et al.*, 2021, p. 189 - 190).

A nova forma de fazer política e relações sociais no século XXI está profundamente influenciada e mediada pela internet e pelas mídias digitais. Boa parte da vida das pessoas está sendo compartilhada por essas mídias, ou seja, suas experiências e cotidiano (SANTOS, *et al.*, 2020). Sendo assim, entende-se que esse mundo virtual pode ser uma ferramenta que influencia fortemente na realidade social.

Essas tecnologias de comunicação não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua através de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social (SAKAMOTO, 2013, p. 93)

Portanto, ao considerar que agora a atuação das massas ocorre pela internet, aderiu-se a uma nova forma de organização política e social, usando o meio virtual como ferramenta para potencializar ações partidárias de grupos políticos. Isso explica o porquê de tais grupos investirem massivamente no ativismo digital para externar seus objetivos, transformando plataformas digitais em ambientes de luta contra as antigas mídias e antigos “donos da fala” ou “donos das narrativas”, apresentando-se como alternativas verdadeiras e isentas, principalmente para o público jovem, que acaba por comprar esses discursos (SANTOS, *et al.*, 2020).

Nesse contexto, surge o fenômeno da pós-verdade, que, em 2016 foi escolhida como a palavra do ano pelo Oxford Dictionaries. Ela foi definida como

forma abreviada para “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal. Sua exata etimologia é contestada, embora haja um consenso geral de que foi utilizada pela primeira vez em 1992, na revista *The National*, em um artigo do escritor sérvio-norte-americano Steve Tesich. Segundo Tesich, os norte-americanos estavam tão traumatizados com Watergate, o caso Irã-Contras e outros escândalos, que começaram a dar as costas para a verdade e conspirar exaustivamente por sua supressão (D’ANCONA, 2018, p. 20).

O contexto de surgimento da expressão “pós-verdade” se deu juntamente com a ascensão de um fenômeno da direita mundial (e também brasileira), conhecido como “novíssimas direitas”. O comportamento desses grupos políticos na internet também pode ser classificado como uma guerra de quarta geração, justamente por não ocorrer em territórios físicos e mediante forças militares, mas sim em um espaço virtualizado na internet, tentando modificar a forma como a população enxerga variados fenômenos. Isso ocorre através de uma guerra informacional, cognitiva e adentrando numa ciberpolítica: “compreenderemos a era da pós-verdade caracterizada como uma espécie de guerra informacional e cognitiva e, portanto, uma guerra intencional (ROSA *et al.*, 2021, p. 190).

Aprofundando a questão brasileira, percebe-se a ideia propagada pelos auto intitulados conservadores, a respeito da existência de uma guerra cultural ocorrendo no Brasil e ao redor do mundo, principalmente no ocidente. O principal referencial teórico da direita conservadora brasileira é o escritor Olavo de Carvalho, que difundiu vários temas que se tornaram pautas de debates na política atual e, que inclusive é visto como um dos intelectuais de referência para a empresa Brasil Paralelo na produção de seus vídeos.

A guerra cultural não é, evidentemente, uma ‘conspiração’, mas a sutileza das suas operações, raiando a invisibilidade, faz com que a impressão confusa suscitada pelo conceito em quem ouça falar dele pela primeira vez seja exatamente essa, produzindo quase infalivelmente aquele tipo de resposta que mereceria o nome de suspicácia ingênua, ou incredulidade caipira. Outra dificuldade é que as armas usadas na guerra cultural são, por definição, uma propriedade quase monopolística da classe dos intelectuais e estudiosos, escapando não só à compreensão como aos interesses do cidadão comum, mesmo de elite, não envolvido em complexos estudos de história literária e cultural, filosofia, linguística, semiologia, arte retórica, psicologia e até mesmo sociologia da arte (CARVALHO, 2018, p. 171).

Portanto, resta adentrar em dois temas de suma importância para o contexto em que a empresa se enquadra: o debate entre revisionismo histórico e negacionismo. De forma corriqueira, estes termos estão presentes nos discursos políticos propagados nas mídias virtuais, incluindo na empresa Brasil Paralelo. De resto, é importante discernir os significados desses dois termos para se entender em qual deles a empresa se enquadra.

Revisionismo: interpretação livre que não nega necessariamente os fatos, mas que os instrumentaliza para justificar os combates políticos do presente a fim de construir uma narrativa “alternativa” que, de algum modo, legitima

certas dominações e violências. Negacionismo: radicalização da negação e/ou do revisionismo. Falsificação do fato (PEREIRA, 2015, p.866).

No mesmo sentido, compreende-se a história como revisionista, a todo momento que um novo conhecimento sobre algo é feito, ou uma nova tecnologia que permita o desfecho de alguma incógnita passada. Assim, a revisão histórica em si não é algo maléfico para a ciência, pelo contrário, é algo importante desde que seja feito dentro de um contexto científico.

A história é, por si só, revisionista, e o conhecimento está intimamente ligado à possibilidade de revisão. O revisionismo é, portanto, inerente à pesquisa, pois a narrativa historiográfica é ancorada no presente e é a partir dele que se constitui e se enriquece. Sem revisionismo, não há construção de conhecimento. A narrativa histórica está intimamente ligada ao presente, porque é a partir dele que se desenvolvem tanto técnicas de abordagem do passado quanto novos fatos e documentos. O revisionismo é, desta forma, um recurso historiográfico para realocar e preencher silêncios históricos, mas esta essência está completamente fundamentada nos procedimentos científicos de verificação e apuração, dignos da pesquisa do campo da História. (BUZALAF, 2019, p. 6)

Entretanto, o negacionismo age especialmente mediante o silêncio, a mistificação, o ocultamento e a minimização no campo da narrativa, objetivando diminuir alguns passados do estudo presente, transformando-os em passados de pouca substancialidade e impondo um significado único à história nacional. No Brasil, isso ocorre como a principal estratégia dos movimentos conservadores, de não colocar alguns acontecimentos nas mentes da coletividade com relação a determinados períodos históricos, como a ditadura militar, o genocídio indígena e a escravidão. O problema do negacionismo é justamente sua tentativa de ocultamento de determinados passados da vida pública nacional: ele cerceia e limita o que poderia ser considerado como possíveis passados pois, ao retirá-los da nossa memória, ele empobrece a imaginação histórica e impede a análise do passado, impedindo outros futuros que podiam ser realizados (ÁVILA, 2021).

Nesse ponto, é perceptível que o revisionismo se opõe totalmente ao negacionismo pois, enquanto o primeiro pode ser feito de forma científica, o segundo é anticientífico e está intimamente vinculado ao fenômeno já explicado da pós-verdade, tendo em vista ser envolto de discursos voltados primeiramente aos objetivos de quem o propaga, utilizando de meias-verdades para fortalecer a retórica principal.

O negacionismo é o oposto do revisionismo em sua intencionalidade. Se vale de uma construção narrativa aparentemente verossímil para negar a construção científica da historiografia. (BUZALAF, 2019, p. 6)

Um belo exemplo do que pode ser considerado revisionismo e negacionismo é retratado por Hobsbawm (1998).

Roma derrotou e destruiu Cartago nas Guerras Púnicas, e não o contrário. O modo como montamos e interpretamos nossa amostra escolhida de dados verificáveis (que pode incluir não só o que aconteceu mas o que as pessoas pensaram a respeito) é outra questão. (HOBSBAWM, 1998, p.6).

Ou seja, é um fato que Cartago foi derrotada por Roma. Propor outras formas de interpretar este fato através de novas descobertas é algo válido e faz parte do revisionismo histórico. Entretanto, negar que Cartago foi derrotada baseando-se em opiniões sem nenhum tipo de embasamento se enquadraria num negacionismo.

Nesse sentido, há real interesse desses grupos em controlar a narrativa sobre as verdades históricas, mas a história:

[...] não é monopólio de uma categoria, tampouco necessita, para existir enquanto narrativa, do cumprimento dos protocolos disciplinares que regem a prática científica. Afinal, a história enquanto tal é atravessada por múltiplos discursos que vão desde a literatura até o jornalismo, passando por campos como o direito, a educação, a teologia, a filosofia e, por que não, o mundo dos falsários. Assim, ao se falar d'a história ou d'o historiador, há que se considerar a dimensão contextual destas categorias, ou seja, assumir que a história tem, ela própria, uma historicidade, bem como o entendimento que em diferentes contextos se produz sobre o que é ou quem ocupa o lugar de historiador. Nesse sentido, talvez mais adequado do que se falar de funções para a história, seja pensá-la a partir de seus mais variados usos públicos e políticos. Trata-se de um deslocamento da questão: do para que serve a história? passamos para de que forma a história é usada? (BAUER, 2016, p. 819).

Assim, as narrativas revisionistas ou negacionistas possuem mecanismos de manipulação através de uma estratégia de esquecimento proposital de determinados fatos e rememoração demasiada de outros. As técnicas de esquecimento podem ocorrer através de uma narração diferenciada, de uma reconfiguração de documentos históricos, deslocando ênfases, interpretando de forma diferente os personagens históricos, das ações e dos contornos (RICOEUR, 2007).

Por fim, a política, hoje, tanto em seu contexto clássico, mas principalmente acentuada pela ciberpolítica, está envolta de extremismos e negacionismos, vindo a surgir com cada vez mais força pelo fenômeno da algoritimização<sup>6</sup>. Isso faz com que as pessoas se voltem para bolhas de opiniões – impedindo, de certa forma, que elas

---

<sup>6</sup> Conjunto de dados estabelecidos nas redes sociais sendo responsáveis por escolher quais conteúdos irão aparecer no perfil de cada usuário de acordo com o comportamento desse usuário nas redes sociais, ou seja, quais conteúdos aparecerão primeiro ou por último (DA EMPOLI, 2019).

vejam outros pontos de vista na internet. Isso gera uma tendência para que as pessoas “comprem” com frequência discursos de *influencers* digitais e de políticos com opiniões e soluções extremas para os problemas sociais. Contudo, esses, quase que corriqueiramente, utilizam de discursos envoltos da pós-verdade, visto que o que importa para eles é um discurso que tenha efetividade e impacto social, independentemente se é verdade ou não (DA EMPOLI, 2019).

Dessa feita, compreendido o que se entende por ciberpolítica, revisionismo e negacionismo, torna-se possível, posteriormente, definir se a empresa, através de suas declarações e produções de mídia audiovisuais, atua no cenário político nacional praticando alguma dessas ações e também compreender quais os seus interesses.

### 3. MEMÓRIA SOCIAL E DISPUTA DE NARRATIVAS

No presente capítulo, serão apresentadas teorias sobre memória social e disputas de narrativas, a fim de construir o entendimento necessário para compreensão da proposta do trabalho. A priori, a memória como mecanismo de preservação de informações se refere como um “conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2010, p. 525).

Numa outra perspectiva, a memória se apresenta de maneira seletiva e referencial, cuja função é localizar códigos e experiências culturais no presente, como um sistema que cruza informações, como estruturas culturais, políticas e econômicas como códigos de representação. As interpretações do passado, as representações do presente e as idealizações do futuro proporcionam ao indivíduo identidade cultural e grupal (BARROS, 1999).

#### 3.1 MEMÓRIA COMO OBJETO DE ESTUDO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A princípio, cumpre esclarecer a matriz teórica, bem como a referência epistemológica da memória, uma vez que, durante anos, esse objeto esteve envolvido em conflito entre a filosofia e a sociologia. Na segunda metade do século XIX, no contexto de industrialização e urbanização, quando o desenvolvimento do capitalismo monopolista e financeiro gerou diversas transformações nos sentidos e afetos dos habitantes das novas cidades em desenvolvimento, estudiosos de diferentes áreas manifestaram interesse pelo fenômeno da memória (SCHMIDT, 2006).

Pelo sentimento de desenraizamento e de perda de referenciais, “a memória delineou-se como um campo privilegiado de reflexões e debates” (SCHMIDT, 2006, p. 90). Maurice Halbwachs foi o primeiro a encarar a memória como fenômeno social, e esse foi o ponto essencial de sua teoria. Em seu trabalho, até buscou dar continuidade a estudos filosóficos sobre o tema, que buscavam des-subjetivar os episódios relacionados ao lembrar e ao esquecer – mas, em sua concepção, compreendeu a memória como uma reconstrução do passado “a partir dos quadros sociais do presente” (SCHMIDT, 2006, p. 92).

Dessa forma, associa-se a uma das principais características da memória social a incansável busca por uma relação entre passado e o presente fazendo com que seja fortalecida a noção de continuidade temporal, causando uma sensação de



pertencimento. Essa continuidade temporal entre os acontecimentos é necessária para que haja a construção de identidades coletivas e individuais (LE GOFF, 2003)

Assim, quanto ao enquadramento da memória, é possível escolher o que será lembrado e o que será esquecido, utilizando a construção da memória como estratégia de agentes e agências sociais para ancorar identidades, pois há uma “ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade” (POLLAK, 1992, p. 204).

Nesse contexto, importante ressaltar o aspecto de identidade em que a memória se expressa. É possível afirmar que ela se apresenta como elemento norteador que direciona o indivíduo ou grupo em seus propósitos e objetivos, pois relembra o sentido da perseverança e coerência de vida com base em suas raízes. Por assim se apresentar, torna-se objeto de disputa em determinadas realidades – pois, sendo possível o confronto de memórias, questiona-se os valores nos conflitos sociais e intergrupais, além de conflitos entre grupos políticos diversos (POLLAK, 1992).

Em relação ao sentimento de pertencimento no que tange ao lugar, identidade seria “antes de mais nada, ter um país, uma cidade ou um bairro, uma entidade em que tudo o que é compartilhado pelos que habitam esse lugar se tornasse idêntico ou intercambiável” (CANCLINI, 1998, p. 190), sendo nesses territórios o local destinado à celebração da identidade, seja em festas culturais típicas ou nos simples rituais cotidianos.

Sendo assim, as memórias que são compartilhadas, possuem certo vínculo de pertencimento, sendo conformadas pelas identidades e referenciais culturais próprios dos grupos sociais que as detém, fazendo assim, como que possam ser diferenciados de outros. Com isso a memória tem um papel pragmático e normativo que visa inserir os indivíduos em cadeias de filiação identitária, distinguindo-os e diferenciando-os em relação a outros e exigindo, em nome da identidade do eu ou da perenidade do grupo, deveres e lealdades (CATROGA, 2001).

Existem duas classificações amplas sobre memória, a memória individual e coletiva. Muito embora a memória individual por vezes se confunda com a coletiva, tendo em vista que existem memórias que precisem de confirmação de terceiro ou até mesmo complemento de lacunas de lembrança individual, trata-se de conceitos distintos. A memória coletiva abarca as memórias individuais, porém não se confundem. Quando a memória é coletiva, ela sempre será formada por um conjunto

de memórias que, nem sempre terão uma coexistência pacífica entre si, sendo formada pela junção tensional de memórias pessoais, familiares, grupais, regionais, etc (HALBWACHS, 1990).

Halbwachs (1990) buscou mostrar o fundo social e coletivo, de praticamente todas as nossas lembranças consolidadas. Em seu texto, usa exemplos pessoais, de viagens, passeios e visitas que fez, mas sempre afirma que em suas memórias não está sozinho, já que se inclui em grupos, para cada lembrança em particular. Ao relatar as suas percepções sobre memória coletiva e memória individual, ressalta que o homem apela aos testemunhos para firmar ou enfraquecer, mas também para complementar o que se conhece de um evento do qual já se familiariza de alguma forma. O relato do autor não teria sentido a não ser em relação a um grupo do qual ele pertence e está inserido, sendo um acontecimento vivido em comum por seus elementos, e por isso depende de um quadro de referências nos quais evoluem o grupo e o indivíduo (HALBWACHS, 2006).

Partindo dessa mesma premissa de que a memória é algo complexo e não puramente individual, não existe desenvolvimento da memória no interior de um indivíduo sem que haja suporte material, social e simbólico para tal, já que o conteúdo da memória é inseparável do campo de objetivação e da forma com que são reproduzidos e transmitidos, ou seja, a memória necessita de um conjunto de fatores para ser consolidada (NORA, 1993).

Nessa direção, é importante iniciar a abordagem entre a relação da memória com a história. Sendo a “Memória Histórica” como aquela memória que é compartilhada e conhecida por todos os indivíduos que integram uma sociedade, de modo simples, estruturado e independente da historiografia profissional (RICOEUR, 2007). No que tange a memória coletiva e memória histórica, à primeira vista podem se opor, pois ainda há confusão entre história e memória, criando a ideia de que a história tenha se construído como forma de rememoração, da anamnese e da memorização (NORA, 1993).

Todavia, é importante mencionar a diferença entre a memória histórica, da qual todos participam e a memória autobiográfica, elaborada por um indivíduo, contando sobre suas próprias lembranças e experiências vividas, sobre sua própria ótica. Ou seja, a memória histórica é muito mais extensa e rica em detalhes, já que pode ser construída por toda sociedade e por um período de tempo mais largo. Enquanto a memória autobiográfica está exclusivamente condicionada ao período vivido pelo

autor, então a memória histórica pode ser compreendida como um conjunto de memórias que compõe a sociedade e não apenas da vivência de um único indivíduo (HALBWACHS, 1990).

Contrastando com essa ideia, quando comparada com o esquema e caráter resumido da memória histórica, a memória autobiográfica apresenta ao indivíduo um conteúdo que flui de forma contínua e densa de suas próprias experiências e vida. Esse aspecto trará consigo, de forma especial, a importância significativa para os historiadores que trabalham com a História Oral<sup>7</sup>, lidando com essas particularidades e complexidade vindas pela memória autobiográfica de seus entrevistados (HALBWACHS, 1990).

Nesse sentido, houve o acercamento do campo historiográfico nos estudos mnemônicos, com técnicas para que o conteúdo, de qualquer natureza, não fosse esquecido, já que, a partir da década de 1960, a ideia de desaparecimento e esquecimento foi trazida à tona na historiografia. Sob este prisma, desenvolveu-se a relação dos testemunhos e das construções narrativas a partir da História Oral, agregando a significação de tradição oral<sup>8</sup> (RICOEUR, 2007).

Ademais, existe uma diferença entre a memória coletiva e a memória histórica, isto, pois, a primeira se apoia no passado vivido e na continuidade temporal, enquanto a segunda se baseia num passado como objeto da ciência, sendo descontínua. A memória coletiva se constrói pela experiência do passado, não se limitando a datas, nomes e fórmulas ou leis históricas, mas representam correntes de pensamentos e experiências vivenciadas (HALBWACHS, 1990).

Frisando a importância da relação entre memória e história, é necessário mencionar que para haver o desenvolvimento da própria História, deve haver memória, pois sem ela não haveria estudo nem conhecimento. Com isso, a partir da

---

<sup>7</sup> A história oral se apresenta inovadora em razão de seus objetos e abordagens. Isto, pois presta atenção aos dominados, “aos silenciosos e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais etc.), à história do cotidiano e da vida privada, à história local e enraizada” (FERREIRA; AMADO, 2006, p. 4), além de abordar a *história vista de baixo*, estando atenta as “maneiras de ver e de sentir, e que às estruturas objetivas e às determinações coletivas prefere as visões subjetivas e os percursos individuais, uma perspectiva decididamente *micro-histórica*” (FERREIRA; AMADO, 2006, p. 4). Entretanto, a história oral não deve ser concebida como outra forma de história, mas como um aspecto metodológico dentre tantos outros utilizados pela História.

<sup>8</sup> A tradição oral, na caracterização da memória social, pressupõe identidade como forma de não esquecer a reprodução e a continuidade dos grupos. Ela incorpora pedaços da narrativa histórica e das mudanças do tempo de acordo com a verbalização de quem a relata (GUARINELLO, 1999).

análise realizada, considera-se a necessidade de uma postura dos historiadores para lidarem com esses conceitos:

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 2003, p. 471).

Nessa questão, Halbwachs (2006), alude bem a uma situação hipotética da importância e influência da memória coletiva na sociedade, vejamos:

Quem sabe se, depois de uma guerra, de uma revolução que tenha escavado um fosso entre duas sociedades, como se houvesse desaparecido uma geração intermediária, a sociedade jovem ou a parte jovem da sociedade, em harmonia com a porção idosa, não se preocupa principalmente em apagar os traços dessa ruptura, em reaproximar gerações extremas, e, apesar de tudo, manter a continuidade da evolução? É preciso que a sociedade viva; mesmo que as instituições sociais estejam profundamente transformadas, e então, sobretudo quando estiverem, o melhor meio de fazer com que elas criem raízes é fortalecê-las com tudo o que se puder aproveitar de tradições. Aí, logo depois dessas crises, repetimos: temos de recomeçar no ponto onde fomos interrompidos, é preciso retomar as coisas a partir do início. Em pouco tempo, imaginamos que nada mudou porque reatamos o fio da continuidade. Esta ilusão, da qual logo nos livraremos, pelo menos terá permitido que passemos de uma etapa a outra, sem que em momento algum a memória coletiva tenha sentido qualquer interrupção (HALBWACHS, 2006, p. 104).

Levando em consideração uma compreensão da História como sucessão de eventos estruturados, o papel da Memória Coletiva passa a possuir uma relevância extrema, justamente por poder cumprir uma função social de trazer ao presente tradições e restabelecer continuidades de fatos que a historiografia não contempla e a História-Efetiva pode contestar por meio de circunstâncias que aconteceram. Sendo assim, A “Memória Coletiva”, é capaz de recriar seus valores e restabelecer pontes que foram perdidas, atualizando suas recordações e dando novo significado os seus esquecimentos, e fazendo a combinação de conceitos, trazendo o novo no velho e o velho no novo, criando uma ilusão de continuidade que se faz necessária. (HALBWACHS, 1990)

Nesse diapasão, observa-se o princípio de coesão social, que na memória coletiva tem um papel único no contexto heterogêneo de nossas sociedades modernas atuais. Existe uma função pública da memória coletiva, na sua forma de comemorações ou de museus históricos, bem como no fato de trazer à tona lembranças traumatizantes vividas por toda uma sociedade, suscitando um debate atual em um grande número de campos da percepção e análise, desde as ciências

cognitivas à Ciência Política, passando pela Sociologia e História e às demais disciplinas das Ciências Sociais (LE GOFF, 2003).

Destarte, a memória social é resignada e consolidada por meio de divergências discutidas por agentes sociais, que representam certos interesses, com o objetivo de fixar o que é realmente importante para ser imortalizado nos livros, memórias e demais registros de uma nação. Esses agentes procuram, por meio de suas recordações, trazer um certo processo de socialização para a história do local (POLLAK, 1992).

Tal fato também pode ser observado, com o surgimento e construção das tradições sob o contexto dos Estados, visto que rotineiramente elites nacionais criam as tradições para justificar atos, criar sentimento de nacionalismo, passar a ideia de que algo sempre foi de determinada forma, desenvolvendo, assim, um sentimento e memória de pertencimento nos habitantes de um Estado nacional (HOBSBAWM, 1997).

Da mesma maneira, devido a sua complexidade, é impossível que seja estabelecido um conceito clássico, simples e unívoco da memória, porém, quando se trata a memória social como um campo transdisciplinar, é possível traçar algumas proposições: seu conceito é ético e político; a memória implica o esquecimento; a memória não se reduz à identidade; a memória não se reduz à representação. A memória social não é estática e sim, fruto do afeto, já que é moldada pelo que nos afeta e pelo novo, fazendo com que não haja memória sem criação e imaginação (GONDAR, 2005). Nesse caso, os valores, saberes e memórias que participam da construção dos coletivos modernos, obrigatoriamente passa por uma criteriosa avaliação da relação da cultura com o poder. A memória é um importante instrumento para a construção, enfrentamento ou superação de ideologias no decorrer da história (POLLAK, 1992).

Para mais, como outros objetos de estudo, a memória também sofreu modificações com a sociedade globalizada, tendo em vista que houve aceleração<sup>9</sup> da história, produzida de uma forma cada vez mais veloz, um passado morto, causando uma percepção geral de algo que não existe mais. A globalização, o processo democrático, a massificação e a midiaticização causaram o arruinamento da memória como era antes. Com o fim das sociedades-memória<sup>10</sup> antigas e das ideologias-

---

<sup>9</sup> É a distância entre a memória social e verdadeira que foi guardada pelas sociedades ditas como primitivas, e não foram atingidas pela história, que é o que as sociedades fazem ao decidir entre qual memória será escolhida e qual esquecida, criando um passado morto. (NORA, 1993).

<sup>10</sup> Eram grupos que preservavam a transmissão de tradições, por exemplo, a igreja, a família e o próprio Estado (NORA, 1993).

memória, a conservação, transmissão de valores e recordações, bem como a passagem regular de forma coesa e reta do passado para as gerações do futuro foram prejudicadas (NORA, 1993).

Ao registrar a memória de certos grupos que viveram determinada experiência, pretende-se reunir a experiência comum que partilharam:

Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar algum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória (NORA, 1993, p. 18).

Só se tem o poder de recordação quando se toma poder de um ponto de vista de um ou mais grupos e se situa em uma ou mais correntes do pensamento coletivo:

Assim, se encontrarmos mais tarde membros de uma sociedade que se tornou para nós a tal ponto estranha, por mais que nos encontremos no meio deles, não conseguimos reconstituir com eles o grupo antigo. É como se abordássemos um caminho que percorremos outrora, mas de viés, como se o encarássemos de um ponto de onde nunca o vimos (HALBWACHS, 2006, p. 31).

Sobre memória e história, passado e presente, pode-se afirmar que a percepção que se tem do passado é a apropriação veemente daquilo é conhecido por não pertencer mais ao indivíduo:

Chegamos, simetricamente, da ideia de um passado visível a um passado invisível; de um passado coeso a um passado que vivemos como rompimento; de uma história que era procurada na continuidade de uma memória a uma memória que se projeta na descontinuidade de uma história. O passado nos é dado como radicalmente outro, ele é esse mundo do qual estamos desligados para sempre (NORA, 1993, p. 8).

Logo, a memória é um tipo de relação que se estabelece entre o presente e o passado, e que, simbolicamente, é capaz de pausar o tempo por um instante, fornecendo uma imagem fidedigna sobre determinado momento da vida do indivíduo. O tempo, nada obstante, consiste também numa construção social. O modo como se percebe é marcado por padrões e convenções coletivas que organizam a experiência dos indivíduos. Embora tenha uma dimensão subjetiva, a padronização do tempo é fundamental para a sincronização das ações individuais, permitindo o desenvolvimento da vida social (HALBWACHS, 1990). Nesse sentido, “o tempo da

memória coletiva está ancorado na vida das pessoas, sendo real e múltiplo, enquanto o tempo da história é, ao contrário, abstrato e arbitrário, fora do tempo vivido” (DOSSE, 2017, p. 34).

Pollak (1989) reconhece o caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva, automaticamente propõe que, ao invés de se lidar com os fatos sociais como coisas ou objetos, se analisem “como os fatos sociais tornam-se coisas, como e por quem são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989, p. 4). Desta forma, o autor adota a ideia de memória enquadrada em substituição a memória coletiva. Para ele, a memória, “essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” (POLLAK, 1989, p. 5), se integra em tentativas relativamente conscientes de estruturar e de reforçar sentimentos de posse e fronteiras sociais entre indivíduos inseridos em comunidades diferentes.

Sendo assim, a volta ao passado para a busca de conceitos e tradições esquecidas, serve para manter uma forma coesa de pensar dos grupos e das instituições pelos quais uma sociedade é composta, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as posições irreduzíveis:

Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências. É, portanto, absolutamente adequado falar, como faz Henry Rousso [1985], em memória enquadrada, um termo mais específico que memória coletiva (POLLAK, 1989, p. 9).

Por conseguinte, há uma extensa similaridade entre o rastro que foi transmitido e a tradição passada e recebida, quando afirma que “o rastro designa, em função de sua materialidade inscrita no presente, a exterioridade do passado, que, dessa forma, se inscreve no tempo do universo” (RICOEUR, 2007, p. 90). Nesse contexto, o rastro significa o aqui, quando contextualizado com o espaço, e o agora, no tempo presente. O rastro orienta a procura, a caça, a investigação, a pesquisa. O sentido do passado continua mantido em seus traços, entregues ao tempo presente e interpretados no presente num conjunto de significados. Por isso a lembrança é a imagem que se vive e se constrói no passado, o que é imaginado deste passado no tempo presente (RICOEUR, 2007).

Nesse ponto entende-se que, mesmo que seja individual ou coletiva, a memória baseia a sua construção em acontecimento, pessoas e lugares. As experiências relatadas, são as vividas de forma pessoal e ainda aquelas que, não vivenciadas

particularmente por indivíduos inseridos no contexto, foram pelo grupo em questão, a que esse indivíduo está relacionado, sendo assim, foram vividos de maneira indireta, resultando numa memória que pode ser considerada como herdada (POLLAK, 1992).

Nesse íterim, a memória é caracterizada por possuir um caráter seletivo, mas isso ocorre unicamente pois não é possível recordar e memorizar todos os eventos que ocorreram no passado. O caráter seletivo da memória se faz necessário unicamente por dar ordem às representações dos grupos (HALBWACHS, 2006), por sua vez, denomina como “enquadramento” a esse procedimento de escolha que constitui a formação mnemônica, dizendo que, alguns acontecimentos têm prioridade quando comparados a outros, mas isso não se dá de modo que não haja um arranjo correto, ou seja, de forma aleatória (POLLAK, 1989).

Portanto, indivíduos e sociedades procuram priorizar os fatores que concorrem para a formação de uma identidade que é considerada como positiva, colaborando com a manutenção de uma posição de privilégios de poder e status, mesmo que isso não se dê de modo completamente pensado e calculado. O processo de “enquadramento”, descrito, pode ser encontrado no processo de formação das lembranças e memórias de caráter hegemônico, ou seja, as que se relacionam aos interesses da comunidade que a englobe (POLLAK, 1989).

Nesse contexto, surge a figura dos *lugares de memória*. Ao se tratar do assunto, referencia-se o primeiro grande estudo teórico e prático nesta área do conhecimento realizado por Nora (1993), e a um grande número de outros estudiosos, entre eles historiadores, sociólogos, antropólogos e memorialistas franceses que se compõem o projeto coletivo que se relaciona aos *lugares de memória*. Nora (1993) diz que, antes de qualquer coisa, os lugares de memória são restos, marcos testemunhais de uma outra era vivida, das ilusões de eternidade. Entende-se os lugares de memória como objetos imortais e imutáveis, pois comungam do entendimento de que não há lembrança espontânea, existindo a necessidade de criação de arquivos para a memória: “Se o que defendem não estivesse ameaçado, não se teria a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que envolvem, eles seriam inúteis” (NORA, 1993, p. 13). Assim, quanto menos se experimenta a memória no interior pessoal, maior a necessidade de suportes exteriores para essa experiência.

Portanto, entre os grandes lugares que remetem memórias, importantes polos de investimento que definem a memória, estão aqueles locais socioculturais definidos



como “Instituições-Memória” (LEROI-GOURHAN, 1964-65, p. 67). Os registros desde as antigas sociedades, dos quais exemplificam os arquivos reais do palácio de Ougarit, na antiga Síria, ou as inúmeras tabuletas sequenciadas, que foram encontradas no palácio de Mari, entre tantos outros que foram examinados e podem descrever a história local da época.

Vale ressaltar que, ao lado deste grande movimento de pensamento e recordação dos lugares de memória, a nova concepção do advento da Memória Coletiva liderada por Nora (1993), permitiu que houvesse um novo desenho conceitual dos estudos relacionados a este tema na época. A Memória Coletiva seria, de agora em diante, percebida como “o que fica do passado no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado” (LE GOFF, 1990, p. 472).

Com esse novo conceito estrutural, atento não apenas ao que se conserva da experiência humana, mas também ao que os coletivos sociais fazem desta experiência humana conservada, as antigas adversidades que ocorriam entre Memória e História:

[Há] os lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios e arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou as associações (LE GOFF, 1990, p. 473).

Aduzindo sobre os lugares de memória, que desde que começaram a ser estudados, na década de 1980, surgiram os primeiros grandes estudos teórico sobre este tema, logo após a experiência francesa, verifica-se também a multiplicação destes lugares nas práticas sociais (NORA,1993). Considerando os lugares de memória que são ditos como “simbólicos”, são destacados esses grandes e por vezes ruidosos empreendimentos direcionados para a memória coletiva que são as festas e comemorações, tal como, a comemoração que acontece anualmente, em referência a tomada da Bastilha em 14 de julho, e particularmente a grande comemoração que ocorreu em 1989, marcados pela comemoração os duzentos anos da Revolução Francesa (LE GOFF, 1990). Da mesma forma, pode se compreender os museus, institutos históricos, casas de cultura, monumentos, textos literários, dentre outros, como lugares de memória, cuja finalidade é assegurar a preservação do vínculo identificatório, para manter vivo o sentimento de pertencimento dos indivíduos que a eles se relacionam (NORA, 1993).

Ademais, da mesma forma a História, agora, referindo-se a História-Efetiva, e não mais a historiografia, se torna cada vez mais recontada nas versões que a mídia disponibiliza para a população e, de tal modo, acaba sendo corrompida ou mesmo manipulada pelas memórias coletivas e intervenções midiáticas, onde a própria historiografia já constituiu a partir daí um campo novo: a “história da história” (LE GOFF, 1990, p. 474). Além disso, analisando uma possível manipulação de fenômenos históricos específicos pela intervenção da memória coletiva, os fenômenos históricos que um dia já foram estudados de forma quase que exclusiva pelos historiadores, passaram a ser examinados de direções variadas, a partir de olhares vindos dos vários lugares de memória, e cumpre então aos historiadores analisar a contaminação e a manipulação presente nesse processo de adaptação e modernização (LE GOFF, 1990).

No entanto, “a incompletude da objetividade em história permite deixar o debate sobre a herança histórica para as gerações futuras, numa busca indefinida de sentido” (DOSSE, 2017, p. 79), exigindo o emprego de subjetividade do profissional em diversos aspectos. Assim, o historiador poderá propor um juízo de importância ao selecionar, em sua análise, os acontecimentos e seus respectivos fatores, permitindo que sua subjetividade interfira ao longo do processo interpretativo que posteriormente será parâmetro de leitura

Portanto, a história e a memória se confundem e se complementam nas “memórias históricas” para preencher uma função de grande importância, que é quando a memória viva de determinados fatos ocorridos e acontecimentos começa a se perder ou se modificar através do desaparecimento natural dos agentes que os vivenciaram e, com isso, começa a se fazer ainda mais necessário um movimento para que essas memórias sejam registradas (NORA,1993). As memórias históricas constituem uma parte importante para o grande tema da Memória Coletiva, e levam os indivíduos que a experimentam e vivem a repensar mais uma vez o seu papel social de forma coletiva, englobando a comunidade (LE GOFF, 1990).

### 3.2 MEMÓRIA E NARRATIVAS HISTÓRICAS

A “nova” história, se constrói a partir da criação de uma história científica baseada na memória coletiva, sendo interpretada como uma revolução da memória, fazendo-a cumprir uma rotação em torno de alguns eixos fundamentais, deverá ser uma problemática contemporânea, com uma abordagem retrospectiva, abdicando a

ideia de um tempo linear e enxergar os tempos múltiplos vividos, com o enraizamento do individual no coletivo, nos aspectos linguístico, demográfico, econômico, biológico e cultural (NORA, 1993).

Embora as memórias possam divergir de acordo com as realidades dos diversos grupos integrantes da sociedade, em regra, os grupos têm a capacidade de se unirem para constituir o todo social de forma harmônica, sem conflito. No entanto as memórias coletivas suscitadas por agentes sociais revelam, na verdade, uma inquietação com a realidade atual, de modo que as memórias construídas por agentes no presente, objetivam sua apropriação no futuro (HALBWACHS, 1990).

A possibilidade de apropriação do passado no tempo presente significa que é possível se construir um futuro de acordo com as pretensões do agora, pois, na realidade, a construção dos fatos do passado é disputada no presente, a fim de construir um futuro que atenda as aspirações atuais. Por isso se tem a necessidade de se estabelecer como marco fundamental na construção de determinada identidade, monumentos e até mesmo determinados mitos no tempo presente (DOSSE, 2017).

Já em relação as dimensões de memória e identidade que se relacionam, é correto afirmar que um indivíduo, grupo ou sociedade pode estimular condutas organizadas almejando objetivos específicos, uma vez que “a memória permite uma visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória e biografia” (VELHO, 1994, p. 101), tendo por finalidade “a antecipação no futuro dessas trajetória e biografia, na medida em que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos” (VELHO, 1994, p. 101).

Ao pensar em construção da memória, deve-se relacionar diretamente ao tema da identidade, e ao se pensar em construção da identidade, deve-se considerar três elementos fundamentais, quais sejam: unidade física que representa a concepção espacial, ideia de lugar; a continuidade dentro do tempo que deve ser compreendida no sentido físico, moral e psicológico; e o sentimento de coerência, sendo aquele em que “os diferentes elementos que forma um indivíduo são efetivamente unificados” (POLLAK, 1992, p. 204).

As memórias compartilhadas geram ligações de pertencimento entre os indivíduos, legitimando identidades e formação de grupos sociais que se distinguem a partir de suas peculiaridades. Assim, pode-se afirmar que a memória possibilita a caracterização identitária do indivíduo, fazendo com que ele seja distinguido conforme

a sua identidade individual ou do grupo que integra (CATROGA, 2001). Dito isso, constituindo essencialmente a identidade do ser e também de uma coletividade, é o elemento frequentemente buscado fundamentalmente pelos indivíduos e pela sociedade nos períodos de angústia e crise, a fim de reiterar suas características próprias e intransferíveis que lhes definem e qualificam (NORA, 1993).

Não se confunde, no entanto, memória com mera lembrança. A memória como mecanismo rotineiramente presente na vida de indivíduos e grupos é depositária dos valores culturais estruturantes das práticas sociais necessárias ao convívio em conjunto, isto é, integra como parte fundamental o processo de reconstrução do passado para ressignificação do presente, enquanto a mera lembrança não tem representatividade e atuação ativa nesses processos, uma vez que trata-se do fato ou experiência guardado em memória (BARROS, 1999).

A literatura ensina que a construção da identidade é considerada como uma permanente negociação entre indivíduo e sociedade, não sendo considerada como algo puramente individual ou coletivo. Além disso, não é considerada como algo estático ou pronto, sendo necessário que se compreenda como um processo contínuo de interação e fluxos. Nesse sentido, a luta pela memória, e conseqüentemente, pela formação das identidades, torna-se uma disputa pela narrativa e pelo discurso (POLLAK, 1992).

Assim, no contexto de luta pelo poder das forças sociais, a memória coletiva foi posta em jogo, isto, pois a grande preocupação das classes e grupos das sociedades históricas, independentemente se ocupa o lado dominador ou dominado, é de quem se tornará senhor da memória e do esquecimento, uma vez que estes elementos se apresentam como mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2010). Nesse ponto, a memória é usada de acordo com a conveniência e necessidade de quem pode modificá-la:

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. (POLLAK, 1989, p. 8)

A relação estabelecida entre a sociedade e seu passado se apresenta de maneira dinâmica, porém contraditória por diversas vezes, tal relação varia de acordo com o grupo social envolvido no processo. Eles dão forma as novas tradições e identidades da vida coletiva, conforme os atores envolvidos. No processo de

construção da memória, surge a figura de agentes sociais que têm a capacidade de legitimar argumentos nas disputas pela memória em viés político, como, por exemplo, as instituições político-ideológicas e associações de classe; instituições e atores voltados à produção e preservação de memórias; mídia jornalística impressa, eletrônica e digital; campo artístico, sobretudo quando vinculado aos meios massivos, como cinema e música popular; universidades e outros epicentros da produção do conhecimento legitimado em uma sociedade. Todos estes contribuem na construção da memória social de maneira peculiar (NORA, 1993).

Ocorre que a depender da forma de construção da memória social, quando envolta num contexto político, pode transformar o sentido dos fatos passados, criando identidades e espaços que se estabelecem no presente. No entanto, a memória não se trata de um elemento fictício, sem compromisso com a realidade. Além disso, muito embora a ética profissional e intelectual exija do historiador o distanciamento de sua subjetividade na análise e estudo dos fatos, tal exigência não garante a imparcialidade ideológica ou política diante do passado. Assim, tal qual a memória pode se apresentar tendenciosa, a história também não é considerada como exatamente o que aconteceu no passado (HALBWACHS, 1990).

Ciente dessa realidade, é necessário que se questione as narrativas, estejam elas respaldadas pela história, memória ou até mesmo pela tradição. Hobsbawn e Ranger (1997), em sua obra *A Invenção das Tradições*, mostram que há diferença entre uma tradição considerada genuína para a considerada inventada. Os autores apontam que a origem da tradição genuína se perde no tempo, não havendo como se prever onde iniciou. Já em relação a tradição inventada, trata-se de um conjunto de regras de natureza ritual ou simbólica que são estabelecidas por meio de repetições, proporcionando uma continuidade em relação ao passado. Para usar um exemplo brasileiro, é possível observar a tradição da entrega da faixa presidencial, do antigo presidente da república para o novo, isto é um exemplo de tradição recente inventada, mas que passará uma ideia para as próximas gerações de que foi sempre dessa forma. Por sua vez, o autor menciona outros países, como o exemplo do povo escocês e seus trajes típicos como o saio, que não é uma representação igual ao que era realmente utilizado por eles no passado, mas que com o tempo e repetição, passou a ser enxergado como um traje que sempre foi daquela forma.

Outro ponto interessante diz respeito ao momento quando ocorre a necessidade de inventar tradições, devendo-se realizar tal fato quando a forma

genuína da tradição já está em processo de degeneração, como confirma no trecho “as tradições inventadas são altamente aplicáveis no caso de uma inovação histórica comparativamente recente, a nação e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado nacional...” (HOBBSAWN; RANGER, 1997, p. 22).

Com isso, se faz importante esclarecer como ocorre a escolha das memórias oficiais nacionais. Até as datas oficiais são fortemente estruturadas pela ótica política, sendo comum disputa política quando se tenta enquadrar a memória nacional em datas oficialmente selecionadas para festas nacionais. A memória nacional constitui “um objeto de disputa importante, e são, comuns aos conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo” (POLLAK, 1992, p. 204). A memória nacional pode ser transmitida de diferentes maneiras, inclusive nas redes de sociabilidade afetiva ou política, reforçando o sentimento de pertencimento do indivíduo, ainda que ocorra de forma despretensiosamente, além de delimitar e confirmar as fronteiras sociais existentes dentre coletividades diversas, como “partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc” (POLLAK, 1989, p. 9).

Castro (2002), entende que o motivo da formatura do exército brasileiro, por exemplo, se seguir as solenidades e ritos, são também uma forma de passar um sentimento de tradição. No entanto, revela que tais práticas não se tratam de tradições genuínas, mas na verdade foram estabelecidas num tempo recente, e vários símbolos foram inventados no decurso do tempo. Com isso, o ele demonstra, com exemplos práticos, como ocorrem as batalhas de memória, como e o que é repassado às gerações seguintes, havendo o risco de que, com o tempo, poderão exercer a imposição do esquecimento à uma memória indesejada e o culto à uma memória nova.

Portanto, o passado lembrado nos rituais e comemorações é um produto de diversas seleções que favorecem determinadas narrativas em prejuízo de outras. Ademais, essas memórias celebradas não são simplesmente narrativas sobre os personagens e eventos do passado. Ela mostra a relação estabelecida entre o passado com o presente, de forma que o evento antigo e mítico, se torna atual (CASTRO, 2002).

A maneira rotineira das comemorações passa a reforçar as narrativas criadas, qualificando-as com um aspecto de verdade histórica. No entanto, esse processo possui disputas. O caso do exército no Brasil é um exemplo em que os rituais não

desejados foram sendo contestados, um exemplo foi quando a memória do Marechal Ozório, herói da guerra do Paraguai e o mais admirado nome do exército em seu tempo, foi apagado da memória militar até que o Duque de Caxias foi transformado no principal nome, tornando-se o ideal de militar e patrono do Exército. Somente muitos anos depois o nome de Ozório foi lembrado, mas não com a mesma força do nome de Caxias. Portanto, entende-se que determinadas narrativas possuem mais poder e recursos para se imporem sobre outras, sendo transformadas nas narrativas “oficiais”, além de tudo, podem ser interpretadas de outras formas, com indiferença, aceitação ou rejeição (CASTRO, 2002).

Outro fato interessante a ser trabalhado é o surgimento de um movimento de revisionismo histórico nos Estados Unidos da América, com dinâmica similar ao Brasil Paralelo. Em 20 de outubro de 1994, foi lançado o (NHS) National History Standards, que se apresenta como proposta de reforma curricular para o ensino de história nos Estados Unidos, elaborada por uma série de instituições, liderados por alguns docentes da Universidade da Califórnia, em Los Angeles (ÁVILA, 2015).

Os idealizadores da peça de opinião comungam do entendimento de que a história do passado nacional fora corrompida por professores que manifestamente realizam correções políticas dos fatos ocorridos, conforme os seus posicionamentos, manchando, assim, o que se consideram uma história venerável de sujeitos como George Washington e Thomas Jefferson, por exemplo. Os idealizadores do projeto acreditam que os professores impunham leituras antipatrióticas sobre o país, o que colocava em risco os fundamentos de identidade nacional de cada criança e adolescente nos Estados Unidos. Para a autora da peça de opinião “as consequências de tais interpretações eram arriscadas demais já que poderiam inculcar nas crianças e nos adolescentes dos EUA um verdadeiro sentimento de rejeição à pátria e aos fundamentos mesmos de sua identidade nacional” (ÁVILA, 2015, p. 30).

A polêmica envolvendo a produção se deu sob a justificativa de que a reforma proposta era política e não historiográfica. Na realidade, para a oposição o que estava em jogo era o passado nacional considerado como estável, ordenado e seguro, bem como tudo o que significava para o presente, sem considerar possíveis apagamentos e silenciamentos que porventura estejam envolvidos nesse processo. Dessa forma, para os opositores pouco importava os argumentos historiográficos apresentados

pelos autores, o que lhes era de valor era aquilo que os idealizadores ameaçavam desestabilizar, ainda que minimamente (ÁVILA, 2015).

Para melhor compreender, o autor aborda de maneira detalhada as razões dos idealizadores do projeto:

No âmbito das Humanidades, o sentimento de uma suposta “crise” tomou um corpo ainda maior. Uma série de intelectuais, educadores e políticos conservadores [...] acabou não só diagnosticando uma doença na alma norte americana, como a estimularam com uma série de livros e documentos que faziam terra arrasada da situação das *humanities* nos Estados Unidos. [...] A educação liberal, o coração das Humanidades, havia sido destruída por uma geração de professores multiculturalistas e radicais que, em suas ilações contra a América e o Ocidente, haviam solapado os pilares da identidade nacional estadunidense com seus particularismos étnicos e vitimizações. Apoiados pelos governos direitistas de Ronald Reagan e George H. Bush, estes reformadores conservadores, como os chamou, propunham um assalto às Humanidades (ÁVILA, 2015, p. 32).

De acordo com o texto, é possível perceber a similaridade dos movimentos ocorridos nos EUA e no Brasil, os mesmos argumentos utilizados pelos conservadores norte americanos são utilizados aqui no Brasil atualmente, inclusive pelo Brasil Paralelo, veja-se:

Uma das maneiras, portanto, de “recuperar a alma” da nação era justamente o ensino de história. Isso foi amplamente defendido, por exemplo, numa série de documentos publicados na segunda metade da década de 1980, como *The History – Social Science Framework*, elaborado pelo governo da Califórnia, em 1987, e *Building a History Curriculum*, de 1988, produzido pela *Education Excellence Network*, importante *think tank* privado dedicado a assuntos educacionais. A mensagem destes dois relatórios era simples, mas poderosa: um “melhor” ensino de história estimularia o civismo e reforçaria os laços com a nação, evitando aquela fragmentação estimulada pelo “multiculturalismo” supostamente reinante nas universidades do país. Não é de se espantar, por conseguinte, que tais documentos defendessem uma visão de história centrada nos principais fatos, datas e nomes da história norte-americana, enquadrados em uma narrativa que enfatizava seu pretense excepcionalismo diante dos outros países do globo (ÁVILA, 2015, p. 32).

Sendo assim, Ávila (2015) mostra que esse fenômeno conservador de recontar ou proteger a história de grupos de oposição não é novo, e que não acontece exclusivamente no Brasil. Resta o questionamento, “a narrativa, a história é o remédio ou o veneno do lembrar e da memória?” (RICOEUR, 2007, p. 153). Isto, pois espera que a “arte de narrar provoca o esquecimento, e o discurso é uma imagem daquilo que na memória é vivo” (RICOEUR, 2007, p. 153).



Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a disputa pela memória e pela caracterização das identidades, trata-se, na verdade, de uma disputa pela narrativa pela posse da palavra. Os discursos performativos criam espacialidades, onde ocorre a delimitação de fronteiras e nomeação dos espaços, segundo o poder e autoridade discursiva do anunciador. Ao se deparar com uma representação do real, é impossível separá-la do que é o próprio real, o que compromete a dimensão social do espaço e a dimensão física, uma vez que são assegurados aos sujeitos diferentes maneiras de ocupar e significar os territórios (BOURDIEU, 1989).

Para tanto, utilizam-se de estratégias memoráveis para atingir seus objetivos, como, por exemplo, técnicas de recortes e escolhas, seleção de peças consideráveis ajustáveis, ignorando as demais existentes. Halbwachs (1990) fala sobre trabalhos de enquadramento, seleção, acomodação e silenciamento de acontecimentos e sujeitos que não se querem memorizar. Sabe-se que a memória é disputada por sua característica influenciável. No presente capítulo já fora ensinado sobre a possibilidade de herdar uma memória de outrem. Assim, reflete-se sobre a possibilidade de um indivíduo construir e esquematizar suas próprias memórias, como, por exemplo, de sua infância ou juventude, ainda que jamais tenha vivido determinado fato. No mesmo sentido, reflete-se também sobre a possibilidade de desconstruir a memória, e as estratégias utilizadas para tanto.

Na disputa de narrativa, a proporção dos processos de construção e desconstrução de memória ocorre em escala maior, atingindo diversos indivíduos ao mesmo tempo. Com isso, torna-se possível manipular o presente, de acordo com os recortes do passado. Assim, tem-se a memória como objeto de disputa, estando os envolvidos interessados no processo e nos atores que intervêm na dinâmica de constituição e formalização das memórias. Nesse cenário, o trabalho da história oral surge trazendo à tona as memórias dos excluídos. O trabalho da história oral é um instrumento que possibilita combater a uniformização e opressão da memória coletiva nacional, uma vez que contrapõem as narrativas com as memórias das minorias (POLLAK,1992).

No entanto, até que sejam consideradas legítimas, ocorre de proibirem, silenciarem e renegarem tais memórias, como ocorreu no caso das vítimas do Regime Stalinista (1924-1953), por exemplo, o que culminou na denominação *batalhas da memória*, a partir dos 1970, na Europa. Nesse caso, a memória é viva e o testemunho antecede os documentos e até mesmo a história:

[...] não temos nada melhor que o testemunho em última análise, para assegurar-nos de que algo aconteceu, a que alguém atesta ter assistido pessoalmente, e que o principal, se não às vezes o único recurso, além de outros tipos de documentação, continua a ser o confronto entre testemunhos. (RICOEUR, 2007, p. 156).

Assim sendo, o diferencial do testemunho é o vínculo que existe com o sujeito narrador, pessoa essa que presenciou ou vivenciou o acontecimento. No entanto, a credibilidade da narrativa, a princípio, está sob o julgo do interlocutor, que pode se opor ou se identificar com o testemunho e o testemunhante, ou seja, a credibilidade depende dos critérios subjetivos do ouvinte. Por outro lado, numa esfera de operações historiográficas ou jurídicas, o testemunho é validado em documentos escritos, sendo contrapostos aos arquivos e outros elementos não escritos e não orais do passado (RICOEUR, 2007).

Com o rompimento do silêncio muitas vezes imposto a determinada minoria, a memória coletiva é complexificada. Com o passar do tempo, com a considerável modificação do contexto social, diversas testemunhas oculares passaram a confrontar possíveis riscos que poderiam se submeter e decidem a expor suas lembranças, a fim de que fossem perpetuadas. No entanto, os conflitos são inevitáveis. O limite do confessável e o inconfessável distingue uma memória coletiva subterrânea de uma sociedade dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que apresenta uma imagem de sociedade majoritária ou outra que o Estado deseje impor (POLLAK, 1992).

Nesse contexto, os estudiosos propõem um modelo de memória enquadrada, o que significa a realização de um trabalho de enquadramento baseado em fundamentos ponderados socialmente e não construído de forma arbitrária. Nessa concepção, a memória é somada pela história, forjada em meio a debates amplos, livres e democráticos, isto, pois “recusar levar a sério o imperativo de justificação sobre o qual repousa a possibilidade de coordenação das condutas humanas significa admitir o reino da injustiça e da violência” (POLLAK, 1989, p. 07). Como fruto do trabalho de enquadramento, tem-se a produção de discursos e materiais organizados.

Abordar o enquadramento da memória, no entanto, não significa dizer que, nesses casos, não haverá de se escolher o que será lembrado e o que será esquecido. É importante ressaltar o que já fora analisado no presente capítulo: as pretensões do presente são consideradas componentes de estruturação da memória. Isto, pois, como se sabe, a dinâmica de construção da memória trata-se de uma estratégia dos

agentes e agências sociais para resguardar identidades, uma vez que se acredita piamente na ligação entre a memória e o sentimento de identidade (POLLAK, 1989).

Ao aduzir sobre construção da memória, deve-se considerar elementos fundamentais que abordam aspectos essenciais para a construção da identidade. Afinal, memória e identidade estão intimamente relacionadas, de modo que não se possa pensar em construção da memória sem relacionar diretamente com o tema de identidade.

A memória não é um armazém acumulativo de acontecimentos vividos, mas a retenção afetiva e 'quente' do passado no interior da tensão tridimensional do tempo, o que implica um trabalho de seleção que desempenha um papel fundamental de significação: fica o que significa ou o que tem significado para quem recorda. Talvez a mais importante das facetas da memória seja a busca de nexos entre o passado e o presente, o fortalecimento da noção de continuidade que permite a sensação de pertencimento (CATROGA, 2001, p. 20).

Assim sendo, é necessário que haja constância na construção de identidades, individuais ou coletivas, pois em sua concepção não existe memória sem que haja algo para se fixar e se estabelecer em quadros de memórias. Todavia, estes apenas surgem e tomam forma “no ponto de encontro entre o que passa e muda incessantemente e o que aspira a manter-se, a reproduzir-se e a repetir-se” (CATROGA, 2001, p. 30). Ressaltando-se que a memória não pode se desenvolver sem suportes materiais, sociais e simbólicos, uma vez que considera inseparável sua ideia dos campos de objetivação e ritos que a reproduzem e a transmitem.

Ocorre que o indivíduo precisa da materialidade da memória, pois ela contribui para a construção do sentido de identidade com base na forma como é apropriada e representada, o que permite que o indivíduo ancore as suas memórias. Nesse sentido, volta-se a falar dos espaços para elucidar o abordado. Nora (1993) salienta que os lugares de memória surgem da concepção de que não existe memória espontânea, sendo necessário a criação de algo palpável para sua eternização. Além disso, mostra como são formados esses lugares, sendo “momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva” (NORA, 1993, p. 13).

Embora se trate de um espaço físico construído por materiais inanimados, o que dá sentido ao lugar são os sujeitos, pois lugares de memória se apresentam como guardiões da memória de grupos, local seguro onde a memória está ancorada. No

entanto, tais lugares são disputados também por atores sociais, tendo em vista todo simbolismo e funcionalidade que trazem consigo e o quanto exprimem verdade sobre o passado de determinados grupos, resguardando suas identidades (NORA, 1993).

Dessa maneira, a identidade pode ser compreendida como uma narrativa de si e de outros, fazendo com que exista relação direta entre os processos de construção das identidades, conforme a extensão dos acontecimentos, o contato com as pessoas e a dimensão territorial. Nesse ponto, é importante ressaltar que os territórios não são apenas unidades físicas, quando se analisa como forma de pertencimento aos lugares, mas representam elementos culturais. Portanto, dentre as relações de poder que conduzem a processos de construção e desconstrução, há também disputa das narrativas que envolvem a concepção desses lugares, sobretudo os que caracterizam identidades individuais e coletivas, sociais e culturais (POLLAK, 1992).

Nessa linha, a memória consiste em elemento essencial na identidade cultural de um grupo, independentemente se for ele dominante ou dominado, “sem memória, o presente de uma cultura perde as referências ideológicas, econômicas e culturais que a originaram. Reside aqui sua dimensão política” (BARROS, 1999, p. 35). A identidade cultural e grupal é conferida pelas representações do passado, do presente e das idealizações do futuro que convivem na memória do indivíduo.

Ainda sobre disputa, em relação ao tempo dos lugares, estão relacionados ao momento em que “desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída” (NORA, 1993, p. 8). Nesse sentido, o protagonismo da memória é disputado no espaço físico no processo de reconstituição da história, visando estabelecer as memórias de grupos de resistência ou para confirmar as memórias oficiais já definidas.

Outro aspecto relevante que a literatura ensina acerca do processo de construção da memória é correlacionado ao que se denomina de memória política, uma vez que existe uma disputa do sentido do passado político. Nesse contexto, há de se destacar a figura dos agentes de memória que ficam incumbidos de reproduzir um protagonismo político objetivando barganhar a posse desses espaços com o poder estabelecido e representado pelo Estado (BARROS, 1999).

A transformação histórica da memória ocorreu em razão do surgimento de diversas memórias particulares que eram expostas para reivindicar sua própria história, a partir do momento em que a ciência passou a valorizar o sujeito e suas experiências. Os testemunhos desses sujeitos são fundamentais a memória e a

história, pois podem apresentar o outro lado de um acontecimento, como ensina o autor:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p. 4).

Nesse contexto, a memória entra em disputa nos momentos de crise, quando as memórias subterrâneas, até então silenciosas e quase imperceptíveis, surgem para contrapor a uniformidade já estabelecida em relação a memória coletiva nacional. Assim, as memórias sociais têm o poder de revelar o que foi escondido pela narrativa oficial (POLLAK, 1989).

Por fim, tem-se a possibilidade de confronto entre a memória individual e a memória dos outros, pelo uso de narrativas, o que denota a disputa em conflitos sociais e intergrupais, opondo grupos políticos diversos. A memória, portanto, torna-se objeto de disputa de diferentes grupos, cujo objetivo é o mesmo: fazer com que prevaleça a memória nacional de acordo com seus interesses (POLLAK, 1992).

### 3.3 MEMÓRIA NA ERA DIGITAL

Resta-se fazer uma análise da memória na contemporaneidade. De forma a deixar contextualizado como essa disputa ocorre no mundo virtual. Mas para compreender isso é antes necessário ser traçado uma breve evolução histórica da memória. Existem periodizações acerca da memória coletiva. As transmissões orais, as transmissões escritas, e as transmissões em memória eletrônica. Esta última, sendo o centro de reflexão neste subcapítulo (CÁDIMA, 2020).

Apesar da grande massificação de acesso à informações, o fenômeno da algoritmização faz com que o acesso a elas seja mais restrito. Ou seja, mesmo dentro de um cenário quase que ilimitado de memórias a serem acessíveis e transmitidas, os algoritmos cada vez mais complexos e bem elaborados, induzem que a pessoa veja sempre os mesmos temas de informações (DA EMPOLI, 2019).

Portanto, é necessário a preocupação até mesmo sobre o futuro do método científico, tendo em vista esse fenômeno da memória digital somado à algoritmização desenvolver novas formas da transmissão de conhecimentos que não são na grande

maioria das vezes científicos, mas que receberam fortes investimentos de publicidade nas mídias sociais para que chegasse ao receptor e, a este último, somente importando se a retórica será suficientemente convincente para convencê-lo de assumir aquela narrativa para si, o que remete ao já explicado fenômeno da “pós-verdade” (ROCHA, 2021).

Nesse ponto, compreende-se a possibilidade de a tecnologia provocar esquecimentos ao invés de melhorar a possibilidade de divulgação de um conhecimento amplo e fundamentado em conhecimentos cientificamente embasados.

As novas distopias que a tecnociência anuncia, assentarão, em boa parte, mais na dispersão da atenção e no esquecimento do que na memória, mais na cegueira da história e na amnésia do tempo, do que no acontecimento e nas experiências contemporâneas do humano, sejam elas as lições da história mais extremas, como o holocausto ou o Gulag, ou as mais comuns, relativas à espuma dos dias e ao cotidiano do sujeito. (CÁDIMA, p. 9, 2020).

Sendo assim, percebe-se o aumento significativo de fascismos e populismos digitais, de forma que a memória digital abriu margem para uma “desmemoriação” de certas memórias perante às perigosas memórias, ou seja, narrativas alternativas à fatos já consolidados sobre o passado como, o holocausto, pontos de vista perigosos acerca do nazismo, relativização de ideologias criminosas, negação ou atenuação de acontecimentos históricos como ditaduras e regimes autoritários (CÁDIMA, 2020).

Em consequência disso, algo que torna o cenário das transmissões de informações digitais ainda mais sensível, é que o ser humano possui maior atração por notícias inesperadas e que possam chocar com algo inusitado e diferente do que pudesse esperar, ou seja, que tire da zona de equilíbrio do momento.

Em particular, a entropia mede a incerteza esperada de eventos em um determinado contexto. Este contexto incerteza ou imprevisibilidade pode, por si só, ser importante para equilibrar as informações sensoriais [de baixo para cima] e as expectativas anteriores [de cima para baixo] durante a síntese perceptiva. Usando ressonância magnética funcional relacionada a eventos (fMRI), descobrimos que o hipocampo anterior é sensível à entropia de um fluxo de estímulo visual. Em contraste, a atividade em uma extensa rede córtico-talâmica bilateral foi ditada pela surpresa ou informação associada a cada estímulo particular (STRANGE *et al*, p. 1, 2004 - tradução nossa)

Sendo assim, compreende-se que a memória, ao longo de sua história, sempre esteve em disputa na sociedade. Já na era digital, as disputas ampliaram-se e mesmo com o acesso aberto a informação. O fenômeno da algoritimização fecha os usuários

da internet em bolhas de informações e fatos alternativos que muitas vezes são alimentados dentro da lógica da pós-verdade e *fake news* – e, por serem notícias inusitadas, na grande maioria das vezes, chamam ainda mais a atenção do receptor da mensagem, como pôde ser percebido no estudo supracitado. Portanto, é notável como a empresa Brasil Paralelo se insere dentro do cenário dessas disputas de narrativas sobre os fatos históricos dentro da memória na era digita. Será feita a análise do material audiovisual produzido e transmitido pela empresa no capítulo abaixo.

## 4. HISTÓRIA DO BRASIL: PONTOS EM DEBATE

Antes de iniciar este capítulo, são necessários breves apontamentos. Serão trazidos à baila apenas os assuntos específicos em que variados autores e pesquisadores de história do Brasil entraram em “conflito” com a narrativa da Brasil Paralelo, seja complementando fatos omitidos, seja discordando de fatos alegados. Sendo assim, os pontos da história em que há concordância entre a empresa e os autores lidos ficarão de fora dessa análise, o que por si só torna possível que a pesquisa seja feita com um recorte mais amplo de períodos históricos, sendo focado apenas em pontos específicos de cada produção.

Nesse sentido, seguindo a metodologia proposta por Orlandi (1999), todo silêncio sobre fatos importantes da história que não foram ditos nos vídeos serão evidenciados ponto a ponto na bibliografia trazida, de forma que será possível encontrar os discursos “não verbais” dentro dos vídeos.

Sendo assim, é de alta relevância destacar a primeira análise dos vídeos antes mesmo de discorrer sobre seu conteúdo em si, tendo em vista que foram procuradas as fontes bibliográficas, os referenciais teóricos ou qualquer meio de referência possível nos vídeos produzidos pela empresa. Contudo, nem em seu site oficial, nem em seu canal do YouTube foram encontradas quaisquer fontes que pudessem sustentar as informações trazidas pelos entrevistados – de forma que é necessário ao ouvinte apenas acreditar que o que está sendo transmitido é verídico, sem que haja a possibilidade de uma averiguação posterior das afirmações trazidas pela empresa.

### 4.1 NAVEGAÇÕES PORTUGUESAS

Motivos para os Portugueses irem ao mar em busca de novas terras:

A visão da empresa Brasil Paralelo sobre as navegações portuguesas era de que “Essa saída desses homens, essa expansão marítima, ela tinha característica que era a característica fundamental de heroísmo, empreendimento humano, homens ficaram pelos caminhos” (BRASIL PARALELO, 2017a)

No mesmo sentido, o entrevistado no episódio, Luiz Phillipe de Orleans e Bragança, complementa:

Você não se lança num pequeno barco através de um oceano que você não conhece, para encontrar um pau-brasa vermelhinho, não é isso. É para encontrar a terra prometida, a terra abençoada. Isso é um fator motivador dos grandes descobrimentos até hoje no espaço [...] Você está indo para o



espaço para descobrir vida! Vida além da sua vida própria, é isso que motiva, não é coisas pequenas [...] Bota um monte de molecada num barco e lança ele no oceano. Por quê? Porque eu quero que ele pegue uma pedra lá do outro lado do oceano. É isso? Não. Eu quero que ele encontre o paraíso, esse que era o fator motivador. Era a base da vontade (BRASIL PARALELO, 2017a).

Já na perspectiva da literatura, na primeira parte do século XV, os interesses de classes, instituições da sociedade portuguesa e os grupos sociais, impulsionavam a expansão marítima, portanto, havia interesses particulares em cada grupo. De fato, existia no imaginário do homem daquele tempo a ideia de uma aventura marítima, descobrir novas terras e até mesmo um paraíso terrestre, mas essa não era a única ou a principal força motora dos portugueses.

Para os comerciantes, era a perspectiva de um bom negócio; para o rei, era a oportunidade de criar novas fontes de receita em uma época em que os rendimentos da Coroa tinham descido muito, além de ser uma boa forma de ocupar os nobres e motivo de prestígio; para os nobres e os membros da igreja, servir ao rei ou servir a Deus cristianizando 'povos bárbaros', resultava em recompensas e em cargos cada vez mais difíceis de conseguir nos estreitos quadros da metrópole; para o povo, lançar-se ao mar significava sobretudo imigrar, a tentativa de uma vida melhor, a fuga de um sistema social opressivo (FAUSTO, 2018, p.10).

Nesse ponto, entende-se que os materiais mais buscados pelos portugueses eram o ouro e as especiarias. Tal interesse se mostra justificado por dois fatores: o primeiro, pelo ouro ser utilizado como moeda; o segundo, por ser utilizado pela aristocracia asiática para decorar seus palácios, templos e confeccionar roupas. Já quanto às especiarias, tinham um alto valor de mercado, que era justificado pela limitação daqueles povos nas técnicas de conservação de alimentos e, principalmente, por seus hábitos alimentares. A Europa ocidental tinha um alto consumo de carne, muito gado era abatido no verão. A carne era armazenada e conservada pelo sal, fumo ou pelo sol. Tais processos de conservação deixavam os alimentos com mau cheiro e gosto, e a pimenta, por exemplo, servia como um disfarce para a podridão do alimento. (FAUSTO, 2018).

No mesmo sentido, a autora Schwarcz (2018), compreende que o expansionismo português era baseado em interesses evangelizadores, comerciais e militares. Contudo, entre os séculos XIV e XV, foi a procura por novas rotas no mercado de especiarias originárias do oriente a maior motivação das navegações.

O primeiro problema foi que as rotas utilizadas foram dominadas pelos turcos otomanos e foram bloqueadas para os mercantes cristãos. Com a ideia de contornar esse problema, Espanha e Portugal financiaram expedições com intuito de achar

novas rotas por terra e mar. O objetivo de Portugal era obter um monopólio do comércio. Portanto, inicialmente optou-se por circundar o continente africano, o que levou mais de um século para ser concluído. Durante esse período, Portugal criou feitorias ao longo do litoral africano (SCHWARCZ, 2018).

Novamente quanto às motivações, é importante salientar que, mesmo que existisse no imaginário português uma expectativa de encontrar a “terra santa”, como alegado pela empresa, ou povos a serem evangelizados, isso não anula outras grandes motivações – como, por exemplo, a recompensa financeira. Um exemplo disso eram as exorbitantes recompensas para quem comandava as expedições, veja-se:

O maior salário era o do capitão-mor: Cabral recebeu 10 mil cruzados (antiga moeda portuguesa que equivalia a 35 quilos de ouro), e o direito de comprar trinta toneladas de pimenta e mais dez caixas de qualquer outra especiaria, às próprias custas, e revende-las na Europa, livre de impostos. Assim, embora a viagem trouxesse muitos perigos, ela poderia garantir que Cabral, após o retorno, se tornasse um homem verdadeiramente rico, já que as especiarias, apesar de muito demandadas, eram extremamente raras. (SCHWARCZ, 2018, p.25)

Quanto aos demais membros da tripulação, esses não tinham uma recompensa tão considerável, e nem mesmo pode-se dizer que participavam de livre e espontânea vontade dessas expedições, o que contrapõe o argumento romantizado criado pela empresa sobre as grandes navegações.

O empreendimento contava com uma tripulação composta de cerca de mil homens, sendo setecentos designados como soldados, embora não passassem de plebeus comuns, filhos de camponesas, muitas vezes apanhados à força e sem maior treinamento (SCHWARCZ, 2018, p.26).

Concordando com os demais autores, Linhares (2020) reforça que Portugal via-se em dificuldades na sua economia e precisava de apoio da nobreza. Mantendo-se em espírito de cruzadas, aproveitou-se dessa situação para iniciar campanhas militares contra os mouros no norte da África em Ceuta em 1415, para adquirir o ouro e as rotas transaarianas. Mesmo após a conquista de Ceuta, os mouros conseguiram isolar os portugueses, o que obrigou Portugal a voltar a se expandir pelo mar, ilhas atlânticas e costa ocidental (LINHARES, 2020). Por fim, preocupado com as fortes resistências mouras no norte da África, e diante de uma derrota nas ilhas Canárias, Portugal redireciona sua expansão e lança-se ao mar novamente em contorno ao continente africano (LINHARES, 2020).

Sendo assim, fica evidente o intuito da empresa de romantizar todo o processo das grandes navegações, implicando os interesses econômicos da Coroa portuguesa (e dos próprios navegantes) como algo secundário (BRASIL PARALELO, 2017a).

## 4.2 BRASIL COLÔNIA

### 4.2.1 Indígenas

O entrevistado no capítulo, Leandro Narloch, jornalista, fala sobre benefícios do contato entre os indígenas e portugueses.

Eles ficaram espantados ao ver bichos que eles nunca tinham visto. Por exemplo uma galinha [...] um mês depois eles já vendiam ovos para os portugueses, o cachorro foi uma tecnologia imensa para ajudar os índios porque ele vigiava a aldeia. (BRASIL PARALELO, 2017b).

Ainda é reforçado pelo jornalista que a chegada dos portugueses foi benéfica para os povos indígenas e trouxe variadas tecnologias para eles.

[...] os nativos americanos ficaram pelo menos 10 mil anos separados pelos oceanos, enquanto a Europa, a África e a Ásia conseguiam misturar culturas porque você tinha comunicação. Alguma região inventava a roda e essa tecnologia pelo comércio ia se expandindo e as pessoas iam trocando ideias, a América ficou isolada, e o que acontece muito com sociedades humanas quando ela fica isolada ela emburrece, ela fica pobre culturalmente. Então, quando a gente teve essa reconexão dos americanos com os europeus, isso foi um dos episódios mais extraordinários da história do mundo.” (BRASIL PARALELO, 2017b)

No mesmo entendimento, Bruno Garschagen aponta a razão de os índios terem se aliado aos portugueses, e que as tribos menos agressivas se beneficiaram contra as tribos violentas.

Os índios que se aliam aos portugueses são índios que perceberam que uma aliança era vantajosa. Porque tinha um monte de tribo nômade violentíssima, aqui no litoral do Espírito Santo [...] sempre as mais violentas que ocupavam as faixas litorâneas. Acho que a mais violenta que tinha aqui eram os botocudos, que atacavam essas tribos que eram tribos fixas, e essas tribos viram os portugueses como aliados contra esses índios que chegavam, escravizavam e matavam. E aí como você explica essa história para as pessoas depois de já ter toda uma história constituída? Que os portugueses eram os malvados, dizimaram as populações indígenas. (BRASIL PARALELO, 2017b).

No mesmo ponto, Olavo de Carvalho, também entrevistado, ressalta a violência por parte das tribos indígenas e sobre esses não serem os proprietários da terra que os portugueses ocuparam ao chegar no Brasil.

Essas tribos viviam em guerra permanente, não se aceitavam umas às outras de maneira alguma, então se você vai dizer que a propriedade era deles,

primeira coisa, eles não tinham noção de propriedade da terra, essa noção não existia, se você não tinha sequer a noção da propriedade individual da terra, quanto mais ia ter da comunitária. (BRASIL PARALELO, 2017b)

Quando aborda o assunto da antropofagia, o escritor também afirma que o parâmetro ocidental cultural é defensável e superior aos costumes e à moralidade dos povos ameríndios

Uma sociedade que tem esse costume, bom, não é um primor de moralidade, evidentemente. Ah, mas isso julgado pelo parâmetro ocidental. Sim, só que uma hora ou outra você vai ter que escolher um parâmetro ou outro, meu filho. Além do que, o parâmetro ocidental é racionalmente defensável, você tem 2 milênios de tradição, de argumento, exame, análise, etc, etc, etc, e esta cultura indígena, não tem sequer alfabeto.” (BRASIL PARALELO, 2017b)

O narrador do capítulo ainda reforça a questão da agressividade dos nativos para com os portugueses colonos e que praticavam um ritual de “autofagia”.

A cana de açúcar foi trazida de outras ilhas, e crescia muito bem em terra brasileira. Logo, os portugueses começaram a construir os primeiros engenhos de açúcar no território. Os índios frequentemente destruíam os engenhos que eram erguidos, algumas tribos eram muito hostis, e tinham hábitos totalmente diferentes, como o de comer carne humana”. (BRASIL PARALELO, 2017b)

Quanto à questão da educação dos povos indígenas, é narrado no vídeo que os jesuítas foram os responsáveis, e que fizeram essa tarefa difícil com empenho de melhorar a vida desses povos.

Essa difícil missão seria confiada aos jesuítas [...] os jesuítas seriam os responsáveis pela paz com os índios e a união com o território brasileiro. Não era a primeira vez que o homem percebia que as pessoas não nasciam cultas e que era educá-las para uma vida melhor” (BRASIL PARALELO, 2017b)

Ao referir sobre a atitude dos Jesuítas no Brasil na educação, a empresa reforça ainda mais que eles foram responsáveis pela evolução desses povos, seja na música, seja nas tecnologias ou nos costumes.

Nós temos que ensinar o que de melhor nós temos, a música desses índios aqui tem 4 notas, meu Deus, vamos ensinar aqui uma escala de 12 notas. Então, eles pegam comunidades aqui indígenas e levam do paleolítico ao barroco em 20 anos” (BRASIL PARALELO, 2017b)

Concluindo as ideias da empresa sobre este tópico, Rafael Nogueira alega no vídeo: “Arrisco dizer que a civilização ocidental é o ponto mais alto que a humanidade chegou até agora. E o Brasil é fruto disso.” (BRASIL PARALELO, 2017b).

Diante disso, é importante trazer o que a literatura nacional versa sobre o tratamento dos europeus com os povos nativos da América e também entender como era a relação desses povos entre si.

A história indígena não é fácil de ser analisada tendo em vista terem uma cultura bem distinta da nossa, e que ainda sofre muito preconceito. Tais fatos se refletem nos relatos trazidos pelos viajantes, padres e cronistas da época do descobrimento do Brasil (FAUSTO, 2018).

Os relatos tratam os índios com qualidades negativas e positivas, em uma diferenciação que varia de acordo com o nível de resistência mostrada aos portugueses na colonização. Por exemplo, sempre foram apresentados os aimorés de forma desfavorável, visto que eles apresentavam rebeldia e eficiência militar.

Segundo as descrições, os índios viviam em geral em casas, como homens; os aimorés, como animais na floresta. Os tupinambás comiam os inimigos por vingança; os aimorés, porque apreciavam carne humana. Quando a Coroa publicou a primeira lei proibindo a escravização dos índios (1570), só os aimorés foram especificamente excluídos da proibição (FAUSTO, 2018, p. 15).

Nesse caso, os portugueses se aliavam aos indígenas, que não se opunham à sua presença, e se aliavam na luta contra os outros povos indígenas que resistiam. Uma forma de resistência encontrada pelos nativos foi o isolamento, em deslocamento para regiões mais pobres para conseguir preservar sua herança social, cultural e biológica. (FAUSTO, 2018). E por não aceitarem a escravidão, rapidamente estabeleceu-se o mito de que os índios não gostavam de trabalhar e que eram preguiçosos (LINHARES, 2020)

Na verdade os índios – como qualquer população não envolvida em circuitos mercantis – não entendiam a necessidade de se trabalhar duro para além das necessidades da subsistência. (LINHARES, 2020, p.43)

Desde o início, os grupos indígenas resistiam ao controle português, seja pelo recurso às armas, pela fuga, o que gerava pretextos para serem vítimas da escravidão (SCHWARCZ, 2018), pois legitimavam a “guerra justa” que acarretava em centenas de índios capturados principalmente pelos bandeirantes de São Paulo (LINHARES, 2020).

Por outro lado, os índios que foram submetidos ou se submeteram aos colonos, sofreram com as epidemias e violência cultural.

[...] a palavra catástrofe é mesmo a mais adequada para designar o destino da população ameríndia. Milhões de indivíduos viviam no Brasil na época da conquista, e apenas 300 mil e 350 mil existem nos dias de hoje. (FAUSTO, 2018, p.16)

Algumas doenças se destacaram em epidemias que dizimavam os povos indígenas, visto que esses não tinham sistema imunológico resistente a determinadas doenças, como o sarampo, gripe e varíola. Em 1562 e 1563, ocorreram duas ondas de epidemias que mataram por volta de 60 mil índios (FAUSTO, 2018).

Também ocorria ocupação de terras para adquirir pastagem para os animais, e os indígenas que resistiam eram massacrados ou escravizados.

Algumas vezes, conforme nos narra o padre dos capuchinho Martim de Nantes, em 1706, grupos de mais de 700 índios são massacrados após um acordo de paz, e suas mulheres e crianças escravizados pelos Ávilas, levados em marcha forçada até a cidade de Salvador, onde os habitantes faziam grande festa ao disputa-los em leilão. (LINHARES, 2020, p.43)

Entretanto, quando os Índios eram aliados, ou “dóceis”, tinham a liberdade garantida nas suas aldeias, e eles faziam a segurança e o sustento das fronteiras. A estes nativos aliados, o processo de contato acontecia sempre de maneira padrão. Primeiramente, eram transportados das aldeias para ficarem próximos das regiões ocupadas por portugueses e, posteriormente, eram civilizados, catequizados. Por fim, tornavam-se úteis aos interesses dos colonos. Destarte, se a conversão ao cristianismo era o presente aos índios aliados, aos índios inimigos era destinada a escravidão. (SCHWARCZ, 2018).

A recusa à conversão, resultava na imediata ‘guerra justa’, legitimada também pela hostilidade, antropofagia ou quebra de acordos. A antropofagia especialmente era entendida como um dever para salvar as almas que iriam ser comidas ou sacrificadas (SCHWARCZ, 2018, p.41).

Apenas em 1758 a coroa portuguesa determina a libertação dos índios escravizados. Porém, isso ocorreu porque sua escravidão já estava gradativamente sendo substituída pelos escravos vindos da África – e também porque, entre os índios, existiam grandes taxas de mortalidade e resistência (FAUSTO. 2018).

Todavia, ressalta-se a agressividade dos colonos no ano de 1768, na Bahia, em Poxim, que utilizaram roupas de vítimas da varíola como presentes de paz para dominar um levante indígena. (LINHARES, 2020)

A Coroa tentou, de várias formas incentivar a integração do índio e evitar etnocídio (leis em 1570, 1588, 1596, 1605 e 1611); o próprio processo de colonização, porém, implicava a morte do índio, sua desapropriação e aculturação. (LINHARES, 2020, p.44)

Existe uma grande carência de estudos comparado ao que já existe nos outros países das Américas para entender a magnitude do declínio demográfico indígena no caso brasileiro. As epidemias foram facilitadas pela concentração forçada de índios nas aldeias, pela destruição de sua cultura e sistema social, pela escravidão, pelo tráfico interno de cativos e por sua exclusão cada vez maior para as regiões mais pobres. (LINHARES, 2020).

Desta feita, ainda resta a análise de um fenômeno identificado nos vídeos, qual seja, o “etnocentrismo”. O significado dessa palavra merece destaque para a análise a seguir

A expressão designa que tudo aquilo que considera sua própria maneira, ou de seu povo ou sociedade, de ser, de agir ou de pensar é a melhor ou a única, desconsiderando as concepções e valores produzidos por outros povos. Baseando-se em uma forte identificação do indivíduo com seu grupo social e na certeza da superioridade de um certo número de valores, de crenças ou de representações, o etnocentrismo é uma atitude ou uma disposição mental que utiliza-se de suas próprias regras e de suas normas para julgar o outro e o diferente. Assim, de posse de valores vividos exclusivamente por seu grupo social opera uma demarcação entre bárbaros e civilizados, base para impor ao outro seus próprios valores. (LINHARES, 2020, p.23)

Interessante ressaltar alguns momentos em que esse fenômeno ocorreu durante a colonização. Começando pela própria etimologia do adjetivo “canibal”, utilizado para descrever as práticas nativas dos povos tupinambás em seus rituais antropófagos.

O termo tem origem no idioma arawan – língua falada por tribos indígenas da América do Sul, povos caraíbas antilhanos, cuja derivação espanhola ‘caribal’ (do Caribe) logo foi associada a práticas reportadas por viajantes europeus, que se referiam, preocupados, a costumes antropofágicos locais. O nome também foi vinculado a can (cão), e a Cam, personagem bíblico mencionado no livro de gênesis. Filho mais novo de Noé, Cam, pai de Canaã, rira da embriaguez do pai desacordado e por isso fora amaldiçoado e condenado a ser ‘servo dos servos’. Assim, pavimentava-se o caminho religioso para as futuras justificativas da escravização não só dos índios como dos negros africanos, ambos considerados descendentes da maldição de Cam. (SCHWARCZ, 2018, p. 21)

Os povos europeus tinham em seu imaginário uma imagem pejorativa a respeito dos nativos americanos. Américo Vespúcio endereçou uma de suas cartas em 1504 descrevendo a prática de canibalismo na América. Sua carta, que se chamava “novo mundo,” era baseada em seu próprio testemunho das cenas e descrevia detalhes de como os índios eram, em sua visão, sem fé, sem ordem, sem noção de propriedade, dinheiro ou território, e que eram atrasados sobre questões

como casamento e família. Descreveu-os como uma unidade sem os valores importantes do Velho Mundo (SCHWARCZ, 2018).

Outro mito existente na época foi devido ao relato de Pero Vaz de Caminha, que descreveu os povos ameríndios como um povo pacífico e que a conquista foi sem violência, o que criou o mito de o Brasil ser um país sem conflito (SCHWARCZ, 2018).

Os relatos sobre a cultura ameríndia geraram uma reação negativa nos europeus, o que fez transparecer a ideia de que a América era um inferno ou antiparaíso. Para eles, esses povos praticantes de canibalismo, lascívia e feitiçaria deveriam ser condenados (SCHWARCZ, 2018).

Era nítido como os relatos do tempo eram repletos de opiniões positivas a respeito do território americano, mas negativas e etnocêntricas a respeito dos povos nele viventes. Tal fato contribuiu muito para os massacres, a escravidão e as demais atrocidades ao longo da colonização.

Em seus livros, Gândavo não se cansa de elogiar as 'qualidades do local': 'Esta terra é tão deleitosa e temperada que nunca nela se sente frio nem quentura sobeja'. Essa seria mesmo a região da abundância e da eterna primavera. No entanto, no que se refere aos 'índios da terra', ele parece mais econômico nos elogios: 'A língua deste gentio toda pela costa é uma: carece de três letas – não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei: e desta maneira vivem sem justiça e desordenadamente' (SCHWARCZ, 2018, p.35).

Nesse caso, observou-se a pretensão da empresa em destacar os pontos positivos em um viés etnocêntrico europeu sobre a relação portuguesa com os povos indígenas, trazendo a cultura e a tecnologia europeia. Em contraponto, a partir da literatura, ficou nítida a omissão da empresa em ao menos comentar em seus vídeos sobre a escravidão indígena e os genocídios cometidos contra os que se recusavam a ceder suas terras ocupadas, abrir mão de suas culturas, ou a se converterem ao cristianismo (BRASIL PARALELO, 2017b).

#### **4.2.2 Escravos africanos**

Quanto à escravidão, a empresa inicia a narração reconhecendo que esta é uma das maiores manchas de nossa história, todavia, limita-se a isso, sem adentrar nas especificidades das atrocidades ocorridas (BRASIL PARALELO, 2017b).



O entrevistado Adriano Gianturco, cientista político, afirma que “É um período muito recente que nós temos sistemas econômicos baseados na não escravidão” (BRASIL PARALELO, 2017b).

Paulo Cruz, professor e o único entrevistado negro da produção, ao falar da escravidão ressalta que esta não era uma questão racial em seu princípio, citando até que negros também tinham seus próprios escravos.

Ela se torna racial no século XIX, quando surge as teses eugenistas, é aí se usa essa questão de tentar ligar ou associar o africano ou descendente de africano ao escravo. Mas isso é muito tardio, então não era, foi uma escravidão primeiro de oportunidade, tanto é que não era difícil você encontrar negros que se tornavam senhores e que tinham seus escravos também. (BRASIL PARALELO, 2017b).

No mesmo sentido, ele afirma que o continente africano era escravocrata, reforçando a ideia que não foi algo instituído pelos portugueses.

Inclusive o continente africano era altamente escravocrata integralmente, então quer dizer, o português não chegou na costa africana e saiu dando paulada e tiro e arrastando o africano para dentro dos navios. Já existia um comércio intenso de escravos na costa. (BRASIL PARALELO, 2017b).

Por outro lado, Olavo de Carvalho aborda a questão da escravidão imposta pelos mulçumanos no continente africano como sendo muito mais maléfica que a portuguesa. “Os escravos que iam pro mundo mulçumano. Os mulçumanos preferiam comprar mulheres e, quando compravam homem, capavam. Porque era grande parte para finalidade sexual.” (BRASIL PARALELO, 2017b).

Já o diplomata e escritor Alberto da Costa e Silva, ao falar sobre a escravidão ocorrida no continente africano, aduz que “Quando morria um chefe em algumas regiões da África, isso poderia significar que seriam mortos 20, 30, 40, 50 escravos, para acompanhar no outro o mundo o chefe que havia morrido.” (BRASIL PARALELO, 2017b).

Dessa forma, concluídos alguns pontos chaves do que a empresa versa sobre a escravidão no Brasil, passa-se à análise da literatura histórica.

Segundo Fausto (2018), a igreja e a Coroa não se opuseram à escravidão do homem negro. Até mesmo ordens religiosas estavam entre as grandes proprietárias de escravos. Os argumentos para que se justificasse a escravidão eram que esta era uma prática já existente na África, e que o que se fazia era apenas o transporte dos

cativos para o mundo cristão, que iria civilizá-los e salvá-los através do conhecimento da religião verdadeira.

Posto isso, o que diferenciava a escravidão ocorrida no continente africano da escravidão no período colonial é que agora estaria instaurado um sistema mercantil em que seres humanos se transformavam em mercadorias em um comércio bastante lucrativo. Primeiro, para os africanos que negociavam; segundo, para os portugueses que revendiam e transportavam; por último, aos brasileiros que, ao comprarem, utilizavam do trabalho forçado (SCHWARCZ, 2018). Nesse caso, apesar de já existir escravidão antes de os portugueses chegarem, o fato de os europeus transformarem isso numa grande rede comercial intensificou significativamente essa prática.

No mesmo sentido, Linhares (2020) concorda que a presença europeia intensificou a escravidão para o interesse econômico. Pois de fato a África conhecia e praticava a escravidão antes de os europeus chegarem ao continente. Contudo, a escravidão que era praticada entre os africanos era diferente da praticada pelos mulçumanos ou cristãos contra os negros, que visavam a captura de homens ou mulheres jovens para o trabalho duro nas plantações. O interesse dos reinos negros após uma vitória sobre um povo rival era, principalmente, a captura de crianças e mulheres, e não homens, para trabalhos e venda (LINHARES, 2020).

Calcula-se que a migração forçada para a América chegou a 12 milhões de africanos. Também estima-se que, para cada negro exportado para a América, um morria no próprio continente africano em virtude de guerras e maus tratos, o que levou cerca de 24 a 25 milhões de vítimas desse comércio europeu (LINHARES, 2020).

O que também contribuiu para o etnocentrismo e o racismo ao longo do período colonial foi que, com o passar do tempo, o colonizador, vendo a forma de trabalho forçado a que os negros eram submetidos, começou a enxergá-los como inferiores por conta de sua etnia africana, o que justificou a ideologia e a perpetuação da escravidão. Por consequência, era negado o acesso de negros, mestiços e índios a certas regalias, profissões e vantagens sociais (LINHARES, 2020).

Sendo assim, é visível a estratégia da empresa em amenizar esse período histórico, com empenho em mostrar tópicos específicos relativos à escravidão, quais sejam: que a prática da escravidão era um problema mundial, que não era exclusivamente racial, que já acontecia na África e que existiam escravidões piores que a cristã, como o exemplo citado da escravidão cometida pelos mulçumanos. Contudo, foram omitidos todos os dados sobre a violência contra os escravos negros,

a enorme mortalidade que o tráfico negreiro era responsável ainda em transporte e a responsabilidade dos europeus cristãos na economia escravocrata desenvolvida nas Américas, que intensificou a busca por novos cativos para alimentar esse sistema econômico (BRASIL PARALELO, 2017b).

#### **4.2.3 União Ibérica e ocupação holandesa**

Segundo a empresa Brasil Paralelo, após a união de Portugal e Espanha (período que ficou conhecido como a União Ibérica), os holandeses iniciaram a invasão no território brasileiro. Todavia, diferentemente de Portugal, a Holanda não via o Brasil com um objetivo de empreendimento humano, mas sim puramente com interesses econômicos.

A escolha de Pernambuco demonstrava qual era o interesse dos holandeses aqui, era o interesse mercantil. Escolheram justamente o lugar então mais rico do Brasil. Então diferente do processo português, em que eles realmente emigravam, os holandeses, por outro lado, escolheram o lugar específico que era lucrativo. Os holandeses não tiveram o empreendimento humano e nunca se propuseram a isso, e os portugueses, por exemplo, tiveram (BRASIL PARALELO, 2017b).

Ao abordar a questão da guerra entre os brasileiros e os holandeses, foram explicadas as razões de os brasileiros, mesmo sem apoio do rei de Portugal, lutarem pela expulsão dos holandeses do território que ocupavam. Por exemplo, são citadas as diferenças nas relações comerciais e econômicas: os portugueses, mais duros com relação à religião e mais brandos com relação aos contratos comerciais; os holandeses eram o oposto disso, sendo mais liberais com a religião e mais duros nas relações comerciais, além de terem maior dureza com escravos. Tais fatos que culminaram na batalha dos Guararapes

[...] então, o modo de vida holandês que defendia uma certa liberdade religiosa que era muito rígido com os negócios. Ou o modo de vida português que era mais rígido com a questão religiosa e mais tolerante com os negócios. Você cria então um monte de problemas e começa uma guerra. [...] Você tem as três raças unidas contra o elemento invasor, e em terceiro lugar você tem os católicos lutando contra os protestantes, os protestantes e os judeus, querendo tergiversar a fé católica do Brasil (BRASIL PARALELO, 2017b).

Sendo assim, a empresa critica o argumento de que os holandeses civilizaram o Brasil, que na verdade o intuito deles sempre foi a exploração – diferentemente de

Portugal, que de fato realizava no Brasil um empreendimento humano civilizatório (BRASIL PARALELO, 2017b).

Por outro lado, quanto à visão da literatura sobre a União Ibérica, desde que o rei Filipe II assumiu o poder em Lisboa, em 1591, e o seu sucessor Filipe III em 1605, publicaram alvarás que proibiam qualquer estrangeiro ou navio estrangeiro pudesse ir ao Brasil. Tais decisões acarretaram em disputas que provocaram a guerra entre Holanda e Portugal em 1609, visto que os holandeses tinham investimentos em seus interesses no Brasil. Portanto, em 1621, foi organizada a Companhia da Índias Ocidentais, com o objetivo de estabelecer uma colônia holandesa no território brasileiro. Já em 1624, aconteceu a primeira tentativa de invasão pela Bahia – mas, após anos de lutas, uma esquadra luso-espanhola conseguiu retomar o território (LINHARES, 2020).

Todavia, em 1630, com uma poderosa esquadra, os holandeses retornaram com o alvo em Pernambuco. Recife e Olinda são tomados e, a partir desses territórios conquistados, os holandeses alargaram seu domínio para quase todo o Nordeste, exceto a Bahia (LINHARES, 2020, p.46).

Após diversas batalhas, os holandeses, com a vitória já certa, nomearam um governador-geral para o território conquistado.

Embora os portugueses lutassem no interior, abandonando aos inimigos cidades e fortalezas, para os holandeses a vitória já era certa, e eles acharam por bem investir na colônia conquistada. O Conselho dos XIX, que regia a Companhia das Índias Ocidentais, responsável pela administração do Brasil holandês, convidou para ocupar a posição de governador-geral de 1637 a 1644 um jovem coronel do Exército: o conde alemão João Maurício de Nassau-Siegen[...] (SCHWARCZ, 2018, p.60)

O Governador-Geral designado para administração do território brasileiro, Maurício de Nassau, precisava recuperar a credibilidade e a economia, portanto, tomou diversas decisões que modificaram a sociedade da região. Ordenou a venda a crédito de engenhos que foram abandonados pelos proprietários que se refugiaram para a Bahia, garantiu o fornecimento de crédito para fábricas comparem equipamentos e restabeleceu para a região o tráfico de escravos. Também solucionou o problema da crise de abastecimento interno de alimentos, forçando os proprietários de terras, que antes só pensavam na exportação para Portugal, agora a plantarem mandioca proporcionalmente ao número de escravos que possuíam. Por ser

calvinista, determinou a liberdade religiosa, sendo tolerante com os cristãos-novos<sup>11</sup>, e com os católicos; favoreceu a vinda de letrados, artistas e naturalistas para Pernambuco (SCHWARCZ, 2018).

Nassau não se ateve apenas ao incentivo da economia, comércio ou artes. Fez diversos melhoramentos em Recife, que foi posta em categoria de capital no lugar da cidade de Olinda. Nassau também fundou a cidade Maurícia, que era a tentativa de ser uma réplica da capital holandesa. O projeto para a cidade ajudou a população, cerca de 7 mil pessoas vivendo em precárias condições de habitação e higiene. Além disso, ergueu um templo calvinista e palácios. Fundou o primeiro observatório, fez saneamento urbano e calçou algumas vias. Determinou que todas as ruas deveriam ser cobertas de areia para evitar encharcamentos. Proibiu que jogassem lixo nas ruas e rios ou açudes, porque isso atrapalharia a reprodução dos peixes, e também ordenou a construção de três pontes (SCHWARCZ, 2018).

Nesse sentido, também houve investimentos em ciência durante o governo de Nassau, como por exemplo a criação do jardim-recreio, a vinda de cientistas junto com o governador designado para estudar o clima e as doenças locais.

[...] criou no Recife um grande 'jardim-recreio', que também um pomar para plantas raras – com 852 pés de laranjeiras, cinco limoeiros, oitenta pés de limões doces, 66 figueiras, e setecentos coqueiros especialmente plantados – e o habitat para animais vindos das mais diferentes partes do mundo:[...] O lugar foi utilizado como uma espécie de laboratório pelos cientistas que integraram a missão vinda com Nassau. Entre eles estavam o médico Willem Piso – que se dedicou a estudar a natureza local, o clima tropical e as doenças que afligiam a população.” (SCHWARCZ, 2018, p.62)

Outro ponto é a se frisar é que esse período serviu de influência para a expansão do território brasileiro. Temporariamente, o meridiano de Tordesilhas ficou desconhecido, acarretando o desbravamento pelos portugueses do território amazônico e também na direção de Mato Grosso e Goiás (FAUSTO, 2018).

Sendo assim, o término da ocupação ou invasão holandesa no Brasil se deu com as batalhas de Guararapes, que ocorreram em 1648 e 1649, ao sul do Recife. Esse acontecimento é compreendido como o que originou a nação brasileira. A história das batalhas foi contada dando a ideia de uma mistura racial responsável pela reconquista do território invadido, o triunfo dos justos até hoje é celebrado na região.

---

<sup>11</sup> Judeus degradados para o Brasil que foram forçadamente convertidos ao catolicismo e praticavam o seu culto às escondidas. inclusive é sabido da atividade de duas sinagogas até 1640 que foi o período do fim do controle holandês na região (SCHWARCZ, 2018, p 60)

Entretanto, hoje, sabe-se que muitos mestiços pobres, índios tapuia, negros escravos, cristãos-novos, lavradores de cana, populações carentes e senhores de engenho ficaram ao lado dos holandeses. As causas e as forças que compunham o exército luso estavam longe de remeter a uma união exemplar entre as três raças (SCHWARCZ, 2018).

Da mesma forma, Fausto (2018) compreende que as forças locais não significavam uma composição exemplar de união das três raças ou um exército democrático. Um exemplo foi Calabar<sup>12</sup>, que é conhecido como traidor da guerra, sendo que ele não foi o único caso.

Na realidade, os holandeses contaram sempre com a ajuda de gente da terra, entre vários senhores de engenho e lavradores de cana ou entre grupos mal ou não integrados à ordem colonial portuguesa, como cristãos-novos, negros, escravos, índios tapuias, mestiços pobres e miseráveis. É certo que os índios de Filipe Camarão e os negros de Henrique Dias formaram com os luso-brasileiros. Porém a mobilização se deu em níveis reduzidos. Por exemplo, em 1648 o contingente de Henrique Dias contava com trezentos soldados, o que equivalia a 10% do total dos homens em armas e a 0,75% da população escrava da região.” (FAUSTO, 2018, p. 47)

Nesse ponto, é possível perceber novamente o destaque da empresa na narrativa de dedicar aos portugueses o processo civilizatório brasileiro durante a colonização, destacando os holandeses como invasores que visavam apenas questões exploratórias e que foram expulsos pelo primeiro exército nacional composto de brasileiros insatisfeitos com estes invasores. Todavia, a omissão sobre todo o esforço em melhorias para o Brasil trazidas pelos holandeses ficou evidente quando não falam sobre os investimentos e melhorias em Recife, o estímulo para produção de alimentos para consumo interno (e não somente para exportação, como era antes), o envio de cientistas, artistas e médicos. Ademais, não mencionam que, durante a Batalha dos Guararapes, também existiam brasileiros contrários que se uniram aos holandeses, incluindo os cristãos-novos que eram perseguidos pela Igreja Católica, vendo nos holandeses a esperança de uma liberdade religiosa – que, arrisca-se a supor, talvez não seja um ponto positivo na visão da empresa (BRASIL PARALELO, 2017b).

---

<sup>12</sup> Domingos Fernandes Calabar, nascido em Porto Calvo (Alagoas), perfeito conhecedor do terreno onde se travavam os combates. Calabar passou das forças luso-brasileiras para as holandesas, tornando-se um eficaz colaborador desta até ser preso e executado. (SCHWARCZ, 2018, p. 45)

#### 4.2.4 O termo “Brasil Colônia”

O narrador do vídeo introduz o período com a reflexão que o Brasil nunca teve a designação de Portugal como uma colônia, e que esse termo é pejorativo, como se o Brasil fosse apenas uma colônia de exploração.

Durante esse período, nunca o Brasil teve o título ou designação oficial de colônia. Durante o processo de colonização, o Brasil teve apenas duas designações oficiais, Estado do Brasil e Reino do Brasil. Por que o termo Brasil Colônia é utilizado até hoje com uma conotação de mera exploração? Se o Brasil foi uma colônia, por que ela era mais rica que os Estados Unidos em seu período colonial? (BRASIL PARALELO, 2016a)

A resposta que o vídeo entrega em seguida é que atualmente é ensinado o período colonial apenas entre os ciclos econômicos, mas que na realidade houve também um “processo civilizatório ocorrendo no Brasil, e não apenas uma colônia *per si* em que a exploração ocorre.” (BRASIL PARALELO, 2016a)

Rafael Nogueira, entrevistado no vídeo, diz que o objetivo das grandes navegações era principalmente o de espalhar a fé Cristã, mas tornar essa missão rentável.

Você tem aí no mínimo duas visões de mundo convivendo. Portugal chega aqui em 1500 com essa missão dúbia. Missão de transmitir a fé cristã e, ao mesmo tempo, é claro, tornar rentável este afazer. (BRASIL PARALELO, 2017b)

Portanto, a empresa entende que existia o interesse econômico, mas com o interesse de manter as riquezas no Brasil, e não de explorá-las.

Havia uma força de interesse econômico nessa movimentação que acompanhava, isso é importante dizer, não com o objetivo de extrair riquezas, mas de manter riquezas. Percebam que a natureza das capitânicas é uma ideia oposta à de ciclos econômicos, porque as capitânicas buscavam ser meios de estabelecimentos de pessoas aqui, protegendo fronteiras, e etc. (BRASIL PARALELO, 2017b)

Nesse caso, é reforçada a ideia que o Brasil não era uma colônia de exploração, mas que o principal objetivo era o de povoamento e expansão.

A ideia de colônia, por exemplo, não remete exclusivamente a um processo predatório. A etimologia de colônia não significa depredação, ciclos, longe disso, colônia significa dentro de suas aplicações, inclusive povoamento, que é o que o Brasil viveu. (BRASIL PARALELO, 2017b)

No entanto, analisando a literatura, entende-se que a maior parte dos historiadores considera que o objetivo da colonização no Brasil era para explorar e cumprir o determinado pela coroa portuguesa, de forma que a colônia deveria se organizar para produzir em larga escala, gerar acumulação e ganhos de capitais para a metrópole. Contudo, deve-se compreender que existia uma economia interna para subsistência dos interesses da própria colônia mesmo que o foco fosse a exportação (FAUSTO, 2018).

Da mesma maneira, entende Schwarcz (2018) que, já em 1516, o rei Dom Manuel ordenou a distribuição de enxadas, machados e ferramentas para as pessoas que fossem povoar o Brasil, e estas procurassem um homem capaz de iniciar um engenho de açúcar. Ou seja, mesmo antes de iniciar a colonização, já existia a intenção de obter lucro. Mesmo que a intenção fosse povoar, sempre era pensando no bem de Portugal. Nesse caso, o Brasil era um monopólio de comércio que pertencia a Portugal para obtenção de lucros com preços baixos na importação dos materiais vindos de sua colônia além-mar.

No mesmo ponto, Dolhnikoff (2020) concorda que o Brasil era visto como um monopólio de comércio para Portugal para propiciar lucro à metrópole, sendo nítido que havia exploração e não uma igualdade entre metrópole e a colônia

Até então, apenas portugueses podiam fazer comércio com a colônia e apenas eles tinham permissão de desembarcar em seus portos. O monopólio comercial era um dos mecanismos centrais que propiciava lucro aos portugueses.” (DOLHNIKOFF, 2020, p.14)

Outro ponto importante a ser analisado neste tópico (e que complementa o tópico anterior, que aborda a escravidão negra no Brasil), foi que a forma de Portugal lidar com sua colônia brasileira intensificou muito a escravidão no Brasil. Os tipos de trabalho existentes na colônia acabavam sendo um fator de incentivo ao trabalho forçado ou escravo, pois “deviam atender às necessidades da lógica mercantil da colonização, contribuindo para que as colônias se inserissem na divisão mundial do trabalho.” (LINHARES, 2020, p.80)

A característica exportadora da economia colonial para suprir o mercado mundial gerou a necessidade do trabalho forçado para o colono conseguir alguma vantagem econômica. Isso agravou a situação dos negros escravizados, porque gerava uma maior pressão sobre esses e intensificava a sua exploração, ao passo que esse tráfico regular era favorável a uma substituição dos escravos que morressem por preços mais baratos (LINHARES, 2020).



Outro fator que contribuiu para a forma compulsória de trabalho eram os altos tributos que a coroa impunha sobre o comércio colonial, porque assim os colonos poderiam garantir seu lucro apesar de altas taxas de impostos (LINHARES, 2020, p.80).

Portanto, compreende-se a narrativa da empresa induzindo que Portugal não via no Brasil principalmente uma forma de exploração, mas que realizava empreendimento humano para manter as riquezas dentro do território brasileiro – sendo o lucro para a Coroa um fator em consequência disso, mas não o motor principal motivacional que levou os portugueses a ocuparem o território brasileiro. Em contrapartida, existe omissão quanto à pressão exercida na metrópole para o envio de matérias primas, a ponto de causar intensificação na necessidade de trabalhos escravos, além do monopólio de todo o comércio brasileiro estar sob controle de Portugal, fato que prejudicava o desenvolvimento da colônia (BRASIL PARALELO, 2017).

#### **4.2.5 Período anterior à administração do Marquês de Pombal**

O período da administração de Marquês de Pombal é bastante criticado no episódio, seja pelo aumento constante dos impostos de ouro sobre o território brasileiro, seja pela perseguição aos jesuítas que atuavam na educação colonial. É passada a ideia de que os grandes problemas na colônia foram iniciados com essa administração, portanto, será analisado como a empresa apresenta o Brasil anteriormente ao regime de Pombal – e, posteriormente, comparado com o entendimento da literatura.

Inicia-se a questão da importância dos jesuítas para a educação no Brasil, seja na educação indígena, seja na da população da colônia.

Em 200 anos, os jesuítas haviam sido os responsáveis na política de tratamento dos índios e pela educação dos brasileiros. Quando foram expulsos, os colégios foram fechados e regiões inteiras entraram em estagnação (BRASIL PARALELO, 2017b).

A empresa reconhece a grande importância da ordem religiosa para os tempos coloniais, pelo fato de realizarem sua expansão nos territórios que eram descobertos no mundo.

Os jesuítas nascem com a vocação de ensinar durante um grande cisma enfrentado pela igreja, a Reforma Protestante. Para a igreja ganhar espaço

em lugares que estavam recém sendo descobertos, decide que esses novos sacerdotes da Companhia de Jesus fossem enviados ao mundo inteiro para educar diferentes povos (BRASIL PARALELO, 2017b).

Dom Duarte, descendente da família real portuguesa, aborda a questão da expulsão dos jesuítas do território brasileiro durante o regime pombalino como uma grande catástrofe para a educação no Brasil, que traz consequências até para os dias atuais, entendendo ele que o Brasil hoje seria o país mais desenvolvido de toda a América.

A Influência no Brasil foi catastrófica, isso foi a pior coisa que já aconteceu para o desenvolvimento cultural do Brasil, porque ao expulsar os jesuítas, destruiu uma obra de cultura que se tivesse continuado, o Brasil já era mais desenvolvido que os Estados Unidos e a América do Norte, sem dúvida nenhuma. Pensar que havia escolas de nível inicial, e escola de nível superior que ensinavam ciência, medicina, geometria e fortificações[...] (BRASIL PARALELO, 2017b).

Por outro lado, ao analisar o referido período histórico, a literatura mostra que com os jesuítas estava a responsabilidade pela educação e que isso já era algo defasado se comparado às colônias vizinhas espanholas. A Espanha já havia, no século XVI, criado várias universidades na América, enquanto Portugal temia a formação de uma letrada elite dentro da colônia e jamais em todo período colonial criou uma universidade. Da mesma forma ocorreu com a imprensa, que foi criada nas principais cidades das colônias espanholas; já no Brasil, a única simples gráfica que foi aberta no Rio de Janeiro, em 1747, foi fechada logo depois, com seu fundador sendo obrigado a retornar para Portugal, devido à proibição da impressão de folhetos ou livros. A imprensa só renasceria no país no século XIX, com a vinda da família real (FAUSTO, 2018).

Nesse ponto, Schwarcz (2018) compreende que a Companhia de Jesus (ou, mais popularmente, jesuítas) era uma ordem religiosa que veio ao Brasil com a missão de realizar a conversão dos povos nativos ao cristianismo, educá-los e civilizá-los para a convivência com os colonos.

[...] vieram também os jesuítas, responsáveis pela implantação de 'colégios' – as primeiras instituições de ensino no Brasil – como na Bahia e em São Paulo e pelo verdadeiro trabalho de catequese do gentio. Desenvolveram até sua expulsão em XVIII pelo marquês de Pombal, uma obra de aldeamento dos índios e a imposição da cultura ocidental, sendo os principais responsáveis, pela superação do tupi como língua geral (LINHARES, 2020, p.40).

Todavia, é salientada a falta de investimentos de Portugal na educação do Brasil se comparado à sua vizinha Espanha com suas colônias americanas.

A metrópole proibia a existência de escolas superiores no Brasil, diferentemente da Espanha, cuja política cultural havia muito tempo a tinha liberado em suas colônias. De oficial, até então, só aulas de artilharia e arquitetura militar; algumas 'aulas régias' avulsas, com cursos de filosofia, latim, retórica e matemática. Afora isso, o ensino era administrado pelas ordens religiosas, em conventos e seminários (SCHWARCZ, 2018, p.175).

Contudo, enquanto no início dependiam da esmola da Coroa, com o passar do tempo, transformaram-se em uma grande potência econômica dentro da América Portuguesa. Aos poucos arrendaram terras, enriqueceram e controlaram o comércio das especiarias que eram cultivadas nas aldeias que eles dominavam. Tamanha era sua influência que as coroas de Portugal e Espanha acabaram com a ordem religiosa no século XVIII, expulsando-os primeiro de Portugal e suas colônias, depois da França, Espanha, até que o papa extinguiu a ordem em 1773 (SCHWARCZ, 2018).

E, novamente, faz-se necessário estabelecer uma relação deste tópico com aquele relativo à escravidão. A falta de circulação de ideias ou progresso técnico em virtude dessas atitudes da coroa portuguesa era outro fator que também contribuiu para a adoção das formas de trabalho compulsórias, porque assim era compensada a carência técnica com maior pressão sobre os escravizados (SCHWARCZ, 2018).

Nesse ponto, a empresa fortalece a ideia que a educação no Brasil estava bem encaminhada sendo representada pela Ordem dos Jesuítas, e que o Brasil seria um destaque mundial em desenvolvimento caso a Ordem se mantivesse. É retratada a crueldade e a injustiça cometida pelo Marquês de Pombal ao criar uma teoria conspiratória de que os jesuítas pretendiam assassinar o Rei de Portugal – sendo assim, o tirano Pombal fomentou a expulsão da Ordem da colônia brasileira, além do confisco de seus bens. Todavia, omite-se a questão de que a América Portuguesa já estava defasada na educação se comparado à outras colônias espanholas, que já tinham até mesmo a construção de universidades. Também ignora-se o fato de que os jesuítas foram perseguidos em diversos outros países até a Ordem ser extinta, aumentando a sensação de tirania do Marquês de Pombal, justamente para posteriormente implicar que foi com essa administração, e não com a administração de algum monarca, que a vida na colônia começou a entrar em declínio (CAPÍTULO 2, 2017).

#### **4.2.6 Revoltas antes da Era Pombalina**

As revoltas nativistas merecem destaque, pois ocorreram antes da “Era Pombalina” e não foram abordadas pela empresa na série. Isso é outra questão que vale a pena ser apontada, tendo em vista que a omissão desses fatos históricos passa a imagem de que os problemas com a Coroa portuguesa se iniciaram apenas no período após administração pombalina.

Antes de o Marquês de Pombal assumir o poder, já aconteciam revoltas na colônia. Um exemplo é a Revolta da Cachaça, que foi a primeira. Foi utilizada pelos colonos insatisfeitos como forma de se rebelar, pressionar e combater os abusos das autoridades locais, reagindo contra a rigidez da administração de Lisboa e também para expressar desagrado político (SCHWARCZ, 2018).

As rebeliões ocorridas subvertiam a ordem dentro da colônia com regularidade. Iniciar uma revolta naquele período significava assumir o risco de vida, assumir a alcunha de rebelde. A Coroa lançava tributos intermináveis e sem consulta – além disso, os funcionários muitas vezes agiam com abuso de poder, o que termina por justificar uma ação enérgica dos colonos contra essas atitudes de Portugal (SCHWARCZ, 2018).

Eram muito frequentes as rebeliões, o que deixou as autoridades da metrópole em constante alerta.

Havia o risco de ataques armados aos funcionários do rei, o perigo da agregação de grupos sociais muito distintos, a ameaça de substituição de governos locais. Mas, sobretudo, havia a possibilidade de contaminação política: as sublevações aconteciam em séries sucessivas e se multiplicavam precipitadamente em todo o território da colônia. As razões de descontentamento variaram; porém, cada protesto contribuía para um adensamento da tensão na área colonial e gerava inquietações em Lisboa. (SCHWARCZ, 2018, p.134)

Também existiam outros motivos para as revoltas. Em Pernambuco, o que deixou a população irritada foi a corrupção da administração pública e o grande poder dado às autoridades locais. Combinando isso às altas tributações, poderia trazer problemas para a administração da metrópole. Além disso, aconteceram rebeliões em 1671 em Sergipe, em 1684 no Maranhão, em Salvador em 1711, em 1720 em Vila Rica (SCHWARCZ, 2018).

#### **4.2.7 Vinda da família real para o Brasil**

Segundo a empresa Brasil Paralelo, durante o Império de Napoleão Bonaparte, a França deu um ultimato para que Portugal rompesse sua aliança com a Inglaterra. Dessa forma, Dom João ficou em uma encruzilhada entre correr o risco de ter Portugal invadido pelos franceses ou romper uma tradicional aliança com os ingleses. Todavia, enquanto fingia negociar com os franceses, estava ganhando tempo para se aliar à Inglaterra.

Portugal e Inglaterra lutaram de braços dados desde sua fundação, quando os cruzados ingleses ajudaram o jovem Dom Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, a reconquistar a terra dominada pelos mouros. Por muitas vezes, os dois países seriam grandes aliados. Agora, era hora de honrar o berço, e ajudar os ingleses a expulsar os revolucionários. Enquanto fingia aceitar o ultimato da França, Dom João VI negociava com a Inglaterra uma solução diferente para o impasse. (BRASIL PARALELO, 2017c).

Após a chegada no Brasil, a corte portuguesa e Dom João tomaram diversas iniciativas importantes que foram citadas no vídeo, como abertura dos portos, a criação de biblioteca e universidades, a revogação da lei que proibia fábricas, além de impulsionar o comércio local e criar de academias militares. Essas e outras iniciativas fizeram o Brasil tornar-se independente economicamente antes mesmo de independente politicamente, pois nesse período adquiriu o status de reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, nomeando o Rio de Janeiro como sede da Coroa, encerrando, portanto, o período colonial. (BRASIL PARALELO, 2017c).

Por outro lado, analisando a literatura, Schwarcz (2018) destaca que o período da vinda da família real para o Brasil foi eivado de turbulências. Dom João estava sendo pressionado pelos portugueses que viam a aliança com a França na guerra napoleônica como mais benéfica para os interesses da Coroa, ao passo que também era pressionado pelos que acreditavam na aliança com os ingleses sendo a opção mais benéfica. Os dois lados não tinham diferenças em sua ideologia, eram fiéis à monarquia portuguesa e objetivavam evitar uma guerra ou conflito. A diferença entre esses grupos eram as soluções que sugestionavam a Dom João (SCHWARCZ, 2018).

O diplomata e erudito Antônio de Araújo de Azevedo, conde da Barca, representava o 'partido francês' – que dominou o tabuleiro político entre 1804 e 1807 –, com uma posição um tanto paradoxal: os argumentos para uma aproximação com a França consistiam justamente no medo e na recusa da Revolução, isso sem esquecer as benesses da cultura francesa e de sua civilização. Do outro lado estava o 'partido inglês', e seu principal nome: o também diplomata, e presidente do Real Erário, d. Rodrigo de Souza Coutinho. Para esse grupo era fundamental a defesa do espaço atlântico português, a integridade da metrópole e do Império, bem como a fidelidade à tradicional aliança com a Inglaterra. (SCHWARCZ, 2018, p.154)

Inicialmente, Dom João decidiu fechar os portos para os ingleses e, temendo uma represália da Grã-Bretanha, a metrópole portuguesa teria enviado um comunicado para que Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco se preparassem para a defesa dos territórios contra os ingleses. “[...]em 11 de janeiro de 1808, o conde dos Arcos publicou um edital com as medidas necessárias para enfrentar as tentativas de invasão na capital” (SCHWARCZ, 2018, p.176).

Então, chega-se à conclusão de que, se por um lado ser aliado da Inglaterra resultaria em uma invasão francesa, por outro, a aliança com os franceses deixaria em risco o controle português sobre a América, que interviria com sua poderosa marinha pelo mar. Qualquer decisão resultaria em perdas, restava ao monarca decidir qual era a menos dolorosa. O grupo interno vencedor foi o que defendia a aliança com a Grã-Bretanha, priorizando as terras do Brasil e contando com apoio dos ingleses para proteger uma provável invasão da França (DOLHNIKOFF, 2020).

Cansado de esperar uma posição de Portugal, Canning, ministro inglês, enviou o comunicado que aceitaria que Portugal fechasse os portos, mas que, caso Dom João não embarcasse ao Brasil, Lisboa seria bombardeada por Londres (SCHWARCZ, 2018).

Sendo assim, após a decisão de vir ao Brasil e se aliar aos Ingleses, com a chegada da corte portuguesa, houve muita euforia por parte dos governadores que disputaram para que a família real se estabelecesse na região do Nordeste – mas, de fato, Dom João instalou a todos no Rio de Janeiro (SCHWARCZ, 2018).

Contudo, o preço para sustentar todo aparato dos funcionários da administração portuguesa, da corte e das repartições foi caro, e quem custeou a maior parte foram os habitantes da colônia. Até mesmo o Banco do Brasil praticamente só custeava as despesas da corte, soldos, pensões e tribunais. A insatisfação popular tendia a crescer com os pesados encargos. Outro fator que fomentou a insatisfação popular foi o esbanjamento que a casa real praticava. A ucharia se tornou símbolo de desperdício.

Note-se a modesta ração diária ingerida pela aia do neto de d. João, o infante d. Sebastião: três galinhas, dez libras de carne de vaca, meia de presunto, dois chouriços, seis libras de porco, cinco de pão, meia de manteiga, duas garrafas de vinho, uma libra de velas, uma de açúcar, café, frutas, massas e folheados, legumes, azeites e outros temperos. Só no ano de 1818 consumiram-se no Paço, por dia, 620 aves. (SCHWARCZ, 2018, p.185)

De fato, existia a recompensa política com o traslado da família real – entretanto, o custo interno foi alto. À medida que a máquina estatal se agigantava, o preço dos tributos subia na mesma intensidade.

No interior da colônia, cada vez mais surgiam vozes em desarmonia com a monarquia. Em 1817 já começam movimentos contrários à política de Dom João. A desigualdade regional aumentava junto com o peso dos tributos. Resumindo, o sentimento das regiões distantes da corte era que a vinda da realeza, o domínio somente mudou de um lugar distante para outro, ou seja, de Portugal para o Rio de Janeiro (SCHWARCZ, 2018, p.195).

Portanto, os privilégios gozados pelos portugueses natos na colônia faziam com que os brasileiros ficassem insatisfeitos. A cidade começou a ser vista como “portuguesa” pelos moradores das outras partes do Brasil. A revolução Pernambucana de 1817 contou com apoio de funcionários, proprietários e membros do clero (LINHARES, 2020).

Nesse tópico, percebe-se o esforço da empresa em demonstrar uma amizade histórica entre Inglaterra e Portugal, na qual Dom João, um grande estrategista, ficou contra os franceses de forma honrada. Ademais, também é ressaltado o grande salto intelectual, cultural e econômico trazido de Portugal para o Brasil com a vinda da família real. Ocorre que foi omitido o fato de Portugal ter dado ordens para que o Brasil se preparasse para uma invasão inglesa, demonstrando que existia forte intenção de uma aliança com os franceses, e que houve muita pressão em ameaças militares por parte da Inglaterra para que Portugal finalmente tomasse uma atitude e se aliasse a ela – tal fato, caso mencionado, reduziria a romântica narrativa da vinda da família real para o Brasil. Além do mais, não foram mencionadas as insatisfações dos povos que se viam com um outro “Portugal” dentro do território brasileiro: ou seja, as outras regiões do Brasil, continuavam a sentir a exploração em tributos, sem sentir todas as melhorias que a capital Rio de Janeiro sentia (BRASIL PARALELO, 2017c).

## 4.3 BRASIL IMPÉRIO

### 4.3.1 Primeiro Reinado

É narrado todo o processo de independência do Brasil, ou seja, a saída de Dom João VI, a permanência de Dom Pedro I, todo o processo de independência, como o dia do Fico, a própria independência em si, as batalhas e revoltas pela independência. Também é dedicado um grande tempo sobre a vida íntima de Dom Pedro I, Maria

Leopoldina e José Bonifácio. Em todo esse período, não houve qualquer contradição com os textos consultados da historiografia brasileira (BRASIL PARALELO, 2017d).

Com relação à morte de Dom João VI, inicia-se a explicação da sucessão do trono português, em que Dom Miguel, irmão de Dom Pedro I, dá um golpe de Estado e toma o poder, exilando Maria II, herdeira legítima e toda sua corte. Isso causaria um grande receio nos brasileiros de que o país voltasse a ser parte do Reino Unido de Portugal. Juntamente a outros fatos, fala-se sobre a “Noite das Garrafadas”, que, segundo empresa, foi uma revolta por conta de uma “loucura” fomentada pela imprensa contra Dom Pedro I.

Em abril de 1831, ele é obrigado a renunciar. Porque ele não contava mais com o apoio do exército, estava tendo uma revolta no Rio de Janeiro, por causa de que acharam que ele ia acabar com a Constituição. Uma loucura, uma loucura fomentada pela imprensa que acabou levando a população à rua e pressionando ele para renunciar (BRASIL PARALELO, 2017d).

Porém, em análise da literatura, percebe-se que, as primeiras desavenças entre Dom Pedro I e o Poder Legislativo na política foram acerca dos debates sobre a Constituição que entraria em vigor. Existia uma previsão de eleição para a assembleia constituinte mesmo antes da independência, mas elas ocorreram somente após (FAUSTO, 2018).

Como consequência da disputa entre os poderes, Dom Pedro, apoiado pela sua tropa, dissolveu a assembleia constituinte, prendeu deputados de oposição e elaborou a constituição que foi promulgada em 1824 – ou seja, a constituição foi imposta de “cima para baixo”. Esses atos do imperador demonstraram o predomínio de seu poder e de seu círculo íntimo, de comerciantes (em maioria portugueses) e burocratas em Pernambuco, o que culminou na piora dos descontentamentos do povo desde 1817 (FAUSTO, 2018).

O texto da Constituição promulgada tinha muitos pontos que incomodavam os outros setores políticos do Brasil, como, por exemplo, o fato de o monarca ser considerado sagrado e inviolável, e seus atos não poderiam ser responsabilizados (LINHARES, 2020). Outro fator que fragilizou a popularidade do imperador foram seus atos intolerantes. Reclamando dos abusos da imprensa, o Imperador processou o jornalista Borges da Fonseca. Após isso, houve o assassinato de Libero Badaró, outro jornalista, aumentando assim as críticas ao governo (LINHARES, 2020).

Tamanha insatisfação levou à criação da Confederação do Equador em 1824. Houve propagações de pensamentos republicanos e antilusitanos. A figura principal que criticou as ações do imperador foi o Frei Caneca. As províncias do Nordeste eram



contra a nomeação de um governador que eles não apoiassem (FAUSTO, 2018). Frei Caneca afirmava que “o Poder Moderador é a chave mestra da opressão da nação brasileira.” (LINHARES, 2020, p.201)

Posto isso, as forças da confederação não eram páreas para a força militar do governo.

A Confederação do Equador não teve condições de se enraizar e de resistir militarmente às tropas do governo, sendo derrotadas nas várias províncias do nordeste até terminar por completo em novembro de 1824 (FAUSTO, 2018, p.83).

Ademais, em 1825, aconteceu uma rebelião que separou a banda oriental do Uruguai, que o Brasil ocupava, e essa situação gerou uma guerra entre Buenos Aires e Brasil. A guerra agravou por demasiado os já existentes problemas na economia brasileira (FAUSTO, 2018).

O Brasil já vivia dificuldades econômicas desde 1808, com o Banco do Brasil sendo fechado quando D. João VI retirou as reservas de ouro nele depositadas e partiu para Portugal. Agravando a situação, Dom Pedro emitiu grandes quantias de moedas de cobre, resultando em maiores falsificações de moeda e um custo de vida mais alto. “Ainda não se empregava o termo ‘inflação’, mas falava-se em algo parecido, quando se aludia à ‘inchação’ do meio circulante.” (FAUSTO, 2018, p.84). Destarte, os empréstimos solicitados da Inglaterra foram equivalentes a 3 milhões de libras esterlinas para indenização de Portugal para aceitar a independência do Brasil e também um segundo empréstimo de 400.000 libras com intuito de pagar os juros do outro empréstimo feito (LINHARES, 2020).

Tantas insatisfações aprofundaram os conflitos entre portugueses e os brasileiros, que propagavam cada vez mais críticas liberais, enquanto que os portugueses se mantinham firmes ao lado do imperador. Tanto no exército, quanto na população urbana existia um forte sentimento antiportuguês. As suspeitas eram que com o falecimento de D. João VI, e a vacância do trono de Portugal, Dom Pedro iria tentar criar novamente o Reino Unido e o Brasil poderiam se submeter à Portugal outra vez (FAUSTO, 2018, p.85).

Dom Pedro I somente renunciou ao trono português para sua filha, após a morte de Dom João VI – mas, mesmo assim, as atitudes do imperador, como a utilização de recursos brasileiros para reconquistar o trono português, demonstraram sua forte afinidade com os interesses portugueses.

Como a princesa tinha apenas sete anos de idade, casou-se com seu tio, e irmão mais novo de dom Pedro, dom Miguel, que assumiu as Cortes e aclamando-se rei de Portugal. Dom Pedro passou, então, a se empenhar em restituir o trono a sua filha, que viera para o Brasil no ano seguinte, não hesitando por um lado, em incumbir o marquês de Barbacena (que fora enviado à Europa para tratar das negociações do segundo casamento do Imperador, com dona Amélia de Leuchtenberg) de angariar o apoio das potências europeias à causa e, por outro, em ajudar a financiar, com recurso do governo brasileiro, a guerra para derrubar dom Miguel (LINHARES, 2020, p. 203).

Essa demonstração de preocupação com Portugal reforçou as acusações feitas contra o imperador, de que esse preteria o povo brasileiro em benefício dos portugueses que residiam no Brasil. O imperador de fato tinha ligação com os comerciantes e burocratas lusitanos, que eram favorecidos para concessões de títulos de nobreza e honrarias, além das indicações para composição de ministérios e forças armadas (LINHARES, 2020).

Por fim, em 1831, quando retornava de Minas Gerais, onde fora recebido sem animação do povo, chegou Dom Pedro I no Rio de Janeiro e foi recebido com festejos por uma sociedade secreta portuguesa para demonstrar apoio ao imperador. Imediatamente houve reação dos brasileiros que geraram tumultos prolongados por cinco dias. Até mesmo os comandantes mais prestigiados do exército brasileiro – como, por exemplo, os irmãos Silva e Lima, participaram da revolta (FAUSTO, 2018).

Dom Pedro decidiu, então, criar um ministério composto apenas por brasileiros, mas isso não foi o suficiente para amenizar a insatisfação do povo. Diante disso, ele decidiu demitir os brasileiros desse ministério e nomeou para os cargos membros aristocratas portugueses que já foram antigos impopulares ministros. No dia seguinte, uma multidão (composta da população, livres e escravos, juizes de paz, redatores, parlamentares, batalhões do exército) era inflamada por gritos de ordem contra o imperador. Até mesmo a guarda de honra e o batalhão do imperador se manifestaram contra ele (LINHARES, 2020).

Dom Pedro I viu no trono português a sua única alternativa de se manter no poder, visto que no Brasil não restava mais saída. Com isso, abdicou do trono ao seu filho Pedro II, que tinha cinco anos de idade quando seu pai partiu para a Inglaterra (FAUSTO, 2018, p.85).

Dessa forma, compreende-se a narrativa da empresa acerca do primeiro reinado com uma alta exaltação das qualidades e patriotismo de José Bonifácio, Maria Leopoldina e Dom Pedro I, em tom romantizado sobre a vida íntima destes, além de

todo o esforço militar do Imperador para manter o Brasil com um território unido e grandioso como é percebido nos tempos atuais. Todavia, não é retratada a relação da promulgação da Constituição de 1824, que causou a impopularidade do imperador, além de não serem mencionados os conflitos internos com a imprensa, problemas na economia advindos da má administração que vieram a ser causados desde Dom João V e conflitos internos importantes que marcaram o período, como a Confederação do Equador, e a omissão da insatisfação brasileira com a aproximação do imperador com as elites portuguesas no Brasil. Não obstante, passa-se a sensação de que o Imperador se retirou do Brasil em virtude do golpe que seu irmão estava praticando contra sua filha herdeira do trono de Portugal, ignorando que Dom Pedro I estava indo lutar na guerra civil portuguesa justamente por não ter mais alternativa na sustentação do trono brasileiro. (BRASIL PARALELO, 2017d).

#### **4.3.2 Segundo Reinado**

No episódio referente ao segundo reinado, é dedicado um grande tempo sobre a vida de ícones de nossa história, como Carlos Gomes, Machado de Assis e Joaquim Nabuco. Também é abordado o período regencial, a criação de Dom Pedro II e seu tutor José Bonifácio e a vida íntima do imperador. Quanto ao governo imperial, menciona-se como era a atuação do Imperador, seus poderes, funções, a guerra do Paraguai, a economia do período, os problemas com a Igreja Católica (que foram indicados no episódio como o fato responsável que culminou na insatisfação popular), a abolição da escravatura e o golpe da República. Em todos esses assuntos citados, não houve dissonância entre o que foi analisado na historiografia nacional. (BRASIL PARALELO, 2018a). O que foi notado é que alguns pontos chave não foram citados no que tange aos pontos negativos visto pela sociedade da época, como as viagens de Dom Pedro II e a impopularidade da regência da princesa Isabel. Tais fatos foram considerados relevantes para serem elencados, tendo em vista que são cruciais para explicar a crise política que culminou na Proclamação da República, não sendo apenas a consequência estrita de um golpe por outro grupo.

A empresa defende a ideia de que o Brasil passou pelo processo de Proclamação da República devido a um golpe de Estado. Além disso, sustenta que, embora houvesse insatisfações em alguns setores, não seriam o suficiente para que o Brasil deixasse de ser uma monarquia.

A história é uma grande galeria de quadros onde há poucos originais e muitas cópias. A história acabou por encontrar o Brasil. No símbolo revolucionário da Revolução Francesa, o destino de um povo seria redefinido. Os interesses de poucos sequestraram o futuro de muitos. No início do século XIX, quando a família real portuguesa se instalou no Rio de Janeiro e fundou o Império Brasileiro, foi plantada uma semente. Essa semente foi cuidada para que crescesse em terra fértil. Para dar bons frutos. Cresceu, frutificou e obteve vigor ímpar. Porém, não se pode dizer o mesmo dos países que cercavam o Brasil. Que cresceram entre pedras, não formaram raízes, ou foram sequestradas e perderam o seu destino. Enquanto a América Latina era um conglomerado de repúblicas com sucessivos golpes e ditadores guerreando por poder, o Brasil era uma monarquia constitucional, a coroa o parlamento e a justiça eram instituições sólidas e alicerçadas no Estado de Direito, nos princípios constitucionais e nas práticas democráticas. Porém, neste momento, era vez de o Brasil ter a sua semente roubada. As insatisfações de alguns setores da sociedade não seriam por si só motivos para a queda da monarquia. Porém, interesses escusos agregariam esses descontentamentos e cometeriam um atentado à vontade do povo. (BRASIL PARALELO, 2018a).

Logo que se passa 1870, surgiu uma série de sinais de crise no reinado de Dom Pedro II. O movimento republicano teve seu início, havia conflitos entre o imperador e a igreja e o exército, e o problema da escravidão ia provocando desgastes com suas bases de apoio na sociedade (FAUSTO, 2018).

Ademais, os problemas com os militares foram se agravando devido a diversos fatores. O ministro da Guerra emitiu uma ordem que proibia qualquer militar de discutir na imprensa questões da corporação ou políticas. Devido a isso, os oficiais do Rio Grande do Sul fizeram uma reunião com intuito de protestar contra essa proibição. Marechal Deodoro negou-se a punir esses oficiais e revogou-se a proibição. O Clube Militar foi organizado pelos oficiais – era uma associação para defender permanentemente seus interesses, tendo Deodoro como presidente. Logo em seguida, Deodoro fez uma solicitação ao ministro da Guerra para desobrigar o Exército a caçar os escravos fugitivos, e o ministro negou o pedido (FAUSTO, 2018).

Muitos fatores decidiram a queda da Monarquia. O imperador sofria de diabetes e se retirou do cenário político, no qual efetuava papel estabilizador. De fato, Pedro II tinha prestígio entre os militares e sua ausência fez com que a elite imperial e os oficiais do exército entrassem em confronto. De um lado, o exército queria restrições para a elite imperial; do outro, a elite acreditava em seu predomínio de autoridade civil, visto que o imperador nomeava civis ao Ministério da Guerra (FAUSTO, 2018).

O movimento Republicano também ganhava força à medida que a urbanização trazia novos pensamentos e reivindicações para a população, que queria cada vez mais fazer parte das instâncias políticas nacionais.

A diversificação da população urbana, em todos os seus matizes, gerava novas visões, demandas e comportamentos em relação a questões fundamentais como a escravidão, o sistema representativo e a organização política. Com menor dependência do uso do trabalho escravo, o abolicionismo vicejou entre os setores urbanos. Também reivindicavam maior representatividade política, com alargamento no direito de participação nas eleições e nas instâncias de decisão. Demandas que fortaleceram o movimento republicano entre os setores urbanos. (DOLHNIKOFF, 2020 p. 156)

Outra questão problemática era que a perspectiva de um terceiro reinado era muito desanimadora. Com a morte do imperador, a princesa Isabel assumiria o trono, e seu marido, conde d'Eu, tinha uma personalidade que não agradava os brasileiros (FAUSTO, 2018). Não apenas o conde, mas a princesa também não tinha alta popularidade.

O que mais se temia era a entrega da Coroa a um estrangeiro, o conde d'Eu, marido de Isabel extremamente impopular. Mas a ascensão da princesa ao trono também não agradava a maioria da população, salvo os católicos mais fervorosos e, após a Abolição, os libertos e alguns poucos abolicionistas, como José do Patrocínio, que então organizou a Guarda Negra, espécie de tropa de assalto, integrada por ex-escravos, dedicada a atacar os comícios republicanos na Corte (a confusão e a violência geradas só serviram, no entanto, para impopularizar ainda mais a monarquia). (LINHARES, 2020, p.278-279)

No entanto, enquanto as forças de oposição ao império se organizavam (quais sejam: os abolicionistas, o exército e os republicanos), Dom Pedro II estava cada vez mais distante da política.

Data dessa época uma verdadeira voga de caricaturas ironizando sua inação. Chamado de Pedro Banana e Pedro Caju, o imperador passava a ser ridicularizado por conta do modo como encarava os negócios de Estado, ou de suas indecisões, cada vez mais públicas, que lhe valeram a alcunha de o Emperrador. (SCHWARCZ, 2018, p.302)

Não só da Política, mas também do próprio Brasil, Dom Pedro II se distanciava para conhecer o mundo, e era muito criticado por estes atos em momentos de tamanha crise política nacional.

As revistas, impiedosas, passaram a ridicularizar o que chamavam de 'motomania': a 'doença' de viagens do monarca. Essa é a época de uma série de deslocamentos do soberano, dentro e fora do Brasil. Sobretudo as viagens para o Velho Mundo seriam longas: nos anos de 1871, 1876 e 1887 d. Pedro praticamente esteve ausente do país. (SCHWARCZ, 2018, p.303)

No meio de uma crise política, o imperador aparentava tédio por seu próprio país e preparou viagens para conhecer o mundo que antes só vira nos livros. Isso gerou muitas controvérsias e, mesmo tendo caráter público, as viagens sempre foram

justificadas por uma razão pessoal do imperador. Sua primeira viagem foi quando a princesa Leopoldina, sua filha, veio a falecer. Pedro decretou luto oficial e viajou em maio de 1871 ao Oriente Médio e Europa, voltando somente no ano seguinte, em 1872 (SCHWARCZ, 2018).

Mais uma vez, o monarca decidiu viajar por um motivo pessoal. Dessa vez, a causa era o tratamento de saúde de Teresa Cristina.

Feita a primeira parada, o imperador seguiu com sua larga comitiva, formada por duzentas pessoas, para uma longa excursão que incluía, em doses equilibradas, Estados Unidos, Canadá, um pouco de Ásia, parte da África, Europa (Alemanha, Dinamarca, Suécia, Noruega, Rússia, Turquia, Grécia, Áustria, Bélgica, Holanda, Suíça e Portugal) e especialmente seis longas semanas em Paris. Mais uma vez d. Pedro planejava fazer de sua travessia uma grande maratona: o monarca que custara a deixar os trópicos parecia não ter nenhuma pressa em voltar (SCHWARCZ, 2018, p.303).

Pode-se considerar, assim, que a República foi mais um fruto da insatisfação gerada pela inabilidade do governo imperial em articular as novas e velhas demandas e seus problemas de legitimidade do que da crença de que existiriam vantagens em um governo republicano (LINHARES, 2020).

Nesse ponto, nota-se a intenção da empresa em destacar constantemente os pontos positivos do monarca Dom Pedro II em si, como uma das maiores personalidades desse país. De fato, não há que se criticar aqui as qualidades do imperador: a questão, novamente, é a empresa trazer apenas a sensação em seus vídeos de que este foi um período de “ouro” da história brasileira em que não ocorressem problemas, omitindo a questão dos desafios políticos existentes que culminaram na proclamação da República – ou seja, toda a má articulação política, e inclusive o próprio exercício do Poder Moderador. Em contrapartida, não foram citadas as longas viagens do Imperador e a insegurança quanto à regente princesa Isabel, casada com um estrangeiro impopular (BRASIL PARALELO, 2018a).

Concluído até aqui todo o período que o Brasil sofreu influência monárquica, seja de Portugal, seja nos reinados dentro do próprio território nacional, percebe-se o primeiro padrão da narrativa criada pela empresa, qual seja: a exaltação do período monárquico no Brasil como uma mítica “era de ouro” brasileira.

#### 4.4 BRASIL REPÚBLICA

#### 4.4.1 Primeira República

Aborda-se o início do período republicano criticando que, mesmo sendo denominado uma República, não necessariamente o país era uma democracia, e que inclusive os dois primeiros presidentes tomaram medidas ditatoriais, através de repressões constantes, principalmente no regime de Floriano Peixoto (1891-1894). Após isso, ressaltam a questão das oligarquias regionais que dominavam o Brasil e que o governo estava submisso às forças oligárquicas. Além do mais, frisa-se que iniciava um grande período de corrupção no Brasil.

O conluio entre as forças políticas e econômicas virou uma lei tácita. Do café, do início do século passado, das empreiteiras do novo milênio, pouca coisa mudou. Mas o fato é que um grande sistema de corrupção em troca de favores se iniciou. As relações de promiscuidade entre os poderosos passaram a ser a regra. (BRASIL PARALELO, 2018e)

Sobre este período, também é elencado o coronelismo e os votos de cabresto, que só aconteceram com o fim do império Brasileiro.

Os coronéis, como título formal, já havia durante o império. Mas o poder, relevância, né, aquela coisa ruim que a gente aprende depois nos livros de história, só aconteceu depois do fim do Império brasileiro. Antes, eles eram muito bem controlados pela figura do imperador (BRASIL PARALELO, 2018e)

Por outro lado, a questão da industrialização também não ocorreu e o país centralizou sua economia no café, o que atrasou o Brasil e limitou seu crescimento. Segundo a empresa, foi um período estagnado em que o governo se alternava entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, e que esse status só mudaria após desentendimentos que desencadearam no surgimento da Aliança Liberal e da figura de Getúlio Vargas. (BRASIL PARALELO, 2018e)

Porém, é compreendido que, durante a Primeira República, ocorreram mudanças constitucionais importantes de serem enfatizadas. O texto magno concedeu direito à propriedade, acabou com a pena de morte, separou o Estado da igreja, acabando com uma religião oficial no país. Funções antes controladas pela Igreja Católica passaram para o controle do Estado, passa-se a ser reconhecido somente o casamento civil e os municípios passam a controlar os cemitérios. Foi conquistada a liberdade religiosa e o registro para morte e nascimento (FAUSTO, 2018).

Nesse sentido, foi substituído o Poder Moderador, que antes era o que organizava a política imperial, pela visão de equilíbrio entre os três poderes, Legislativo, Judiciário e Executivo. A vitaliciedade dos senadores foi extinta, e foi aprovado o voto universal no lugar do sistema de voto censitário vigente. Em vista disso, ainda eram considerados aptos ao voto os adultos, homens e alfabetizados. Ainda era proibido o voto dos militares praças, mendigos e mulheres – mas, de qualquer forma, já foi um avanço para o sistema eleitoral a ampliação do direito sem a necessidade de comprovar renda mínima. (SCHWARCZ, 2018)

O novo regime governamental passara a funcionar de forma descentralizada, dando controle fiscal e autonomia às antigas províncias, que agora foram transformadas em estados, acabando com a centralização que a monarquia exercia no Estado Unitário (SCHWARCZ, 2018).

Na questão territorial, um importante acontecimento foi a aquisição do Estado do Acre.

Um conflito armado opôs brasileiros e bolivianos na disputa pelo Acre, na região amazônica, subitamente valorizado pela exploração da borracha. A área, considerada território boliviano, era ocupada, em grande parte, por migrantes brasileiros. Uma solução negociada resultou no Tratado de Petrópolis (1903), pelo qual a Bolívia reconheceu a soberania brasileira no Acre, recebendo em troca uma indenização de 2,5 milhões de libras esterlinas. (FAUSTO, 2018, p.143)

Quanto à industrialização, o governo a fomentou com empréstimos e isenção de impostos para a criação de indústrias de base. Enquanto no Império os investimentos do exterior eram concentrados nas ferrovias, no período da Primeira República, estes tenderam para companhias de seguros, bancos, empresas de navegação, distribuidoras e geradoras de energia elétrica (FAUSTO, 2018).

Com o fim da Primeira República, compreende-se desse período muitos pontos negativos, como a repressão, conflitos e falcatruas políticas, e medidas racistas. Contudo, também houve um outro aspecto: o *boom* da industrialização, a entrada de imigrantes e a urbanização (SCHWARCZ, 2018).

Nesse período, é necessário destacar uma mudança drástica dentro da narrativa. Ficam evidentes as críticas ao período republicano a partir daqui – da Primeira República (1889-1930), analisada neste tópico, até o fim durante a Ditadura Militar. Passam a ser ressaltados apenas os pontos negativos desse período e dos próximos. Neste, especificamente, ficou nítida a crítica ao coronelismo, a estagnação da economia em elites paulistas e mineiras, os problemas nos sistemas eleitorais.



Desse jeito, omite-se a questão da conquista da liberdade religiosa – que, como já dito anteriormente, não necessariamente é possível afirmar que a empresa vê como um ponto positivo. Ademais, são omitidos os avanços para o direito eleitoral (que foi ampliado a mais cidadãos), um aumento industrial, urbanização, vinda de imigrantes e, inclusive, a aquisição territorial do território do Acre (BRASIL PARALELO, 2018e).

#### **4.4.2 Era Vargas**

O episódio é praticamente dedicado ao ex-presidente Getúlio Vargas. O maior foco foi na questão de como Getúlio Vargas alcançou o poder, como se manteve, as similaridades com o fascismo, o nacionalismo com uma nova perspectiva histórica e nova educação, populismo e seus embates com o jornalista Carlos Lacerda e a vida íntima dos dois. Quanto ao que foi abordado, não foi encontrada alguma dissonância explícita, apenas notou-se que questões de relevância nacional não foram mencionadas no episódio e que alguns discursos ideológicos fogem ao tema proposto e abordam questões políticas recentes – mas que serão tratadas em um tópico posteriormente (BRASIL PARALELO, 2018e).

O maior foco do episódio é demonstrar como o período foi repleto de ações déspotas, de um Estado inchado e interventor na vida privada e na economia, com duras críticas ao período. “A intervenção do Estado, tão nociva para a economia, deixou sua marca em diversos setores [...] apesar da propaganda estatal continuar enganando a população e reforçando a imagem do presidente como tal pai dos pobres.” (BRASIL PARALELO, 2018e).

Esse período foi a primeira vez em que um governante implantou uma ditadura após uma constituição que exigisse um sistema eleitoral democrático. Não obstante, é importante destacar alguns pontos marcantes que foram ignorados no documentário produzido pelo Brasil Paralelo.

Foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública com propósito de levar a educação, antes centralizada, agora para as periferias. Já no ensino superior, foram criadas condições para que se surgissem universidades que se dedicassem à pesquisa e ao ensino. As mudanças também aconteceram em outras esferas de ensino, a saber:

Na esfera do ensino secundário, tratava-se de começar a implantá-lo, pois até então, na maior parte do país, não passara de cursos preparatórios para ingresso nas escolas superiores. A Reforma Campos estabeleceu definitivamente um currículo seriado, o ensino em dois ciclos, a frequência

obrigatória, a exigência de diploma de nível secundário para ingresso no ensino superior. (FAUSTO, 2018, p.189)

Quanto à educação, à cultura e à família, a Constituição definia que o ensino primário deveria ser gratuito e obrigatório, já nas escolas públicas o ensino religioso poderia ser facultativo e aberto para todas as religiões, não apenas à católica (FAUSTO, 2018).

De 1920 a 1940, aconteceu um declínio no índice de analfabetos. A população que tinha mais de 15 anos reduziu o analfabetismo de 69,9% no ano de 1920 para 56,2% no ano de 1940. Os números são um indicativo do esforço para expansão do sistema educacional, mesmo que ainda existissem falhas (FAUSTO, 2018, p.217).

Durante o período de Getúlio, muitos direitos foram normatizados. Desde a década de 1930, quando se criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, leis regulamentando os sindicatos, órgãos de arbitragem para conflitos entre operários e patrões e leis de proteção aos trabalhadores. Nesse sentido, foi proibida a diferença salarial entre os sexos, idade, estado civil ou nacionalidade. Também houve implantação do salário mínimo, regulação do trabalho dos menores e das mulheres, férias remuneradas, descanso semanal e indenização por demissão sem justa causa. Foram consolidadas, em um único código, diversas leis esparsas trabalhistas que dificultavam o exercício dos direitos dos trabalhadores, e o governo também organizou órgãos de proteção ao trabalhador, como a Justiça do Trabalho e Juntas de Conciliação (FAUSTO, 2018).

Muitos setores hoje fortalecidos no Brasil, as maiores indústrias ativas no país foram criadas nesse período como por exemplo a Vale do Rio Doce

Setores como os do ferro e do aço, da energia elétrica, da química pesada e da produção de motores tiveram sua solução inicial com base no investimento estatal ou na forma de empresas de economia mista. A Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Companhia Nacional de Álcalis (1943) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945) formaram alguns exemplos. (LINHARES, 2020, p.322).

No setor petrolífero também houve um ponto importante a ser destacado a criação da Petrobras.

De um lado a política do CNP bloqueou as iniciativas das grandes empresas estrangeiras, ainda que não conseguisse uma resposta alternativa às suas propostas. De outro, a ação do general Horta Barbosa representou um ponto de apoio e uma referência para os grupos que nos anos 1950 pressionaram pela adoção de uma linha semelhante à sua, vitoriosa com a criação de uma empresa estatal, a Petróleo Brasileiro (Petrobras), em outubro de 1953. (FAUSTO, 2018, p.205).

No mesmo sentido, era nítida a necessidade brasileira da produção desse elemento para a economia: “a demanda por petróleo e derivados ocupava o primeiro lugar na pauta dos produtos importados, e parecia evidente a inconveniência de o país continuar a depender dessa importação” (LINHARES, 2020, p.401).

Concluindo a questão econômica do período Vargas, pode-se entender que a indústria teve um forte crescimento se comparada aos períodos que o antecederam.

Elas indicam um considerável avanço entre 1933 e 1939 e um ímpeto menor entre 1939 e 1945. Isso significa que a indústria se recuperou rapidamente dos anos de depressão iniciados em 1929. A não renovação do equipamento industrial e as perturbações do comércio internacional, resultantes do início da Segunda Guerra Mundial, concorreram para que as taxas de crescimento caíssem entre 1939 e 1943. Porém esse foi um período importante, do ponto de vista qualitativo, para a sustentação do processo de industrialização e sua expansão no pós-guerra. É provável que os investimentos públicos de infraestrutura tenham contribuído para eliminar ou atenuar estrangulamentos sérios. (FAUSTO, 2018, p.217)

É necessário estabelecer um esclarecimento ao equívoco ideológico imputado ao período: o nacionalismo, que foi relacionado às atividades econômicas protecionistas associadas como uma escolha política, principalmente com relação ao capital estrangeiro. Ainda assim, é importante contextualizar o período em um momento em que o próprio capitalismo era redefinido desde a crise ocorrida em 1929. Não era mais disponível como antes no mercado estrangeiro a tecnologia.

A rearticulação entre os centros e a periferia permaneceria difícil com a eclosão da Segunda Grande Guerra: o jogo de forças dela resultante impunha como prioridade um padrão de investimentos de ‘centro a centro’, desviando recursos das nações não industrializadas do sistema. Aos países periféricos continuava cabendo o papel de produtores de matérias-primas e bens agrícolas. A industrialização brasileira viria a realizar-se nas brechas desse policentrismo e ‘à revelia’ dele, sem implicar uma escolha nacionalista como pensam muitos. (LINHARES, 2020, p.323-324)

Por fim, quanto às mudanças eleitorais, foi adotado o voto secreto, dificultando as fraudes eleitorais características do sistema eleitoral antigo da Primeira República, visto que o voto secreto protegeria os eleitores das pressões das disputas regionais entre as elites. Agora a responsabilidade pela fiscalização e contagem e proteção dos votos pertencia a juízes. Também se passa a permitir o voto às mulheres (LINHARES, 2020).

Ou seja, sobre esse período, foi ressaltada a tirania, o inchaço estatal, as perseguições do presidente Vargas. Quanto às omissões, silenciaram-se quanto aos avanços econômicos, aos direitos sociais, à ampliação da educação e declínio do analfabetismo. Configura-se o segundo padrão narrativo: a crítica ao sistema republicano brasileiro.

#### 4.5 PERÍODO DEMOCRÁTICO PÓS VARGAS

Neste ponto, inicia-se a análise de uma nova produção da empresa Brasil Paralelo, o filme “1964 – o Brasil entre armas e livros”, que aborda o período desde o fim da Segunda Guerra Mundial e o início do período democrático pós regime do presidente Getúlio Vargas, passando pela ditadura militar, até a retomada da democracia (BRASIL PARALELO, 2019).

O filme, diferentemente das outras produções, possui um referencial bibliográfico para consulta, o livro “1964, o Elo Perdido”, o qual transcreve arquivos e relata a atuação de agentes da agência de inteligência da Tchecoslováquia no Brasil, a STB, durante o período pré-ditadura militar. Tais arquivos mencionavam projetos de revolução comunista no Brasil. O autor do livro, Mauro Abranches, relata no filme que

São esses funcionários da inteligência que foram enviados para o Brasil. Que escreveram esses relatórios. Em seus relatórios, seus documentos, na troca de correspondência com a central em Praga. Nós estamos apenas fazendo o trabalho de descrever o que há nesses documentos. E segundo esses documentos, sim. A STB atuou no Brasil. Realizou, por exemplo, operações de influência, política de influência. Reuniu informações, recrutou cidadãos brasileiros para colaboração. Encontramos várias pastas de objetos de interesses relacionadas com o Brasil. Que eu posso citar, governo e parlamento, ministério das relações exteriores, instituições científicas, Petrobrás, clube militar, forças armadas, partidos políticos, ligas camponesas, e muitas e muitas outras. (BRASIL PARALELO, 2019).

Além disso, decidiu-se contrapor a narrativa do filme com a entrevista do autor do livro, fazendo-se leitura do próprio livro utilizado pela empresa como referencial para o documentário, buscando alguma informação que pudesse ser importante para evidenciar a estratégia que a empresa adota em omitir questões que desabonem a sua narrativa principal. Sendo assim, torna-se interessante mostrar que, de fato, existiu a tentativa de instaurar uma guerra civil no Brasil pela operação “Luta”, mas o próprio autor reconhece a incapacidade da STB em promover tal ato. É relatado no capítulo XV – Luta:

Os objetivos desta operação eram incrivelmente ambiciosos e ousados, e é impossível não perceber que ultrapassavam as possibilidades da humilde rede de agentes tchecoslovacos. Mesmo assim o plano surgiu, foi enviado ao Rio de Janeiro e deveria ser implementado. (ABRANCHES e PETRILAK, 2017, n.p).

Nesse ponto, percebe-se que o próprio escritor chamado para entrevista não demonstra preocupação em seu livro sobre qualquer possibilidade de esses agentes da STB de fato realizarem algum ato que causasse instabilidade e promovessem algum golpe no Brasil. Isso foi omitido pela empresa, que apenas ressaltou como estavam organizados e espalhados esses agentes no Brasil, de forma a fomentar a ideia de um iminente golpe comunista.

#### **4.5.1 Juscelino Kubitschek e a Construção de Brasília**

Segundo a empresa, após o sucesso da Revolução Cubana (1959), o Brasil cada vez mais se aproximava do pensamento comunista – inclusive no que se trata da transferência da capital federal para o centro do Brasil.

O Brasil já dava seus próprios sinais de inclinação à esquerda. No mesmo ano, a capital foi transferida para o centro do país. Você tem dentro desse ambiente ideológico muito polarizado no mundo e no Brasil, em 55, a eleição do Juscelino Kubitschek, que agrega muito dos filhos do varguismo e da esquerda, vai levar inclusive a construção de Brasília entregue ao Oscar Niemeyer em um projeto muito esquerdista de poder, de tirar a política do Rio de Janeiro, de tirar de perto da população. E você encomenda um projeto urbanístico de esquerdistas, de stalinistas, para fazer uma capital totalmente de concreto, sem esquinas, com grandes avenidas, com palácios, onde os políticos podem viver numa redoma, numa ilha, distanciados da população, porque eles são esses iluminados que tem uma visão inacessível à população. (BRASIL PARALELO, 2019).

Insta salientar que em outro vídeo, “Capítulo 2: Terra de Santa Cruz | Congresso Brasil Paralelo [Oficial]”, a empresa também realiza críticas sobre a criação da Capital Federal em Brasília.

Brasília é uma aberração total, Brasília matou o Brasil. Eu considero o Juscelino Kubitschek uma das maiores bestas quadradas que já surgiram no Brasil. Porque o Rio de Janeiro era a síntese do Brasil [...] Criaram uma capital para ser uma ditadura [...] É um falso símbolo nacional. (BRASIL PARALELO, 2016a)

Aliás, interessante ressaltar que, na mesma série, Rafael Nogueira, historiador que concede entrevista para a empresa, exalta a figura de José Bonifácio de Andrada e Silva, um grande personagem de nossa história, conhecido como o fundador do Brasil e que foi “esquecido”. Dentro do episódio, toda a importância desse herói nacional é memorada. Contudo, não foi mencionado que José Bonifácio foi o primeiro a defender a ideia de que a capital do Brasil deveria se chamar Brasília e estar localizada ao centro do Brasil.

Parece muito útil, até necessário, que se edifique uma nova capital do Império no interior do Brasil para assento da corte, da assembleia legislativa e dos tribunais superiores, que a Constituição determinar. Esta capital poderá chamar-se Petrópole ou Brasília. Disse que esta cidade era não só útil, mas necessária, e vou desenvolver as razões em que me fundo. Sendo ela central e interior, fica o assento do governo e da legislatura livre de qualquer assalto ou surpresa feito por inimigos externos. Chama-se para as províncias do sertão o excesso da povoação sem emprego das cidades marítimas e mercantis. Como esta cidade deve ficar, quanto possível, equidistante dos limites do Império, tanto em latitude como em longitude, vai-se abrir deste modo por meio das estradas que devem sair deste centro como raios, para as diversas províncias e suas cidades interiores e marítimas, uma comunicação, e de certo criará em breve giro de comércio interno da maior magnitude, vistos a extensão do Império, seus diversos climas e produções. [...] (SILVA, 1823).

De igual maneira, a Constituição Federal de 1891, a primeira constituição republicana, já anunciava em seu artigo 3º sobre a construção da capital federal no centro do país. “Art. 3º Fica pertencendo á União, no planalto central da Republica, uma zona de 14.400 kilometros quadrados, que será opportunamente demarcada, para nella estabelecer-se a futura Capital Federal.” (BRASIL, 1891).

Sendo assim, novamente, fica nítida a intenção de reforçar a ideia de toda uma lógica comunista estruturada dentro do Brasil, ao afirmarem que a própria capital brasileira é inspirada em projetos comunistas, sendo um erro ter sido construída tão longe do Rio de Janeiro. Contudo, silenciam-se sobre pontos que evidenciam a estratégia de omissões para a defesa de uma narrativa. Como foi dito no tópico sobre Brasil Império, a figura de José Bonifácio é enaltecida nos episódios da série “Brasil, a Última Cruzada” (BRASIL PARALELO, 2017), mas não apresentam que este personagem da história foi o primeiro a sugerir a criação da capital federal no centro do país, talvez porque, propositalmente, associariam essa ideia ao comunismo. Ou seja, atribuir uma ideia como essa a um personagem escolhido para uma narrativa positiva não seria algo benéfico para os objetivos da empresa de engrandecimento do período monárquico. No entanto, omitiu-se também que a primeira Constituição Federal já planejava a criação de uma capital no centro do país, num momento em

que o comunismo nem sequer era discutido no território nacional (BRASIL PARALELO, 2019).

### 4.5.3 João Goulart

Não foi considerada relevante a análise do período do presidente Jânio Quadros, passando-se então direto ao governo de João Goulart. Quanto ao seu governo, a empresa destaca o caos político que estava instaurado no país com a possibilidade de sua posse, tendo em vista que os militares não estavam satisfeitos e queriam sua renúncia por considerarem Jango um comunista.

No Rio Grande do Sul, o cunhado de Jango, o Leonel Brizola, estava armando toda uma espécie de revolução, contra os grupos que queriam impedir a posse do Jango. Isso aí eu assisti, eu vi a agitação, eu vi o povo sendo armado, eu vi as trincheiras montadas na frente do palácio com saco de areia, eu vi as metralhadoras em cima do palácio do Piratini para defender. E aquilo pretendia ser um foco de resistência para permitir a posse do vice presidente da república que estava vindo para o Brasil. Ele era realmente um orador de boa qualidade, mas empolgado com as teses de esquerda. As sustentava e afirmava, e o Brasil não as queria. E a maioria do congresso não as queria. Então finalmente, felizmente no final do processo todo acabou prevalecendo a razão, e o presidente aceitou a adoção do parlamentarismo. E ele inclusive governou, nomeou 3 primeiros ministros que tiveram que ser substituídos porque não se afinavam, e representavam uma opinião majoritária que não era a opinião do presidente. Então nenhum primeiro ministro servia ao presidente da república. E aquilo ali logo redundou num plebiscito e o presidencialismo volta e João Goulart recupera seus poderes. (BRASIL PARALELO, 2019).

Segundo a empresa, era feito um trabalho da União Soviética para implantação do comunismo no Brasil, o que se intensificou com o governo de Jango.

E nesses documentos ele conta como estava sendo feito o trabalho para que o comunismo assumisse o poder no Brasil. Era o objetivo declarado e expresso. Guerra fria. E isso se acelerou com a chegada ao poder do Jango. Então, a reaproximação com a União Soviética, essa aproximação com a China, eram indicativos de que a esquerda estava se reinventando. E essa reinvenção não tinha nada a ver com democracia. (BRASIL PARALELO, 2019).

Quanto à aproximação de Jango com os agentes da STB e da União Soviética e sua intenção de dar um golpe comunista no Brasil

Há notícia também de uma grande aproximação com o gabinete e as pessoas mais próximas do João Goulart. João Goulart faz uma viagem à Praga, e essa viagem é toda monitorada. Conduzida pelos agentes da STB. Se até então a história dizia que é tudo uma teoria da conspiração. Dizer que não existia

possibilidade nenhuma de golpe comunista no Brasil. No livro relata algumas cenas que dão a entender que o Jango era muito próximo de pessoas que eram agentes da KGB. Isso era grave. (BRASIL PARALELO, 2019).

Segundo a empresa, as reformas de base que Jango tentou implementar no Brasil resultaram em grande insatisfação nacional, culminando na “Marcha da família, com Deus pela liberdade”, que reuniu cerca de 500 mil pessoas, ou 1 milhão, e ainda chega-se a comentar no vídeo 1 milhão e quinhentas mil pessoas. Dessa forma, com a certeza de que o golpe da esquerda viria, os militares fizeram a intervenção para que fosse garantida a ordem nacional, a pedido de grande parte da população, da imprensa, de parte da Igreja Católica, OAB, empresários e demais instituições.

O golpe de esquerda viria. Temos que reagir, temos que derrubar o governo e deflagrou a rebelião militar [...] A Revolução de 64 foi feita para deter a nossa caminhada para Havana e para Caracas. (BRASIL PARALELO, 2019).

Segundo o documentário, os Estados Unidos não tiveram participação nos acontecimentos que precederam o golpe de 64, tampouco estavam preparados para uma possível reação caso houvesse necessidade de um conflito armado.

Se espalhou a versão de que o golpe tinha sido obra da CIA. Quem lançou essa teoria foi o jornalista Edmar Morell no livro “O golpe começou em Washington”. E daí vem uma série infindável de livros, teses universitárias, filmes, programas de TV, assim, um massacre publicitário como nunca houve antes no Brasil. Só que teve o seguinte problema. O Ladislav Bittman diz o seguinte. Que foi o escritório dele, da espionagem tcheca, que espalhou esta versão para a mídia brasileira, a qual comprou imediatamente [...] Mas nós não conseguimos localizar nenhum agente da CIA no Brasil, então forjamos uma carta que teria sido enviada pelo chefe do FBI J.E. Hoover ao seu agente no Brasil. [...] E o objetivo foi justamente comprometer com base em dados não verdadeiros e falsificados, a política externa americana. Assim como acusar os EUA da responsabilidade do golpe militar no Brasil no ano de 1964 [...] Mil vezes eu desafiei essa gente. Se a CIA tramou todo esse negócio, então vocês, por favor, me indiquem o nome de pelo menos 1 agente da CIA lotado no Brasil na época. Nunca apontaram nem um único. Então toda a história da CIA é de ficção do começo ao fim. E isso é vendido assim por professores universitários, por professores de história, pessoas que aparentemente se dizem respeitáveis. Eles usam provas no sentido oposto. [...] Se ele tivesse participado da preparação do golpe, já estariam agindo antes, e não depois. Diz que depois mandaram um porta-aviões. O porta-aviões naturalmente era para retirar cidadãos americanos que fossem postos em perigo, não dá pra fazer mais nada com porta-aviões além disso e mandaram um navio com combustível [...] que não foi dado [...] Isso que foi a bela ajuda americana. (BRASIL PARALELO, 2019).

Em contrapartida à narrativa defendida pela empresa, entende-se que, assim que Jânio Quadros renunciou ao cargo de Presidente, os três ministros militares, da Marinha, Guerra e Aeronáutica, decidiram que Jango, vice-presidente, não poderia



assumir o cargo por ter ideais esquerdistas. Ou seja, a primeira ameaça de um golpe de militar já era iminente e foi o que provocou a reação de Leonel Brizola na resistência no Palácio do Piratini.

Após a renúncia de Jânio Quadros, ocorrida em 25 de agosto de 1961, os três ministros militares manifestaram-se contra a posse de João Goulart devido a suas posições políticas, consideradas de esquerda. Imediatamente, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, apoiado pelo comandante do III Exército, José Machado Lopes, formou a Cadeia da Legalidade, dispondo-se a lutar pela posse do vice-presidente (CASTRO, 2004)

Devido a essa resistência, iniciou-se a Campanha da Legalidade. A operação impulsionada pelo governador Brizola exigia o cumprimento do texto constitucional, que garantia a posse de Jango. A campanha teve o apoio de diversos grupos políticos e da sociedade como um todo, e tinha por objetivo não apenas a preservação do sistema político, mas também, a manutenção da ordem legal (REIS, 2005).

Atualmente, sabe-se que os militares haviam dado a ordem para o bombardeio do Palácio do Piratini, sede da resistência organizada por Brizola. Isso foi evitado graças a militares que se recusaram a executar a ordem.

No entanto, foram os sargentos, sobretudo os da FAB, aqueles que tomaram as atitudes mais incisivas para evitar a deflagração da guerra civil. Na base aérea de Canoas, no Rio Grande do Sul, o comandante permaneceu fiel aos ministros militares, junto dos oficiais-aviadores. Dispondo dos modernos jatos ingleses *Gloster Meteor*, de duas turbinas e alto poder de fogo, a ordem de Brasília era a de decolagem imediata para o bombardeio do Piratini. Os sargentos, insubordinados, deram-se as mãos em volta dos jatos para impedir a entrada dos pilotos. Mais decididos, esvaziaram os pneus e desarmaram os aviões (FERREIRA, 1997, p.12).

O contexto direcionava a uma possível guerra civil no país, até que o Congresso Nacional apontou uma solução política para o caso. Foi proposto que Jango assumisse a presidência com limitação de seus poderes pelo regime parlamentarista (FERNANDES, 2018).

No entanto, a decisão do Congresso Nacional de instaurar um regime parlamentarista não tinha previsão constitucional, sendo necessária uma reforma do texto Magno para possibilitar tal medida. Em 7 de setembro de 1961, Jango assumiu a presidência com limitação de poderes, em razão da instauração do regime parlamentarista, tendo como primeiro-ministro nomeado o mineiro Tancredo Neves. Em 06 de janeiro de 1963, houve um plebiscito para que o povo decidisse se o parlamentarismo continuaria ou se o Brasil retornaria ao sistema presidencialista e, “A

vitória de Goulart, no plebiscito que restabelece o presidencialismo com mais de 10 milhões de votos” (LINHARES, 2020, p. 360).

Ocorre que, mesmo após o acordo entre Jango, militares e congresso, para a instauração do parlamentarismo, os militares orquestraram uma operação militar para a execução de Jango enquanto estivesse em voo para Brasília, chamada de “operação mosquito” – mas que, novamente, graças a militares que se recusaram a cumprir essas ordens, a operação não aconteceu.

[...] foram os sargentos da Aeronáutica, chefiados por Prestes de Paula, que inviabilizariam o desenvolvimento da “operação mosquito”, organizada por oficiais que pretendiam derrubar o avião que conduzia João Goulart para tomar posse. No Rio Grande do Sul, segundo Felipe, os sargentos do 18º Regimento de Infantaria do Exército jogaram sua força na manutenção da legalidade. Em reportagem da revista O Cruzeiro, Brizola destacou a importante contribuição dos sargentos ao não seguir as ordens de seus superiores (ROLIM, 2007, p. 2).

Ademais, por ser ex-ministro do trabalho de Getúlio Vargas, Jango era visto como um herdeiro do getulismo, o que não agradou os militares que viam esses pensamentos com desagrado e não o queriam no poder.

É de difícil compreensão, por exemplo, o fato de que em 1930 os militares colocaram Vargas no poder e, mais tarde, sob a liderança de Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, apoiaram a ditadura do Estado Novo para, em 1945, derrubar Vargas e levá-lo à morte com a ameaça de sua deposição. A razão está na virada ideológica de Vargas, mobilizando as massas urbanas, fortalecendo o aparelho sindical (atrelado ao governo) e estimulando o animus nacionalista. Tais posicionamentos levaram à ruptura da aliança militar e elites civis com Getúlio Vargas. Há que se considerar, ainda, que havia na instituição uma síndrome antigetulista desde o golpe de 1930 e que se estendeu até o governo do seu herdeiro político, o presidente João Goulart (FERREIRA; DELGADO, p. 19, 2003).

Além da reforma agrária e da reforma urbana, que foram consideradas mais polêmicas e com menor índice de aceitação por parte das elites do país, o presidente, no entanto, teve o apoio de significativa parte da população e de movimentos sociais, como a literatura mostra:

Eram favoráveis às Reformas de Base: os movimentos sociais organizados. No meio estudantil, destacava-se a União Nacional dos Estudantes (UNE), que reivindicava justiça social e o fim do analfabetismo. No meio católico, as organizações mais importantes eram a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). Já entre os trabalhadores urbanos, sobressaiu-se o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) [...] No campo, destacaram-se as Ligas Camponesas” (BOULOS JÚNIOR, 2018, p. 188)

Em apoio ao presidente, aconteceu o comício pelas Reformas de Base, no Rio de Janeiro, que reuniu cerca de 350 mil pessoas (REIS, 2005). Contrários às Reformas de Base, estavam parte do alto clero, empresários, oficiais das forças armadas, jornais como o de Carlos Lacerda, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, que eram institutos sustentados com dinheiro de estadunidenses e brasileiros empresários.

Como a radicalização entre grupos da esquerda e da direita tornava-se cada dia mais intensa, o clima de rebelião nos últimos dias de março de 1964 pesava sobre o presidente, sobretudo após demitir o ministro da Marinha, em favor dos marinheiros que se organizaram em motim, no Rio de Janeiro. Com isso, instalou-se uma crise entre as Forças Armadas e o governo, o que levou o general Olímpio Mourão Filho a acionar suas tropas a marcharem em direção ao Rio de Janeiro para depor o presidente, recebendo apoio e adesão de importantes unidades militares de diferentes lugares do país (REIS 2005). Segundo Fausto (2018), além de apoio de militares, o movimento contou com apoio de civis que integravam o governo, como o Governador de Minas Gerais que se articulou com o General Olímpio Mourão Filho, o mesmo que anos atrás forjou o “plano cohem”, que justificou a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas:

[...] o golpe já estava em marcha. Ele foi precipitado pelo general Olímpio Mourão Filho, envolvido no sombrio episódio do Plano Cohen em 1937. Com o apoio do governador Magalhães Pinto, Mourão mobilizou em 31 de março as tropas sob seu comando sediadas em Minas Gerais e deslocou-se em direção ao Rio de Janeiro. (FAUSTO, 2018, p. 254 - 255)

Quanto à afirmação de Jango ser comunista, ou ter o interesse de realizar um golpe revolucionário no Brasil, o próprio livro “1964 – O Elo perdido”, que foi utilizado como principal referência do documentário produzido pela empresa Brasil Paralelo, no capítulo XVIII, diz o que se segue: “Goulart, é verdade, não é comunista, mas sua política nos favorece e é necessário apostar nele; uma corrente antiamericana na política brasileira seria uma boa oportunidade para nós”. (ABRANCHES e PETRILAK, 2017, n.p).

Não obstante, a própria esquerda, insatisfeita com a política de conciliação de Jango, cobrava o presidente para se posicionar de algum lado, o que reforça o entendimento que ele não dava indícios de algum plano para instaurar o comunismo no Brasil.

Afinal, estudantes, sindicalistas, artistas, intelectuais e esquerdas acreditavam que havia chegado a hora das reformas. No entanto, Goulart intitulou o primeiro ministério parlamentarista de 'gabinete de conciliação'. Da impaciência, partiram para a acusação. A diretoria da UNE, militantes do CPC, a intelectualidade marxista, organizações revolucionárias, ativistas sindicais e muitos sargentos, de maneira similar outros grupos esquerdistas, passaram a exigir do presidente o fim da política de 'conciliação' com os conservadores. 'Conciliação', aliás, era o termo mais insultuoso entre eles naquele momento (FERREIRA, 2004, p. 191).

No mesmo sentido, ainda é possível ser encontrado no livro um relatório da STB que dispõe sobre a falta de organização da esquerda no Brasil, e que reforça a questão de Jango garantir a liberdade no país, tanto para a esquerda quanto para a direita, o que impossibilitaria a ideia da trama de um golpe de esquerda no Brasil. Veja-se:

A base da falência da esquerda foi a sua falta de organização. "Não se podia sequer falar em derrota, pois a derrota pressupõe uma luta, e no Brasil houve somente uma tomada pacífica de poder pela direita". 4. O regime de Goulart garantia liberdade para os dois lados, e a esquerda (PCB, UNE, CGT, frente parlamentar nacionalista, Ligas Camponesas e Brizola), que tinha possibilidades de se organizar e tinha o apoio silencioso do governo, brigava entre si pelo posto de liderança em vez de fazer um trabalho efetivo de organização (ABRANCHES e PETRILAK, 2017, n.p)

Quanto à afirmação da empresa de que os EUA não tiveram nenhuma participação no golpe de 64, é possível ver que, de acordo com os arquivos de segurança nacional dos EUA, foi revelada a participação que os americanos tiveram no golpe militar de 1964 no Brasil. As gravações de áudio revelam que o presidente Kennedy tinha o interesse de destituir Jango, criando um cenário propício ao golpe, e substituí-lo por um governo que fosse pró americano, visto que Jango era antiamericano e mantinha relações comerciais e diplomáticas com países socialistas. Os documentos revelam apoio inclusive de armamentos, caso fossem necessários, para dar suporte ao General Castelo Branco. Conquanto não houve resistência da parte de Jango, todo o aparato militar disponível não teve seu uso necessário.

Acho que devemos dar todos os passos que pudermos, estar preparados para fazer tudo o que precisamos fazer', o presidente Johnson instruiu seus assessores sobre os preparativos para um golpe no Brasil em 31 de março de 1964. No 40º aniversário do golpe militar, o National Security Archive publicou hoje documentos recentemente desclassificados sobre as deliberações e operações políticas dos EUA que levaram à derrubada do governo Goulart em 1 de abril de 1964. Os documentos revelam novos detalhes sobre a prontidão dos EUA para apoiar as forças golpistas. (KORNBLUH, 2014)

Além disso, houve intensiva compra de congressistas brasileiros para o apoio dos interesses americanos no Brasil durante o período pré-golpe. Quantias que ultrapassam milhões de dólares, se convertidas em valores atuais, responsáveis pela manipulação parlamentar de pelo menos 1/3 do congresso na época para defender interesses americanos.

Para alcançar seu objetivo, na eleição de 1962, o Ibad alugou veículos de imprensa, como o jornal A Noite e financiou campanhas de candidatos a deputados federais que se comprometessem em defender os ideais do instituto. O dinheiro era repassado por meio da Ação Democrática Popular (Adep) e da agência de publicidade de Hasslocher. “Nunca se conseguiu provar quanto o Ibad deu para cada candidato, mas ficou claro na CPI que a proposta inicial de gastos era equivalente a cerca de R\$ 60 milhões [em valores atualizados]. O embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, admitiu que o governo dos Estados Unidos teria interferido nas eleições com dinheiro, que daria, nos valores de hoje, cerca de R\$ 87 milhões. Um agente da CIA que trabalhou no Brasil estimou que poderia ter chegado até a R\$ 350 milhões. Para os nossos padrões de campanha eleitoral parece razoável, mas para a época era muitíssimo dinheiro. Se diz que para eleger um deputado são necessários R\$ 2 milhões: esse valor na época talvez elege um governador”, afirma João Carlos. Bancada de 130 deputados A quantia distribuída pelo Ibad teria sido suficiente para garantir uma bancada com cerca de 130 deputados – de um total de 409 na Câmara. Isso era suficiente para barrar a aprovação de emendas à Constituição, necessárias no plano de Jango.

O esquema foi denunciado em 1962, mas, com a renovação da Câmara, as investigações não foram adiante. Em 1963, com a explosão de denúncias ligadas ao caso, a Câmara voltou a investigar o esquema. Documentos foram queimados pelos envolvidos, mas a compra de apoio parlamentar ficou provada por meio dos depoimentos, inclusive do fundador do Ibad. “Havia uma questão institucional: se fosse discutir a cassação de todos os deputados que receberam o dinheiro do Ibad, seriam 100 deputados, quantos fossem possíveis identificar (ARAÚJO, 2013).

Quanto ao apoio ou reprovação da população sobre o governo de Jango, pouco antes do golpe de 64 foi encomendada uma pesquisa de satisfação popular. Tal pesquisa mostrou que Jango tinha 70% de aprovação nas vésperas do golpe de 64. Inobstante, essa pesquisa foi arquivada por 40 anos, e só tomou publicidade no ano de 2003 (OLIVEIRA, 2014). Tal fato leva a questionar a Marcha da Família com Deus pela liberdade. Pois mesmo que em números expressivos de manifestantes, de fato não representava a maioria nacional.

Nesse ponto, quanto ao governo de Jango, muito é ressaltado pela empresa sobre sua proximidade com governos comunistas, sobre ser necessária a intervenção militar a fim de salvar o Brasil do comunismo, sobre as manifestações da população contra o presidente, sobre a falsa imputação dos EUA terem fomentado algum golpe

contra Jango. Em contrapartida, silenciam-se quanto ao fato de o próprio livro utilizado por eles como referência, destacar que Jango não era comunista, silenciam que os militares organizaram bombardeios à resistência no Palácio do Piratini e não aceitavam um presidente com viés de esquerda, que os militares organizaram assassinatos contra o presidente, que os militares já mobilizavam tropas com o presidente ainda em território brasileiro, que os EUA aplicavam dinheiro no Brasil para comprar apoio no congresso de forma a desestabilizar a política brasileira. Isso possivelmente influenciou na vacância inconstitucional da presidência e pesquisas de opinião da época revelam sobre a grande aprovação de Jango (BRASIL PARALELO, 2019).

#### 4.6 DITADURA MILITAR

O documentário não nega que houve um golpe em 64, mas sustenta que o golpe foi fundamental para salvar o país de uma revolução comunista. O grande problema, segundo a empresa, foi a permanência prolongada dos militares no poder.

No primeiro momento eles salvaram. Realmente eles desmantelaram uma revolução comunista. Sim. Mas começaram a fazer cagada no dia seguinte. Todo mundo tinha expectativa de que haveria novas eleições em seis meses, ninguém pediu para eles tomarem o poder, aí fizeram o segundo golpe dentro do golpe né. (BRASIL PARALELO, 2019).

Além do mais, a empresa afirma que foi um movimento civil, e não algo articulado pelos militares: “o movimento de 64 não foi um movimento militar. Ele começa como um movimento civil” (BRASIL PARALELO, 2019).

Parte significativa do documentário dedica-se a abordar como eram os atos institucionais e as características de cada presidente militar. Também cita os nomes de personagens famosos da política brasileira que atuaram como guerrilheiros na luta contra a ditadura militar, não com o objetivo de reestabelecer a democracia, mas de implantar a ditadura do proletariado. São citados: José Dirceu, José Genuíno, Fernando Gabeira e a ex-presidente Dilma Rousseff. (BRASIL PARALELO, 2019).

Posteriormente, aborda-se a questão dos atentados terroristas, que levaram a centenas de mortes ao longo da ditadura militar, o que culminou na reação dos militares e na expansão do poder da linha-dura do governo. Contudo, sustenta-se que os movimentos de resistência da época falavam das torturas como se fossem políticas de Estado, mas que de fato não eram. Segundo a Brasil Paralelo, todos os

acontecimentos de guerrilhas e terrorismos da esquerda culminaram no AI-5. Ou seja, as torturas e a intensificação da repressão dos militares, segundo a empresa, foram uma resposta aos terroristas e guerrilheiros. Também é interessante frisar que a empresa compreende que só há o início da ditadura a partir de 1968 com o AI-5, sendo este uma resposta à luta armada da esquerda. “A partir daí, não há como tratar dessa situação política, tecnicamente falando, de outra forma que não como uma ditadura. Há uma ditadura militar no Brasil a partir de 68.” (BRASIL PARALELO, 2019). Nesse ponto, alegam que somente a partir do ano de 1968 inicia-se a ditadura militar na prática.

Com o comunismo terrorista cada vez mais crescente, a esquerda radical deu pretexto para que a população sentisse medo e a linha dura do exército conseguisse expandir seu poder. E foi nesse ambiente de guerra que psicopatas, torturadores e, criminosos de ambos os lados se valiam para praticar as suas perversidades em nome de uma causa ou de outra. A tortura contra opositores já era presente na política desde a ditadura de Getúlio Vargas. Infelizmente, ela não teve o seu fim no regime militar. A guerra travada pelos terroristas expandia as justificativas para repressão por parte do exército. Do outro lado, permitia que o movimento estudantil usasse os mortos em combate para construir a ideia de que a tortura era uma política de Estado (BRASIL PARALELO, 2019).

Diante disso, é dedicada a parte final do documentário a discutir sobre a nova esquerda, as novas táticas utilizadas, saindo da questão da luta armada, mas direcionando suas forças para a luta cultural, o que é chamado no documentário como “marxismo cultural”. Nas palavras do filósofo Luiz Felipe Pondé, que concedeu entrevista no documentário

A ideia de que você não vai causar uma revolução, mas você vai causar uma hegemonia. E essa hegemonia você vai acordar um dia sendo comunista. Tipo assim. Porque vai haver uma normalização de uma visão de mundo, e essa normalização vai causar aquilo que o comunismo teria fracassado no seu primeiro momento através da luta armada. (BRASIL PARALELO, 2019).

Dessa feita, após uma longa explicação sobre o que foi a revolução cultural de esquerda, abordando sobre o pluripartidarismo político brasileiro, o movimento Diretas Já e a eleição indireta brasileira, o documentário conclui que a esquerda venceu a guerra cultural, e que a Constituição Federal de 1988 tem um viés ideológico de esquerda.

As mudanças prometidas pela classe política exigiam uma sétima constituição para o Brasil. Que não só garantissem eleições diretas para presidente, mas que trouxessem todos os valores defendidos por aqueles que queriam fundar o mito de uma nova república. Com a lei da anistia e a revolução cultural nas universidades, os guerrilheiros culturais de esquerda e antigos políticos assumiram o papel de colocar em pauta a nova constituinte. Com o total desgaste das lideranças conservadoras e liberais, apenas um lado protagonizou o debate e a redação que dava forma ao novo Estado do

Brasil. O entusiasmo de colocar as propostas dos movimentos sindicais e da militância organizada de novos partidos como o PT, PDT e MDB, deu causa a escrita da 2º maior constituição escrita do mundo. Propostas que colocaram o Brasil à beira de uma guerra civil, que causaram a intervenção militar, voltaram como regra de Estado. As antigas reformas de base de João Goulart, a relativização da propriedade privada, e o Estado que garantia tudo, tornaram-se cláusulas pétreas na vida de todos os brasileiros. (BRASIL PARALELO, 2019).

Em contrapartida ao que a empresa argumenta, a literatura mostra que, já nos primeiros dias de abril, após o golpe civil-militar, a junta militar determinou uma série de medidas que deflagraram a ditadura que o país suportaria por mais de 20 anos. A história relata que, logo nas primeiras semanas, aconteceram diversas prisões em razão da censura da ditadura, de modo que já não havia cadeia para tantos presos:

Nas primeiras semanas depois do golpe prendeu-se tanto que as cadeias foram insuficientes. O Maracanã virou presídio; navios da marinha receberam centenas de “subversivos”. Os quartéis em todo o Brasil lotaram de prisioneiros [...] Cometeram-se tantos abusos que até a imprensa brasileira começou a denunciá-los. O governo Castello Branco, geralmente apresentado como “democrático”, prometia investigar, enquanto a violência ia se incorporando ao cotidiano nacional (CHIAVENATO, 2004, p. 178).

Importante lembrar que a Justiça Federal reconheceu o Tenente-Coronel Alfeu de Alcântara Monteiro como a primeira vítima da ditadura militar. O tenente foi executado dentro do quartel quatro dias após o golpe em razão de ter se negado a executar a ordem de bombardeio ao Palácio do Piratini em 1961 (VALENTE, 2019).

De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (BRASIL 2013), em relatórios feitos de documentos do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna, DOI-CODI, entre 1964 e 1965 já existiam centros de tortura espalhados por diversos estados Brasileiros, e já no primeiro ano de ditadura foram feitas 148 denúncias de tortura.

Portanto, é verdade que a ditadura se tornou mais rígida e aumentou a violência após o AI-5, mas ainda assim, desde o seu início ela já praticava arbitrariedades mesmo antes de alguma resposta armada vinda da esquerda.

Um enunciado histórico sobre o regime militar bastante aceito destaca o endurecimento da repressão após o AI-5 (dezembro de 1968). Ele é verdadeiro, como se verá neste tópico, mas de algum modo encobre o fato de que, desde o início, o regime foi extremamente rigoroso com seus "inimigos", praticando muitas prisões-arbitrárias e tortura no Nordeste, por exemplo logo após o golpe. Esse enunciado costuma estar acompanhado da crença de que foi a opção pela "luta armada", por parte da esquerda, que levou ao AI-5 ou, quando se trata da memória da própria esquerda, teria sido



o Ato Institucional de dezembro o motivo da opção pela 'radicalização' (FERREIRA; DELGADO, p. 181 - 182, 2003).

Da mesma forma, foram revelados documentos do Superior Tribunal Militar, que mostram que os primeiros atentados terroristas noticiados anteriormente ao AI-5 foram fomentados pela direita paramilitar com consentimento do governo, e não pela esquerda, como se era imaginado. O intuito era de justificar a permanência do governo militar e a ampliação de seus poderes para o combate à ameaça socialista.

Formado por 14 policiais da antiga Força Pública (como era chamada à época a Polícia Militar de São Paulo), todos seguidores fanáticos de Aladino Félix, o grupo executou 14 atentados a bomba, furtou dinamites de pedreiras e armas da própria corporação, além de praticar pelo menos um assalto a banco, plenamente esclarecido. Foram os pioneiros do terrorismo, e os responsáveis pela maioria das ações terroristas registradas no período – um total de 17 das 32 contabilizadas pelos órgãos policiais (QUADROS, 2018).

Ou seja, a Bomba foi implantada pelo próprio governo com o intuito de incitar o medo na população e, assim, prosseguirem no poder.

A bomba do Riocentro, no Dia do Trabalho, era uma demonstração clara de que o aparato repressivo, implantado pelo governo, nos moldes da Doutrina de Segurança Nacional, estava ativo e atuante (FERREIRA; DELGADO, p. 40, 2003).

Portanto, não apenas os civis ou guerrilheiros eram perseguidos pela ditadura: os militares a favor da democracia também foram alvos de perseguições e arbitrariedades. Ao todo, foram contabilizados 6,5 mil militares perseguidos, torturados, presos ou sequestrados pelo regime. Um caso interessante a ser ressaltado foi o do herói da 2ª Guerra Mundial Moreira Lima.

Mesmo sendo um condecorado membro das Forças Armadas, tendo voltado ao Brasil como herói de guerra, escrito um livro sobre a atuação brasileira na Segunda Guerra e mais tarde tendo se tornado brigadeiro, Moreira Lima foi perseguido, preso e torturado pelo governo durante a Ditadura Militar. Em 1964, o brigadeiro foi deposto do comando da Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, por ser considerado um democrata e ter abertamente se oposto ao golpe militar – que, em 31 de março daquele ano depôs o presidente João Goulart e estabeleceu um regime autoritário que durou até 1985. Moreira Lima foi preso, aposentado compulsoriamente e teve a família perseguida. Ele já trabalhava na iniciativa privada, nos anos 1970, quando seu filho, Pedro, foi sequestrado pelos agentes da repressão. "Meu filho ficou apavorado, tinha 20 anos", contou Moreira Lima em um depoimento emocionado à Comissão da Verdade em 2012, quando tinha 93 anos. (MORI, 2018).

Outra questão que mostra sobre atos de tortura serem ações institucionalizadas pelo governo militar é a ciência do alto comando do exército sobre as mortes e torturas cometidas pelo Serviço Nacional de Informações.

Dentre os diversos papéis exercidos pelo aparelho militar, o que mais sobressaiu foi o aparelho repressivo, organizado e implementado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), com base no escopo teórico da Doutrina de Segurança Nacional. O próprio general Golbery o chamava de monstro, em virtude do seu crescimento desmensurado e de suas ações terroristas. O órgão gerou uma síndrome de tensão-pressão dentro do próprio aparelho militar entre os oficiais ligados à comunidade de informações e os demais, que não estavam comprometidos com os excessos praticados pelo regime. Foi justamente a comunidade de informações, cujos tentáculos atingiam todo o aparelho militar e órgãos civis e que assumiu uma autonomia relativa das Forças Armadas, que mais reagiu ao projeto de abertura política do general Geisel. É nesse contexto que se configura o confronto militar entre a corporação militar, em que predominam os oficiais moderados, e a comunidade de informações, em que predominam os radicais. Serviço, como era chamado o SNI, só vai reduzir suas ações terroristas quando o general Geisel demite o comandante do II Exército, após a morte, por tortura, de dois presos políticos, um jornalista e um operário (FERREIRA; DELGADO, p. 23, 2003)

Somente por volta do ano de 1976 (ou seja, mais de 10 anos após o início da ditadura) é que o governo deu o primeiro passo para combater atos de terrorismo e de tortura praticados por seus órgãos de investigação. Mas apesar disso, esse processo foi longo, lento e, novos atos terroristas provocados pelo próprio setor ocorriam com o intuito de justificar a retomada de suas atividades.

O episódio bastante conhecido da demissão do comandante do II Exército, Eduardo Dávila Melo, em função dos assassinatos políticos de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho (seviçados e mortos no DOI de São Paulo), em 17 de janeiro de 1976, marcou simbólica e praticamente o começo da longa desmontagem do Sissegim. Não seria fácil, pois a reação do setor foi enorme, inclusive através de atentados terroristas que praticariam dali para a frente em todo o país (almejando pretextar uma retomada das atividades Violentas pela esquerda). [...] O Sissegim só seria extinto no final do governo Figueiredo, o que não significa dizer que seu *modus faciendi* tenha sido completamente eliminado das corporações que contaminou (FERREIRA; DELGADO, p. 186 - 187, 2003).

Nesse ponto, todos esses atos provocados têm um nome: Doutrina de Segurança Nacional, que tem como objetivo instaurar um caos generalizado e uma sensação de guerra para que a população veja necessidade de abrir mão de sua liberdade em prol de um benefício de suposta segurança que o governo militar traria.

Os militares utilizaram essa doutrina em seu governo para justificar tanto sua tomada como a sua longa permanência no poder.

A mitologia da Doutrina de Segurança Nacional apresenta todas as características que Reisman inclui na definição de uma situação de sistema de guerra. No contexto da guerra fria e da luta anti-subversiva que servem de pano de fundo à Doutrina, o mito da guerra é um tratamento permanente e fundamental que é fortemente sentido pelos militares e passado para a sociedade. O mito da guerra e o inimigo interno permitem, portanto, ao Estado instaurar sua política repressiva, acionando os aparelhos de segurança e informação (repressivos) para exercerem seu papel "moralizador", desmobilizando, com isso, a população (FERREIRA; DELGADO, p. 30, 2003)

Dessa forma, a luta armada pela esquerda de fato aconteceu, mas nunca foi algo evidentemente perigoso a nível nacional como os militares pregavam. A esquerda nunca conseguiu se articular e organizar a ponto de ter a chance de instaurar uma ditadura do proletariado no Brasil.

Em meio aos pontos de convergência e divergência das organizações, o que mais chama a atenção é a falta de adesão da sociedade ao projeto revolucionário. Nele, seus militantes se empenhavam numa luta na qual a derrota não significava a simples retirada de cena, mas a exclusão que podia ser a prisão, a morte, a tortura, o exílio. A luta armada manteve-se como um enfrentamento ele poucos, e a própria teoria de partido revolucionário justificava que assim fosse. O isolamento não tinha, necessariamente, um sentido negativo. O 'segundo momento', aquele em que as massas iriam aderir à luta, nunca ocorreu (FERREIRA; DELGADO, p. 71, 2003)

Nesse contexto, em março de 1967, o general Arthur da Costa e Silva tomou posse da presidência, marcando, assim, a chegada dos militares da "linha dura" ao poder. No ano de 1968 foi instaurado o AI-5 e diversos grupos de políticos, estudantes e trabalhadores tiveram a coragem de protestar contra o regime, mesmo sendo duramente reprimidos.

Com o AI-5, foram presos, cassados, torturados ou forçados ao exílio inúmeros estudantes, intelectuais, políticos e outros opositores, incluindo artistas. O regime instituiu rígida censura a todos os meios de comunicação, colocando um fim à agitação política e cultural do período. Por algum tempo, não seria tolerada nenhuma contestação ao governo, nem sequer a do único partido legal de oposição, o moderado Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Era a época do slogan oficial "Brasil, ame-o ou deixe-o". FERREIRA; DELGADO, p. 152, 2003

Sendo assim, não prospera o argumento dos militares que não admitem a responsabilidade pelos generais do alto escalão, como se esses fossem

surpreendidos pelas arbitrariedades cometidas pelos militares de baixa patente. Até mesmo porque o próprio ex-presidente militar Ernesto Geisel admitiu a tortura como um mal menor e como uma necessidade da conjuntura política e social do momento (FICO, 2004)

Segundo o Programa Nacional de Direitos Humanos, houve cerca de 20 mil casos de tortura no período da ditadura militar.

As violações sistemáticas dos Direitos Humanos pelo Estado durante o regime ditatorial são desconhecidas pela maioria da população, em especial pelos jovens. A radiografia dos atingidos pela repressão política ainda está longe de ser concluída, mas calcula-se que pelo menos 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses de 1964; cerca de 20 mil brasileiros foram submetidos a torturas e cerca de quatrocentos cidadãos foram mortos ou estão desaparecidos. Ocorreram milhares de prisões políticas não registradas, 130 banimentos, 4.862 cassações de mandatos políticos, uma cifra incalculável de exílios e refugiados políticos. (BRASIL, 2010, p. 173).

Nesse período, os jornais, programas de rádio, revistas, e demais meios de informação sofriam rigorosa censura estabelecida pela Lei nº 5.250, de 1967, a Lei da Censura, que reprimia qualquer crítica à ditadura, conforme pode-se observar em diversos dispositivos da lei:

Art. 12. Aqueles que, através dos meios de informação e divulgação, praticarem abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação ficarão sujeitos às penas desta Lei e responderão pelos prejuízos que causarem.

Parágrafo único. São meios de informação e divulgação, para os efeitos deste artigo, os jornais e outras publicações periódicas, os serviços de radiodifusão e os serviços noticiosos.

Art. 13. Constituem crimes na exploração ou utilização dos meios de informação e divulgação os previstos nos artigos seguintes.

Art. 20. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime:

Art. 22. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou decôro:

Art. 23. As penas cominadas dos arts. 20 a 22 aumentam-se de um têtço, se qualquer dos crimes é cometido:

I - contra o Presidente da República, Presidente do Senado, Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Chefe de Estado ou Govêrno estrangeiro, ou seus representantes diplomáticos;

II - contra funcionário público, em razão de suas funções;

III - contra órgão ou autoridade que exerça função de autoridade pública [...] (BRASIL, 1967).

Até mesmo os materiais de ensino eram revisados e censurados, caso não estivessem nos conformes. Fato é que muitos artistas, intelectuais, professores, dentre outros, foram atacados, alguns precisaram se exilar fora do país, pois eram considerados comunistas e atentavam contra a ordem pública (LINHARES, 2020).

Quanto ao argumento de que a censura também não era organizada e que se limitava apenas a assuntos morais, isso ocorria porque demorou-se a liberar arquivos que abordavam sobre como esse sistema de fato funcionava no Brasil. Inclusive os jornais praticavam justamente a autocensura, fenômeno que mostra como era rigoroso esse fenômeno da censura no Brasil, visto que o próprio jornal, com receio de ter algum problema, já evitava publicar palavras-chave como “fontes autorizadas” ou “fontes confiáveis”, frases em desagrado à ditadura. Também obrigava que determinados tipos de notícias ficassem em páginas de menos destaque, sem contar o fato do enorme prejuízo econômico aos filmes produzidos pelo cinema brasileiro e que depois não podiam ser lançados por conta de ter algum conteúdo proibido.

Somente nos anos 1990 os acervos documentais secretos da ditadura começaram a vir a público. Esta é, certamente, a razão de algumas incompreensões sobre o assunto. Uma delas é a percepção de que a atividade fosse conduzida de maneira desordenada ou confusa. Como os jornais recebiam “bilhetinhos” ou telefonemas sobre os temas que deveriam ser evitados, propagou-se a ideia de que a atividade censória se desse em conformidade com o censor do momento. Sabemos hoje, porém, que toda uma sistemática ordenava a pauta de ‘proibições determinadas’, baseada na vontade de censura de um assunto específico por parte dos órgãos do governo” (FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 190)

Nesse ponto, chega-se à percepção do discurso construído pelo filme analisado, a narrativa de que os militares de fato salvaram o Brasil de um golpe comunista, que a ditadura foi um movimento de iniciativa civil, que a ditadura de fato iniciou-se após o AI-5, que o endurecimento da ditadura, torturas e assassinatos aconteciam de ambos os lados mas que não era uma política de estado, e que a ditadura só iniciou como uma resposta aos atos da luta armada da esquerda, que a censura era algo mais de cunho de valores morais, que foram pouco mais de 400 mortes provocadas pelos militares no período, que a esquerda venceu a guerra cultural abandonando as armas e tomando as universidades, escolas, jornais e televisões. Apesar disso, omite-se que foram os militares que organizaram a iniciativa do golpe, que já existiam perseguições e centros de tortura desde o início da ditadura antes do AI-5, que grande parte dos atentados terroristas foram causados pelos próprios militares a fim de justificar sua permanência prolongada no poder, que houve

mais de 20.000 casos de tortura, que os militares de alto escalão do exército, como os próprios presidentes militares, tinham ciência das torturas ocorridas e que a censura era amplamente sistematizada e organizada (BRASIL PARALELO, 2019).

Nesse caso, observa-se outro padrão de narrativa proposta dentro do filme, a de que constantemente o Brasil viveu e ainda vive uma ameaça comunista. Antes, uma ameaça armada, a qual os militares foram bem sucedidos em combater. Agora, uma ameaça cultural, intelectual, enraizada nas mentes das pessoas de forma natural com a propagação da ideologia marxista cultural nas mídias de influência (BRASIL PARALELO, 2019).

#### 4.7 NARRATIVAS QUE FOGEM AO TEMA HISTÓRICO PROPOSTO NAS PRODUÇÕES

Este subitem foi considerado necessário para destacar trechos nas produções da empresa que fogem da proposta educacional histórica que a Brasil Paralelo anuncia em seus vídeos. Desta maneira, não há intenção de confrontar tais argumentos com algum tipo de literatura histórica por estes serem trechos de opinião e mostrarem que, mesmo a empresa não declarando apoio diretamente a algum regime de governo ou a algum político específico para as eleições, ela deixa nítido a quem ela está contra. Isso se torna contraditório tendo em vista que, em uma de suas primeiras séries produzidas, realiza uma crítica acerca dos professores de esquerda e suas militâncias nas salas de aula das escolas e universidades, defendendo que os professores deveriam ser neutros e isentos de ideologias políticas ou discursos partidários ou anti-partidários.

Professor não pode agir em sala de aula como um militante. Ele é um servidor público, ele é um agente do Estado e, o Estado, de acordo com a Constituição Federal, o Estado Brasileiro, ele é politicamente neutro [...] prevê o princípio da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado. Então não cabe ao professor no exercício das suas funções, fazer propaganda de partido político por exemplo. E muito menos, ou, também não lhe cabe, mobilizar os seus alunos, manobrar os seus alunos, para que eles participem de um ato político, de uma manifestação a favor ou contra uma determinada corrente que disputa o poder na sociedade.” (BRASIL PARALELO, 2016b).

Nesse sentido, de acordo com o alegado pela Brasil Paralelo, há de se esperar que a eles sejam isentos de qualquer discurso contrário a algum político ou partido político em seus vídeos de “história”. Isso porque seria incoerente alegar a afirmação acima transcrita e, na prática realizar o que ela mesmo critica. Principalmente pelo

fato de a empresa ter como objetivo a transmissão de suas produções nas salas de aula das escolas e das universidades (BRASIL, 2019).

Todavia, o que foi percebido nos trechos destacados daqui em diante não condiz com o discurso narrado pela empresa. Na produção intitulada “Terra de Santa Cruz”, subtítulo “uma história não contada”, percebe-se a intenção pelo próprio nome do vídeo: existe um objetivo de contar algo relacionado a história do Brasil que ainda está oculto (BRASIL PARALELO, 2016a).

No segundo capítulo da série “Brasil, a Última Cruzada”, denominado “Vila Rica”, o narrador Filipe Valerim introduz com o seguinte discurso

Por décadas destruíram nosso patriotismo. Através das escolas e da mídia, nos fizeram acreditar que somos um povo fadado ao fracasso, que não temos virtude. Ideologias perversas contaminaram o imaginário popular, causando danos incalculáveis a jovens que hoje estão perdidos e sem norte. A nossa resposta está sendo imediata, distribuindo o antídoto em cada canto do país, para todos os brasileiros. Nossos documentários são criados para despertar a consciência e o patriotismo de qualquer pessoa (BRASIL PARALELO, 2017b).

#### **4.7.1 Esquerda e PT**

É perceptível como a Brasil Paralelo remete críticas especificamente à esquerda política nacional

Você dificilmente encontra no Brasil algum político ou estadista que tem uma visão integral do Brasil, a visão é paroquial, ele vê um pedacinho que a classe dele, o grupo dele, como o pessoal da esquerda, eles só veem o próprio umbigo (BRASIL PARALELO, 2016a).

Ao versar sobre a Constituição Federal, o deputado Luiz Phillipe de Orleans e Bragança, descendente da família Imperial brasileira, que foi um dos convidados para a produção da empresa, aborda como seria perigoso um político socialista no governo.

O que é o risco Brasil? Temos uma Constituição extremamente interventora, extremamente forte, e que o Estado manda, manda sempre, manda em tudo. Se elegermos um socialista ou um comunista, em cima dessa Constituição, você tem facilmente um Estado totalitário, porque juridicamente ele já tem o poder para criar um Estado Totalitário. Ele tem um Estado quase que ilimitado que ele pode brincar com isso.” (BRASIL PARALELO, 2016a)

Quando falam sobre a Revolução Francesa, principalmente no que tange aos jacobinos que constituíam a esquerda política na França, relacionam o que seria a

esquerda naquele tempo e comparam com a atualidade. Nesse momento, são endurecidas as críticas à esquerda.

O lema dos jacobinos, por sinal, deixava bem claro o que é a esquerda. O lema deles era: “nós precisamos enforcar o último rei nas tripas do último padre.” Isso é a esquerda, Você pode ter variações *soft* disso, você pode ter variações extremadas disso, você pode ter o que você quiser, mas se você quiser entender a esquerda com toda facilidade, você veja assim o quanto que a pessoa quer enforcar o último rei nas tripas do último padre. Pode ser que ela queira fazer um enforcamento simbólico. Pode ser que ela resolva envenenar homeopaticamente. Mas isso é a esquerda. (BRASIL PARALELO, 2017c).

Ao abordarem a Guerra do Paraguai, utilizam o exemplo dos professores de esquerda nas salas de aula que enalteciam o Paraguai como um país de muitas qualidades e comparavam posteriormente com Cuba.

Ele era conhecido como um ditador. Mas um ditador que é bem visto. O problema é que essa narrativa, ela não procede. Pode fazer simplesmente um paralelo que o professor de escola vestido com camisa do Che Guevara conta, porque é um paralelo com Cuba. Então eles gostavam de dizer, ‘olha só o Paraguai. O Paraguai alfabetizou todo mundo’, aí ele já jogava pro aluno, ‘assim como Cuba’, ‘O Paraguai tinha uma boa saúde e protegia o povo. Assim como Cuba, assim como Cuba’. Então é um paralelo conveniente. A verdade é outra. (BRASIL PARALELO, 2018a).

No episódio sobre Era Vargas, após duras críticas ao período, focando em todos os pontos negativos do governo da época, indicam que Vargas era simpático ao fascismo e que o fascismo é uma ideologia de esquerda.

Quem defende a CLT no Brasil hoje? Quem defende o legado de Vargas como positivo? Quem defende os sindicatos fortes? Quem defende um Estado onipresente e intervencionista? Lembrando o slogan de Mussolini, “Nada fora do Estado, tudo pelo estado, tudo para o estado.” É a esquerda. Daí a gente conclui que o fascismo é de esquerda, mas isso pode dar nó na cabeça de muita gente, que aprendeu que o fascismo é só de direita. Esse é o político que Lula, que Dilma, que Cristóvão Buarque, sabe, Ciro Gomes, toda a esquerda brasileira atual se inspira na hora de falar, “olha o Brasil se modernizou, o Brasil é um país novo, o Brasil a gente quer manter os nossos direitos, a gente quer criar direitos trabalhistas.” Isso é varguismo 2.0, é a história do Brasil que a gente não aprende na escola.” (BRASIL PARALELO, 2018b)

Posteriormente, são iniciadas as críticas diretamente ao PT e aos ex-presidentes Lula e Dilma, comparando os governos dos petistas às administrações de Marquês de Pombal e Getúlio Vargas, personagens duramente criticados pela empresa, e à própria Ditadura Militar.



Então há uma conexão em termos de mentalidade estatista, intervencionista e autoritária, que liga o Marquês de Pombal a Vargas, e vai estar presente em Vargas, no Regime Militar, e depois no projeto petista, que começa com Lula e termina na Dilma (BRASIL PARALELO, 2018b).

São bastante enfatizadas algumas características que têm semelhanças entre Vargas e Lula, como, por exemplo, a questão do populismo e perversidades.

Vargas se apresentou como? O pai. Lula se apresentava também como o pai. Foram homens que estrategicamente compreenderam a nossa orfandade. Nós não temos ainda que um comportamento coletivo às vezes remeta a isso. O brasileiro não sente falta de um messias, o brasileiro sente falta de um pai. É um filho desamparado, e por isso ainda refém de todas essas perversidades ideológicas (BRASIL PARALELO, 2018b).

Novamente falando sobre Vargas, é feita outra comparação entre esse e o ex-presidente Lula, mas de forma pejorativa, colocando como se os ex-presidentes fossem responsáveis pelo aumento da pobreza no país.

Getúlio Vargas foi um cancro na política brasileira, um câncer. Ele é o pai dos pobres de fato. Acho que é uma alcunha adequada, apesar de não pelos motivos que os seus adoradores gostariam né. É pela quantidade de pobres que ele ajudou a produzir. Ele e Lula. Aliás, Lula é uma espécie de Vargas remodelado. É um demagogo, é um populista (BRASIL PARALELO, 2018b).

No final do filme “1964 – O Brasil entre armas e livros”, é mencionada a seguinte frase “Um lado da guerra foi herói e o outro opressor. O que fizeram os heróis?” (BRASIL PARALELO, 2019). Neste ponto, mostra-se a imagem dos militares quando diz “opressor”, e a figura do ex-presidente Lula quando diz “herói” – mas, após todas as produções em que foram vistas as críticas feitas ao ex-presidente, obviamente “herói” foi um termo irônico utilizado pela empresa ao se referir ao petista. Já quando surge a frase “o que fizeram os heróis?”, inicia-se a passagem de várias imagens de notícias dos jornais falando sobre os escândalos de corrupção do Partido dos Trabalhadores, Dilma, Lula, José Dirceu, José Genoíno. Sendo assim, o padrão de interesse antipetista é evidente dentro das produções da empresa.

#### **4.7.2 Monarquia e República**

Ao falar sobre o fim da Monarquia, não são poupados elogios ao período histórico – e, em contrapartida, inicia-se ao longo das produções duras críticas à República.

O Brasil passou a deixar quatro séculos de legado, tudo aquilo que maturou pensamento e desenvolvimento político do país, tanto no seu desenvolvimento constitucional, como seus grandes debates, e toda essa maturidade que foi sendo gerada no século XIX, ficou para trás a luz de um futuro que até hoje nunca chegou (BRASIL PARALELO, 2018a).

Logo no início da produção que aborda a transição da Monarquia para a República, é iniciada uma reflexão sobre o que é uma república, para, de forma provocativa, levar ao entendimento de que, talvez, o Brasil não represente verdadeiramente uma democracia somente por ter um status de república.

República virou sinônimo de democracia. Mas será que é assim mesmo? Faz sentido essa típica confusão moderna em que não se distinguem regimes e formas de governo? Atualmente, a maioria dos países se definem como república. Mas é difícil dizer qual é de fato o regime político dessas nações. A Coreia do Norte leva o nome de República Popular da Coreia, mas o mundo todo sabe que se trata de uma ditadura comunista comandada pelo herdeiro de uma dinastia imposta à força. A China é outro caso. Embora se denomine república popular, é governada por um partido único. Uma poderosa oligarquia que se perpetua no poder. Já o Reino Unido tem um estável e secular sistema representativo. Fundado sob uma monarquia parlamentarista, na qual o poder emana do povo e em seu nome é exercido, revelando que a democracia não é exclusivamente republicana. Austrália, Canadá, Dinamarca e Japão. Também são exemplos de monarquias constitucionais. Com progresso, desenvolvimento e respeito às liberdades (BRASIL PARALELO, 2018b).

O vídeo aborda o período republicano com críticas desde a sua constituição, como, por exemplo, os diversos golpes ocorridos e gastos elevados do dinheiro público.

A república foi uma palhaçada. Você vai no Rio de Janeiro, você olha o paço imperial e depois você vai olhar o palácio do catete. O paço imperial, o que é? Uma velha casa de fazenda, onde o imperador morava com toda a modéstia, sem gastar dinheiro público. Fizeram a república, daí os generais 'ah vamos comprar um palácio, vamos ser os gostosões' e começaram a gastar o dinheiro público, começou uma corrupção desgraçada que no Império não tinha, e o Brasil caminhou de golpe em golpe, de revolução em revolução e nunca mais estabilizou, não teve 5 anos seguidos de democracia e de ordem, meu deus do céu. Então você quer saber o que foi a república? Foi uma bela porcaria (BRASIL PARALELO, 2016a).

Abordando sobre o período em que Getúlio Vargas esteve no poder, brevemente é mencionada a diferença de um governo monárquico para um republicano, mas dando ênfase nos benefícios do primeiro modelo.

Era um momento de esfacelamento das monarquias europeias. Ou seja, se você já não tem mais uma força, uma autoridade via sangue, via dinastia, via uma família que consiga representar, que ela seja preparada desde o

princípio, desde o berço para não mais viver por si, mas para representar uma nação. Agora você teria um líder populista (BRASIL PARALELO, 2018b).

Nesses pontos, especificamente, tornou-se visível, sem a necessidade de interpretação partindo da visualização das omissões, a forma com que a empresa demonstra sua afinidade com a monarquia, declarando-se crítica ao modelo republicano, criticando duramente a esquerda, o Partido dos Trabalhadores e seus dois últimos presidentes, Dilma Rousseff e Lula.

Diante disso, na primeira parte desse capítulo, foi observada a estratégia utilizada pela empresa em construir sua própria narrativa histórica através de pontos de omissão em que se configuram muitos dizeres (ORLANDI, 1999). Na segunda parte, percebeu-se mais evidentemente quais interesses políticos a empresa deseja alcançar. O embate contra a esquerda nacional e os partidos de esquerda ficaram marcados nas produções da Brasil Paralelo, principalmente levando em consideração que as produções analisadas foram publicadas em anos como o do Impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, a prisão do ex-presidente Lula e as eleições presidenciais de 2018.

## 5. CONCLUSÃO

Durante a presente pesquisa, buscou-se responder um tema central: como a empresa Brasil Paralelo atua na reconstrução de uma memória social nacional. Para isso, diversas etapas foram sendo cumpridas ao longo do trabalho a fim de identificar a resposta desse questionamento. Tais etapas serão ressaltadas nos parágrafos seguintes.

Inicialmente, o primeiro passo foi dissecar ao máximo a estrutura midiática virtual da empresa, sendo mostrado o funcionamento de sua plataforma de mídia digital com expressivo alcance nacional, além de serem evidenciadas as ambições da empresa em disseminar seu conteúdo nas salas de aula das escolas e universidades.

Posteriormente, foram propostos estudos acerca dos funcionamentos da memória coletiva e das disputas de narrativas políticas envolvendo a história, e foi compreendido que o passado nacional sempre foi envolto de ambições políticas visando o poder de selecionar o que seria lembrado e o que seria esquecido, com o intuito de transformar o presente a partir de interpretações do passado.

Fazendo leitura de materiais bibliográficos de literatura histórica nacional e comparando com os vídeos produzidos pela empresa, identificou-se especificamente dois pontos. O primeiro foi: a estratégia que a empresa utilizou durante a construção da narrativa histórica. O segundo foi: os interesses que essa estratégia visava beneficiar.

Nesse contexto, ficou nítido que a estratégia mais utilizada foi exatamente a das omissões, silêncios e esquecimentos sobre fatos relevantes da história nacional. Isso porque justamente são esses propositais esquecimentos que tornam tão chamativa a proposta da empresa de revelar passados ocultos – uma vez que, devido aos esquecimentos propositais, apenas o que fica evidente é o que foi falado. Por exemplo, quando se fala apenas de um período com elogios, sem citar os problemas enfrentados, mesmo que todos esses elogios sejam verdadeiros, será passada a sensação de que só existiram aspectos positivos a serem apontados. O oposto também é verdadeiro: caso em algum período histórico sejam mencionadas apenas críticas negativas, mesmo que todas essas críticas sejam verdade, será criada a impressão de que só houve acontecimentos ruins durante todo o período discursado.

Uma questão que pode surgir sobre essa estratégia de análise é a seguinte. A história brasileira é muito longa para ser compilada em poucas horas de produção. A empresa não teria como mencionar todos os fatos ocorridos, o que tornou

necessário o ato de omitir muitos acontecimentos. De fato, esse questionamento é válido. Mas o que chama a atenção nas produções da Brasil Paralelo são as omissões específicas em períodos específicos, que, por sua vez, criam resultados determinados, o que será melhor evidenciado a seguir.

Foi encontrada a estratégia de omissão seguindo três padrões gerais de narrativas dentro das produções. O primeiro padrão foi percebido na série “Brasil – a Última Cruzada”, dos capítulos 1 ao 5, em que é narrado o processo de descoberta do Brasil à proclamação da República e foi omitido praticamente qualquer fato que desabonasse o processo de colonização portuguesa no Brasil ou a monarquia brasileira. Isso criou a sensação de que este era um período de “ouro” da história do Brasil.

O segundo padrão de esquecimento foi encontrado no capítulo 6, da série “Brasil – a última cruzada”, que trata do primeiro governo republicano até o fim da Era Vargas, omitindo qualquer benefício social trazido pela República, sendo destacadas apenas as críticas negativas do período. Isso gerou a sensação de que a opção pela República foi uma decisão errada e um período ruim de nossa história.

O terceiro padrão, encontra-se no filme 1964 – O Brasil entre armas e livros, o qual narra o processo da retomada da democracia pós Getúlio, até o fim da Ditadura Militar. Nessa produção, omite-se importantes os fatos históricos sobre as atrocidades cometidas pelos militares nesse período, as ilegalidades, opressões, censura, terrorismo e tortura. O que gera a sensação em todo filme, de que havia a necessidade de uma ditadura militar para a proteção do país e, que ele não foi tão ruim quanto se imagina.

Sendo assim, resta identificar quais os interesses políticos que a empresa deseja alcançar. Se por um lado a Brasil Paralelo alega em entrevistas que os professores não devem realizar militância política nas salas de aula, por outro, a própria empresa atua em seus vídeos de história com duras críticas aos governos petistas. Tal contrassenso evidencia que a empresa possui interesses verdadeiramente políticos e ideológicos, o antipetismo e o conservadorismo. Além do mais, seu posicionamento ideológico não fica evidente apenas quando a empresa se manifesta contrariamente ao governo petista, mas também fica transparente no momento em que concede espaço em entrevistas apenas a políticos conservadores, como o próprio presidente Jair Bolsonaro e seu filho e deputado federal Eduardo Bolsonaro. Destaca-se também o deputado federal e descendente da família Imperial

Luiz Phillippe de Órleans Bragança, que é um dos entrevistados mais recorrentes nas produções da empresa, e que inclusive participou da elaboração da produção dos episódios aqui estudados, nos quais reforça a narrativa já identificada dos tempos de ouro da monarquia brasileira.

Finalmente, retorna-se à questão principal: como a Brasil Paralelo atua na reconstrução da memória social nacional? Através de grande engajamento midiático, disseminação de seu conteúdo em salas de aula, plataformas de streaming, canais de internet e todos quais sejam os meios possíveis para sua produção alcançar. Nessas produções, são encontradas narrativas alegando neutralidade política e compromisso com a verdade, de forma a passar para o receptor da mensagem que o conteúdo que irá visualizar é eivado de seriedade e compromisso. Não obstante, utilizando de técnicas negacionistas como a da omissão de fatos relevantes sobre determinados períodos históricos, recria-se no imaginário do receptor um romantismo acerca do governo monárquico e uma espécie de repúdio ao governo republicano. Da mesma forma, passa a sensação de uma guerra contra o comunismo que no passado foi vencida pelos militares durante a ditadura militar na luta armada, mas que hoje foi perdida na guerra cultural – sendo esses vilões do comunismo do passado os detentores atuais<sup>13</sup> do poder e que devem ser combatidos.

Ademais, seja por influência ou não da empresa, muitos dos seus entrevistados ascenderam na política nacional. Jair Bolsonaro, quando concedeu sua primeira entrevista à Brasil Paralelo, era deputado federal; hoje, é presidente da República. Da mesma forma, Luiz Phillippe de Órleans e Bragança, antes empresário, hoje é deputado federal. Rafael Nogueira, antes identificado apenas como historiador, hoje é Presidente da Biblioteca Nacional. Tais informações são destacadas aqui apenas como sugestão para próximas pesquisas que visem encontrar os impactos políticos práticos da Brasil Paralelo no Brasil.

Por fim, resta ponderar que todos os dados citados sobre a empresa no primeiro capítulo muito em breve estarão defasados, tendo em vista a rápida evolução de suas plataformas digitais, engajamento, oferecimento de novos serviços, novas produções e alcance nacional, o que mostra a necessidade de mais pesquisadores para prosseguirem as análises desse fenômeno crescente. Espera-se, portanto, que

---

<sup>13</sup> Diz-se atuais pelo fato que a maioria das produções ocorreram anteriormente às eleições presidenciais de 2018, quando os governos petistas ainda detinham a presidência da República.

essa pesquisa seja utilizada como um atalho para outras novas, visando encontrar resultados ainda mais profundos, que contribuam para essa área de conhecimento.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Mauro; VLADMIR, Petrilák. **1964: O Elo Perdido**. Campinas, SP. CEDET, 2017.

ALFANO, Bruno; ELLER, Johanns. Criticada por Bolsonaro por ser 'de esquerda', TV Escola exibiu documentário com Olavo de Carvalho. IN: **O Globo**, 16 de dez. de 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/criticada-por-bolsonaro-por-ser-de-esquerda-tv-escola-exibiu-documentario-com-olavo-de-carvalho-24130625>  
Acesso em: 12 jan. 2022.

ARAÚJO, Newton. MORAIS, Ginny. CPIS investigaram compra de apoio parlamentar em 2005 e em 1963. IN: **Câmara dos Deputados**, 14 de abr. de 2013. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/400796-cpis-investigaram-compra-de-apoio-parlamentar-em-2005-e-em-1963/>>. Acesso em: 12 de Jan. 2022.

ÁVILA, Arthur Lima. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História**, vol. 41, nº 87. pp. 161-184. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/cYtjsrRVpgcwbZh4c7C48FS/>>. Acesso em: 21 out. 2021.

ÁVILA, A. L. de. A quem pertence o passado norte-americano? A controvérsia sobre os National History Standards nos Estados Unidos (1994-1996). **Anos 90**, vol. 22, no. 41, 2015, pp. 29–53.

BARROS, J. M. Cultura, Memória e Identidade: Contribuição ao debate. **Cadernos de História**, vol. 4, no. 5, 1999, pp. 31–36.

BAUER, Caroline Silveira, NICOLAZZI, Fernando Felizardo. **O historiador e o falsário: Usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea**. Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, pp. 807-835, 2016.

BOLSONARO, Eduardo. **Tenho estudado para a sabatina e isso inclui estudar a história nacional. Assim, tenho revisto episódios do @brasilparalelo sobre a história do Brasil, como o episódio que trata da nossa independência passando por Leopoldina, Bonifácio e Princesa Isabel**. 2019. @bolsonarosp. Disponível em: <https://twitter.com/bolsonarosp/status/1165809702581735424>. Acesso em: 26 de Agosto de 2021.

BOLSONARO, Eduardo. **1964, O FILME! Uma produção Brasil Paralelo @brasilparalelo que estreia nos cinemas dia 31 de MARÇO falando verdades nunca antes contadas - muito menos pelo seu professor de história!** 2019. @bolsonarosp. Disponível em: <https://twitter.com/bolsonarosp/status/1092846576299622402>. Acesso em: 26 de Agosto de 2021.

BOULOS JÚNIOR, A. **História, sociedade & cidadania**. 4ed. São Paulo: FTD, 2018;

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.



BP SELECT atinge a marca de 50 mil assinantes. **Comunicação Brasil Paralelo**. 22 de dez. de 2021. disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/cinquenta-mil-assinantes-bp-select>>. Acesso em 03 de Jan. 2022.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm)>. Acesso em jul. 2021;

BRASIL. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm)>. Acesso em jul. 2021;

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade: Resultado parcial de pesquisa**. 2013. Disponível em: <[http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/cnv\\_parcial.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/cnv_parcial.pdf)>. Acesso em: 12 de Jan. 2022.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro. RJ. Congresso Nacional. 1891. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>. Acesso em: 12 de jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5250.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm)>. Acesso em jul. 2021;

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – Brasília, 2009. Disponível em: <<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PNDH3.pdf>>. Acesso em: 12 de Jan de 2022.

BRASIL PARALELO, **CAPÍTULO 1 – a cruz e a espada | Brasil - a última cruzada**. 2017a. 1 vídeo (54min). Publicado pelo canal Brasil Paralelo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TkOIAKE7xqY&list=WL&index=1&t=2s>>. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL PARALELO, **CAPÍTULO 2 – A Vila Rica | Brasil – a última cruzada**. 2017b. 1 vídeo (1h09min). Publicado pelo canal Brasil Paralelo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=svViHH8IBVg&list=WL&index=2>>. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL PARALELO, **CAPÍTULO 2: Terra de Santa Cruz | congresso Brasil Paralelo | [oficial]**. 2016a. 1 vídeo (34min). Publicado pelo canal Brasil Paralelo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8CYt95y5fUU&list=WL&index=7>>. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL PARALELO, **CAPÍTULO 3 – A guilhotina da igualdade | Brasil – a última cruzada**. 2017c. 1 vídeo (57min). Publicado pelo canal Brasil Paralelo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2k7gKPjMzpE&list=WL&index=3>>. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL PARALELO, **CAPÍTULO 4 – Independência ou morte | Brasil – a última cruzada**. 2017d. 1 vídeo (1h14min). Publicado pelo canal Brasil Paralelo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YpjDmTdsJac&list=WL&index=4>>. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL PARALELO, **Capítulo 4: Dividindo pessoas, centralizando o Poder | Congresso Brasil Paralelo | [Oficial]** 2016b. 1 vídeo (47min35seg). Publicado pelo canal Brasil Paralelo. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=JYu8vpDTqIE&list=PL3yv1E7liXyRjrtVusbyOWxvbm9TW\\_zPP&index=4](https://www.youtube.com/watch?v=JYu8vpDTqIE&list=PL3yv1E7liXyRjrtVusbyOWxvbm9TW_zPP&index=4)>. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL PARALELO, **CAPÍTULO 5 – O último reinado | Brasil – a última cruzada**. 2018a. 1 vídeo (1h18min). Publicado pelo canal Brasil Paralelo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=J8hnQcNyoXU&list=WL&index=5>>. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL PARALELO, **CAPÍTULO 6 – Era Vargas: o crepúsculo de um ídolo | Brasil – a última cruzada**. 2018b. 1 vídeo (1h25min). Publicado pelo canal Brasil Paralelo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FRzjxqqZgr4&list=WL&index=6>>. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL PARALELO, **1964 – O Brasil entre armas e livros (filme completo)**. 2019. 1 vídeo (2h07min). Publicado pelo canal Brasil Paralelo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHrPIg&list=WL&index=8>>. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL PARALELO. **GERAÇÃO SEM GÊNERO | AS GRANDES MINORIAS (EPISÓDIO 2)**. 2020a. 1 vídeo (38min46seg). Publicado pelo canal Brasil Paralelo. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=EOdcJ7JuiXk&t=1040s&ab\\_channel=BrasilParalelo](https://www.youtube.com/watch?v=EOdcJ7JuiXk&t=1040s&ab_channel=BrasilParalelo)>. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL PARALELO. **GUERRA CONTRA A INTELIGÊNCIA | PÁTRIA EDUCADORA - CAPÍTULO 3 | FILME COMPLETO**. 2020b. 1 vídeo (1h36min). Publicado pelo canal Brasil Paralelo. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=yJunMvIFtxl&list=PL6R1LK5xs6ufwwxQJn\\_v6Gd3z2zjO9MFC&index=4&ab\\_channel=BrasilParalelo](https://www.youtube.com/watch?v=yJunMvIFtxl&list=PL6R1LK5xs6ufwwxQJn_v6Gd3z2zjO9MFC&index=4&ab_channel=BrasilParalelo)>. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL PARALELO. **O FIM DA HISTÓRIA | PÁTRIA EDUCADORA - CAPÍTULO 1 | FILME COMPLETO**. 2020c. 1 vídeo (51min51seg). Publicado pelo canal Brasil Paralelo. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=EU5sAWPKgMc&list=PL6R1LK5xs6ufwwxQJn\\_v6Gd3z2zjO9MFC&ab\\_channel=BrasilParalelo](https://www.youtube.com/watch?v=EU5sAWPKgMc&list=PL6R1LK5xs6ufwwxQJn_v6Gd3z2zjO9MFC&ab_channel=BrasilParalelo)>. Acesso em: 06 dez. 2021.

BRASIL PARALELO. O PROJETO MAIS OUSADO DA BRASIL PARARELO. 27 de jun. de 2019. Facebook: Brasil Paralelo. Disponível em: <<https://m.facebook.com/brasilparalelo/photos/a.311764282546583/1077819332607737/?type=3&p=74>>. Acesso em: 12 de Jan. 2022.

BRASIL PARALELO. **Sobre.** Youtube, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/BrasilParaleloOficial/about>. Acesso em 26 de Agosto de 2021.

BRASIL PARALELO. **Sobre.** Site oficial. Disponível em <<https://www.brasilparalelo.com.br/sobre>>. Acesso em 03 de Jan. 2022.

BUZALAF, Márcia Neme. Revisionismo ou Negacionismo? A Ditadura Civil-militar no Filme “1964 – o Brasil entre armas e livros. IN: **42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Belém, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-2116-1.pdf> Acesso em: 12 de jan. 2022.

CÁDIMA, Francisco Rui. **A Memória e a Era Digital**. Universidade de Lisboa, Lisboa, PT. 2020.

CANCLINI, N. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 1998.

CARVALHO, Olavo de. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Rio de Janeiro, Record, 2018.

CASTRO, C. **A invenção do Exército brasileiro (descobrimo o Brasil)**. Ed. Zahar, 2002.

CASTRO, Celso. Os militares e o governo João Goulart. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC - FGV)**. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os\\_militares\\_e\\_o\\_governo\\_JG](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_militares_e_o_governo_JG)> Acesso em: 12 de Jan. 2022.

CATROGA, F. **Memória, história e historiografia**. Coimbra, PT: Quarteto, 2001.

CECCHERINI, Mauro. OLIVEIRA, Marcelo. Jango tinha 70% de aprovação às vésperas do golpe de 64, aponta pesquisa. IN: **Câmara dos Deputados**, 14 de abr. de 2013. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/429807-jango-tinha-70-de-aprovacao-as-vesperas-do-golpe-de-64-aponta-pesquisa/>>. Acesso em: 12 de Jan de 2022.

CHIAVENATO, J. J. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. 2ed. São Paulo: Moderna, 2004.

DA EMPOLI, Giuliano, **Os Engenheiros do Caos: Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio e influenciar eleições**. São Paulo, Vestígio. 2019.

D’ANCONA, Matthew, **Pós-Verdade: A nova guerra contra os fatos em tempos de fake News**. Barueri, Faro Editorial. 2018.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. 1. Ed. São Paulo. 2020.

DOSSE, F. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Ed. UNESP, 2017.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo. 2018.

ESTUDOS de mercado apontam crescimento do YouTube em 2021. **Terra**, 6 de abr. de 2021. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/estudos-de-mercado-apontam-crescimento-do-youtube-em-2021,cda9cab6d12b434176392e93b76c62c1xx9zn1yf.html>

FACEBOOK. **Brasil Paralelo**. Disponível em: <https://www.facebook.com/brasilparalelo>

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. **Uso e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O Brasil Republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX (Livro 4)**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2003.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.181-212 – 2004.

FERREIRA, Jorge. A Legalidade Traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997, pp. 149-182. Disponível em: <[https://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/artg3-7.pdf](https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg3-7.pdf)>. Acesso em: 12 de Jan. 2022.

FERNANDES, A. C. **História I**. 1es. São Paulo: Moderna, 2018;

GONDAR, J., *et al.* **O que é memória social?** Contra Capa. 2005.

GONDIM, Linda M. P. Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. **Polis – Revista Latinoamericana** [Online], 44 / 15 de set. de 2016. Disponível em <<http://journals.openedition.org/polis/11944>>. Acesso em 03 de Jan. 2022.

GUARINELLO, N. L. **Breve arqueologia da história oral**. *História Oral*, v. 1, 1998, p. 61-65.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. Companhia de Bolso. São Paulo, 1998.

HOBSBAWN, E.; RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. – Tradução de Celina Cavalcante – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

INSTAGRAM. **Brasil Paralelo**. Disponível em: <https://www.instagram.com/brasilparalelooficial/>

KORNBLUH, Peter. Brazil marks 40th anniversary of military coup declassified documents shed light on U.S. role. IN: **The National Security Archive**. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu//NSAEBB/NSAEBB118/index.htm#audio>>. Acesso em: 12 de Jan. 2022.

LE GOFF, J. **Documento/Monumento**. *História e Memória*, 5th ed., Editora da Unicamp, 2010, pp. 525–41.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEROI-GOURHAN, A. **Les voies de l'histoire avant l'écriture**, em J. Le Goff e P. Nora (org.), *Faire de l'histoire*, I. Nouveaux problèmes, Gallimard, Paris, pp. 93-105 (trad. portuguesa: Bertrand, Amadora, 1977, pp. 115-28), 1974.

LINHARES, M. Y. L. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro. 2020.

MARTINS, Constantino Pereira. Potência e Impotência na Ciberpolítica. IN: **Revista Estudos Hum(e)anos**, Número 7, p. 15-25. 2013/02. Disponível em: <https://revista.estudoshumeanos.com/potencia-e-impotencia-na-ciberpolitica-por-constantino-pereira-martins/#:~:text=Neste%20sentido%2C%20por%20ciberpol%C3%ADtica%20entend,e,se%20torna%20uma%20no%C3%A7%C3%A3o%20chave>. Acesso em: 12 de Jan. 2022.

MORI, Letícia. A história dos 6,5 mil membros das Forças Armadas perseguidos pela ditadura militar. IN: **BBC News Brasil**. São Paulo, 13 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46532955>>. Acesso em: 12 de Jan de 2022.

MORNING SHOW. **A resposta da Brasil Paralelo sobre alinhamento com o governo Bolsonaro**. 1 vídeo (13min04seg). Publicado pelo canal Morning Show. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UJtsdXPIb5I&list=PL8NJfY26iWm4gqRcH1QsRpaqCB3NYwA4X&index=3>>. Acesso em 03 de Jan. 2022.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, no. 10, 1993.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PENTEADO, C. L. de C.; LERNER, Celina. A direita na rede: mobilização online no impeachment de Dilma Rousseff. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.12-24, abril 2018.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 57 pp. 863-902, 2015.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, vol. 5, no. 10, 1992.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, vol. 2, no. 3, 1989.

QUADROS, Vasconcelo. Atentados de direita fomentaram AI-5. IN: **El País – Brasil**. 02 de out. de 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/02/politica/1538488463\\_222527.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/02/politica/1538488463_222527.html)>. Acesso em: 12 de Jan. 2022.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROLIM, César Daniel de Assis. As relações de Leonel Brizola com os setores subalternos das Forças Armadas entre 1959-1964. IN: **XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, Associação Nacional de História – ANPUH. 2007, São Leopoldo. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210413\\_63db52ff56e762240868408b2aa4c441.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210413_63db52ff56e762240868408b2aa4c441.pdf)>. Acesso em: 12 de Jan. 2022.

ROSA, P. O.; ANGELO, V. A. de; BRAGA, T. Novíssimas direitas e a política na era da pós-verdade: uma análise da guerra cultural. **Simbiótica. Revista Eletrônica**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 187–216, 2021. DOI: 10.47456/simbitica.v8i2.36384. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/36384>. Acesso em: 20 out. 2021.

SALDANÃ, Alberto. A origem do movimento pró-impeachment. IN: **Brasil Debate**, 19 de out. de 2016. Disponível em <<https://brasildebate.com.br/a-origem-do-movimento-pro-impeachment/>>. Acesso em 3 de jan. 2022.

SAKAMOTO. L. “Em São Paulo o Facebook e Twitter foram às ruas” In: *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. p.93. **BOLETIM DA LIBERDADE**. Disponível em: <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/07/19/brasil-paralelo-em-entrevista-exclusiva-conheca-a-origem-dos-documentarios-que-fazem-sucesso-na-internet/> Acesso em: 01 nov. 2021.

SANTOS. Mayara Aparecida Machado; MIRANDA. João Elter Borges Miranda. **Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. (Coleção Singularis, v.9). Disponível em: <<https://www.textoecontextoeditora.com.br/produto/detalhe/nova-direita-bolsonarismo-e-fascismo-reflexoes-sobre-o-brasil/45>> Acesso em: 01 nov. 2021.

SCHMIDT, B. B. Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre história e memória. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 85-97, 2006.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Brasil: uma biografia**. São Paulo. 2018.

SILVA, José Bonifácio de Andrada. **Memória à Assembleia Constituinte (1823)**. Disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/Historia-Projetos/Bonifacio-1823-capital-interior.shtml> Acesso em: 22 jan. de 2022

STRANGE, B.; DUGGINS, A.; PENNY, W., DOLAN, R.; FRISTON, K. Information theory, novelty and hippocampal responses: unpredicted or unpredictable? **Neural Networks**, Volume 18, Issue 3, 2005, Pages 225-230. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.neunet.2004.12.004>.

TOSTA, Wilson. Papéis revelam cobranças de Jânio a Fidel e apoio a anticastristas presos. **Estadão**, São Paulo, 14 de ago. de 2011. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,papeis-revelam-cobrancas-de-janio-a-fidel-e-apoio-a-anticastristas-presos-imp-,758288>>. Acesso em: 12 de jan. 2022.

TWITTER. **Brasil Paralelo**. Disponível em: [https://twitter.com/brasil\\_paralelo](https://twitter.com/brasil_paralelo)  
VALENTE, Rubens. Justiça reconhece militar gaúcho como primeira vítima da ditadura. IN: **GAÚCHAZH**, Porto Alegre, 27 de mar. de 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/03/justica-reconhece-militar-gaucho-como-primeira-vitima-da-ditadura-cjtr8sydh019r01prj4d2jmlu.html>>. Acesso em: 12 de Jan. 2022.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.